

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CURSO DE MESTRADO  
DE  
ESTUDOS HISTÓRICOS EUROPEUS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

*São as Confrarias Refúgio dos Humildes ? Contributo para o  
Estudo das Elites Eborenses no Final da Idade Média*

**ÉVORA  
OUTUBRO DE 2002**

**ANA SOFIA CLÁUDIO**

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CURSO DE MESTRADO  
DE  
ESTUDOS HISTÓRICOS EUROPEUS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO** 140672

*São as Confrarias Refúgio dos Humildes ? Contributo para o  
Estudo das Elites Eborenses no Final da Idade Média*

**ORIENTADOR**

**PROFESSORA DOUTORA HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR**

*Esta dissertação não inclui as críticas e  
sugestões feitas pelo jurado*

**ÉVORA**

**OUTUBRO DE 2002**

**ANA SOFIA CLÁUDIO**



## Agradecimentos

*Este estudo só foi possível concretizar pelo apoio e confiança que durante os últimos quatro anos muitas pessoas e instituições me dispensaram. A todas, em geral, expresso o meu agradecimento, mas não posso, nem devo, deixar de destacar algumas.*

*Agradeço, antes de mais, à Universidade de Évora, instituição em que me formei e de onde retirei os melhores ensinamentos para concretizar esta dissertação. A todos os docentes do 1º Curso de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, nos quais encontrei toda a solidariedade, confiança nas minhas capacidades, apoio e incentivo para ultrapassar algumas dificuldades.*

*Ao Arquivo Distrital de Évora, na pessoa da sua directora, Prof.ª Dr.ª Isabel Cid, expresso o meu mais profundo reconhecimento e gentileza, pelas facilidades de acesso à documentação, sem as quais grande parte deste trabalho seria absolutamente inviável. Agradeço, ainda, a disponibilidade manifestada por todos os funcionários deste arquivo distrital, nomeadamente à D. Célia Malarranha, que sempre se demonstrou disponível para atender às solicitações da demorada investigação que aí realizei.*

*À Prof.ª Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar agradeço a enorme disponibilidade que ao longo deste anos de orientação científica me manifestou. As dúvidas que soube esclarecer, a oportunidade com que apresentou sugestões e apontou perspectivas de análise e, sobretudo, a confiança que sempre me facultou, o que faz com que este trabalho lhe seja largamente tributário.*

*A Rute Pardal, para além da muita amizade, devo constantes, insistentes e inspiradoras conversas e trocas de ideias.*

*A todos os amigos, nomeadamente Porfírio Ribeiro, Carla Almeida e Renata Costa, com quem dividi dúvidas, angústias e certezas, reconheço e agradeço a sua paciência perante os meus estados de espírito, nem sempre sociáveis.*

*Ao Pedro, que no último ano tem acompanhado a realização deste estudo, devo a tranquilidade e a confiança essenciais para o concluir.*

*Por fim, aos meus pais e irmã, a quem dedico esta tese, agradeço e a paciência, a confiança e o incentivo perante a minha indisponibilidade. Gostaria ainda de lhes dizer que o esforço vale sempre a pena.*

## Síntese

A presente dissertação intitulada "**São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média**", pretende estudar estas instituições enquanto pólos de poder, de modo a compreender quão importantes foram para a consolidação de uma elite local, nos finais da Idade Média.

A maioria das análises abordam as como instituições de assistência e auxílio, que triunfaram num período em que o indivíduo não era reconhecido socialmente sem se encontrar inserido num corpo social, porém, pela sua implantação e difusão no meio social, pela importância que lhes foi conferida, ao longo da Idade Média, deduz-se que estas instituições desempenhassem um papel preponderante no sistema de relações sociais e económicas estabelecido, cujo controle lhes podia conferir um elevado grau de influência, para orientar e controlar a opinião e o comportamento de sectores importantes de vida local.

É este carácter socialmente actuante que torna as confrarias um objecto de estudo tão interessante.

## Abstract

The present dissertation entitled "**Are the confreres shelter of the humble ones? Contribution for the study of the eborenses elites in the end of the Middle Ages**", pretends to study these institutions while a power centers, in order to understand how important they had been for the consolidation of the local elite, in the ends of the XV century.

The majority of the studies analyse them as aid institutions, that had triumphed, in a period where the individual was not recognized socially without being included in a social body, however, its importance was deduced from its implementation and diffusion in the social environment, that makes we suspect that these institutions played a preponderant role in the established social and economical relationship system, who controls them could have a higher degree of influence, to guide and to condition the opinion and the behavior of important sectors of life place. It is this socially actuating characteristic that turns confreres into a such interesting study.

## Introdução

### **As Confrarias Eborenses: Limites e Metodologia de um Estudo**

Apresentar um tema de trabalho, discriminar os seus limites, objectivos e metodologias utilizados é uma operação tão necessária, quanto útil. Necessária, para facilitar ao leitor o enquadramento indispensável à compreensão dos objectivos traçados, limites impostos, justificando-se as opções tomadas ao longo do processo de investigação e redacção.

Útil, ao autor, que neste momento encara as reais potencialidades das fontes analisadas, as questões a que dar resposta, limites cronológicos, indicações tão necessárias quanto cruciais para a realização de uma qualquer dissertação.

A análise das confrarias enquanto pólos de poder importantes para a consolidação de uma elite local, nos finais da Idade Média, é o tema desta dissertação, subordinada ao título **"São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média"**.

As confrarias são associações voluntárias de cristãos, leigos ou eclesiásticos, nas quais não existe, de forma explícita, quaisquer formas de restrição à admissão e cujos fins são o apoio e a solidariedade na vida e na morte, manifestados em torno do culto a um santo patrono.

Estas instituições têm sido estudadas pelos investigadores, cujas abordagens as perspectivam como instituições de assistência e auxílio, que triunfaram num período em que o indivíduo não era reconhecido socialmente, sem se encontrar inserido num corpo social<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O pensamento social medieval era dominado pela ideia de "corpo". Ou seja, de organização supra individual, dotada de uma identidade diferente da das partes, prosseguindo fins próprios, auto organizada e auto regida em função desses fins. Cf. A M. Hespanha, "A constelação originária dos poderes", in *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político (Portugal Século XVII)*, Coimbra, Livraria Almediana, 1994, pag. 298.

A maioria das abordagens conclui acerca dos objectivos, funções, organigrama, origens e contexto das confrarias medievais, ou opta por estudar estes aspectos, centrando-se num caso ou nas instituições de um determinado centro urbano ou região<sup>2</sup>. Em quaisquer dos casos encaram-nas como instituições de socorro mútuo, criadas para apoiar os membros em momentos de dificuldade ou na hora da morte<sup>3</sup>.

Contudo, estudos franceses<sup>4</sup> e espanhóis<sup>5</sup> e, até mesmo alguns realizados em Portugal<sup>6</sup> concluem que, para além dos fins visíveis que lhes são próprios, as confrarias cumpriam, na maior parte dos casos, outras funções socialmente representativas, tão importantes como as diagnosticadas tradicionalmente. Pela sua implantação e difusão no meio social, pela importância que lhes foi conferida, ao longo da Idade Média, deduz-se que estas instituições desempenhassem um papel preponderante no sistema de relações sociais e económicas estabelecido, cujo controle

---

<sup>2</sup> Rui Pinto de Azevedo, "O compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente", *Lusitana Sacra*, Lisboa, 1ª série, Tomo VI, 1962, pp. 9. Iria Gonçalves \* Fátima Botão, "As confrarias medievais da Região de Alcanena", *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etmológicos*, Ferreira do Zêzere, s.n., 1989, pag. 19. Amândio Jorge Morais Barros, *A confraria de Miragaia do Porto, no século XV*, Porto, INIC, 1991. João Carlos Lopes, *A Confraria dos Lavradores de Torres Novas*, Torres Novas, Digital texto publicações, 1993. Catarina Simões, *Introdução ao estudo das confrarias corporativas do Porto (Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras do Porto)*, Porto, Universidade do Porto, 1996. Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora*, Lisboa, INIC, 1990. Maria José Pimenta F. Tavares, "Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: Os compromissos de três confrarias de Homens Bons alentejanos", *Estudos Medievais*, n.º 8, 1987, pp. 55 - 72.

<sup>3</sup> Aos estudos acima mencionados somam-se as conclusões de Maria Ângela Beirante, *As Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, s.n., 1990, pag. 21. Maria Helena da Cruz Coelho, "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte", in *Cofradias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval: XLIX Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, s.n., 1992, pp. 165. Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal, na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, [1987], pag. 101.

<sup>4</sup>B. Chevalier, *Tours, ville royale 1356-1520*, Paris, Nauwelaerts, 1975. Jacques Rossiaud, "Crise et consolidations 1330-1530", in *Histoire de la France urbaine (dir. G. Duby)*, Vol. II, Paris, Editions du Seuil, 1980, pp. 407- 613. Catherine Vincent, *Les Confréries médiévales dans le royaume de France (XII- XV)*, Paris, Albin Michel, 1994.

<sup>5</sup> Gregória Cavero Domingues, *Las cofradias em Astorga durante la Edad Media*, s.l., Universidad de León, 1992. Valdeon Baroque, "Oligarquias urbanas", in *Concejos y Ciudades en la Edad Media Hispanica: II Congreso de Estudios Medievales*, Madrid, Fundación Sánchez-Albornoz, 1990, pp. 509 - 521.

<sup>6</sup> Amândio Barros, *Op. Cit.*, Angela Beirante, "Os diferentes tipos de solidariedade na cidade medieval. O exemplo de Évora", in *Arqueologia do Estado. As I Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul: Séculos XIII-XVIII*, Vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 41 - 53.

lhes podia conferir um elevado grau de influência, para orientar e controlar a opinião e o comportamento de sectores importantes de vida local.

É este carácter socialmente actuante que torna as confrarias um objecto de estudo tão interessante.

Tendo em conta o referido panorama historiográfico, sabendo o que de pouco original se pode acrescentar à perspectiva de estudo tradicional e tratando-se de um tema com algumas potencialidades, que passam pela investigação da composição social dos núcleos populacionais, a constituição de oligarquias locais, e ainda, aspectos de sociabilidade e de poder, seduziu-me a ideia de compreender o papel social das confrarias, encarando-as como instituições cujas prerrogativas foram, muito provavelmente, operacionalizadas com vista a obter determinados benefícios, quer sociais, como sejam a ascensão ou a consolidação de um estatuto social, quer económicos ou ainda, políticos, como a ocupação de cargos concelhios ou outros. Em suma, pretende-se demonstrar que as confrarias eram ou espaços de recrutamento dos futuros dirigentes políticos locais, ou meios de aprender e exercitar a liderança de uma comunidade, mas também, poderiam ser interessantes instrumentos de influência e de poder de decisão para aqueles que almejavam atingir posições de destaque no seio do poder político.

Esta perspectiva de análise foi sugerida pela leitura de várias obras acerca das misericórdias modernas<sup>7</sup>, mas muito particularmente, pelo artigo de Ângela Beirante, extraído das primeiras jornadas sobre as formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, no qual a autora

---

<sup>7</sup> C.R. Boxer, *O Império Colonial Português: 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, s.d., pag. 263. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1660 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. Isabel Cristina dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*, Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

questiona a função beneficente das confrarias ao lançar a questão, "*As confrarias são refúgios dos humildes?*"<sup>8</sup>.

Estudar as confrarias eborenses apresentou-se desde cedo uma opção clara, por se tratar de um dos centros urbanos mais importantes do Sul do reino, ao longo da Idade Média e da Modernidade, que desempenhou um papel importante na crise de 1383/83, pelo apoio que prestou ao Mestre de Avis, mas também, por já existirem estudos sobre as mesmas associações, que poderiam servir de apoio a esta dissertação, perfilando-se um desafio com a possibilidade de elaborar uma outra leitura deste movimento centrado em Évora.

Perante estas intenções, dubiamente definidas, alguns obstáculos se impuseram transpor. O primeiro óbice que importa reconhecer é o próprio universo de estudo, pois nem todas as confrarias eborenses apresentam a mesma quantidade e riqueza de dados, o que não permite estudá-las uniformemente.

Como foi necessário identificar os membros das confrarias eborenses, a recolha e listagem deste material permitiu concluir que as instituições que mais poderiam contribuir para esta dissertação eram as confrarias dos *Homens Bons moradores de Évora que foram a Jerusalém* e a do *Corpo de Deus de Santo Antoninho*, opção que se justifica não só pela quantidade de dados recolhidos, mas por apresentarem uma série cronológica mais contínua<sup>9</sup>. Porém, as informações oferecidas pelas outras

---

<sup>8</sup> "(...)mais do que um refúgio dos humildes, as confrarias que vemos em Évora nos últimos séculos da Idade Média são meios diversificados de afirmação do poder por parte de uma oligarquia urbana (...)" Cfr. *Op. Cit.*, Pag. 44.

<sup>9</sup> Para a confraria de Jerusalém foi possível reconstruir uma série cronológica de 1380 a 1476, apesar das lacunas referentes aos anos de 1395 a 1398, 1403, 1406, 1408, 1417, 1421 a 1425 e 1427, os primeiros cinco anos da década de trinta e ainda, 1441, 1448, 1451, 1453, 1454, 1455 e 1460, num total de setenta anos. A série cronológica recolhida para a albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, considera cinquenta e três anos, tendo o seu início na mesma data, mas terminando um ano antes, não apresentando informações para os anos de 1382, 1384 e 1385, toda a década de noventa desta centúria, os primeiros dois anos do século XV, depois 1405, 1409 a 1411, 1415 a 1420, toda a década de vinte e os primeiros três anos da década de trinta e ainda, os anos de 1438, 1441 a 1443, 1455 a 1456 e 1465 a 1466. No que respeita às restantes confrarias os dados existentes são mais reduzidos, não sendo possível reconstruir-se séries cronológicas similares. Destacam-se, porém, as informações recolhidas para São João, que pelo

associações não deverão ser descuradas, ao funcionarem como reforço ou contestação ao modelo que se pretende construir, tentando não perder a diversidade e a riqueza desta realidade.

O segundo, foi o período cronológico escolhido. A documentação disponível abrange o final do século XIV e a maior parte do século XV, o que facilita, tal como já foi dito, a construção de séries temporais similares para as confrarias, alvo de estudo. Optou-se por estudar o fenómeno confraternal e as suas implicações sociais entre 1380 e 1476.

Estes cem anos foram marcados, politicamente, por acontecimentos que lhe deram uma configuração própria. A introdução de novos dados e agentes, que impregnaram a sociedade de dinâmicas e a moldaram definitivamente, nunca alteraram a estrutura do sistema social ou as bases da organização do poder, mas impuseram reconfigurações ao nível da estrutura do poder, dos seus representantes ou detentores, situação que, provavelmente, teve eco na elite eborense<sup>10</sup>.

Perante estes condicionamentos procura-se elaborar um estudo que determine e justifique a composição sócio económica das confrarias, esclareça critérios de adesão, moldes de funcionamento e funções latentes, elementos essenciais para compreender o que tornou estas instituições tão apelativas, para aqueles que as integraram e que fizeram delas plataformas de ascensão social ou meios de consolidar um estatuto sócio económico, o que se consegue depreender e comprovar pela análise da origem e percurso social de alguns confrades.

Para a concretização dos objectivos propostos dispôs-se de um núcleo documental composto por contratos, resultantes da gestão

---

seu volume significativo, permitem algumas análises. Cfr. as informações com o quadros II e III, em anexo.

<sup>10</sup> Mafalda Soares da Cunha faz referência a uma inflação dos quadros nobiliárquicos, resultado cumulativo da ascensão de um conjunto de linhagens secundárias, na sequência das oportunidades surgidas durante a crise de 1383/85. Cfr. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

patrimonial das confrarias, que recolhem vendas, compras e em maior número, aforamentos, emprazamentos, escambos e encampações, encontrando-se ainda, alguns testamentos e doações "*pro anima*".

Na generalidade dos casos, os documentos começam por identificar os responsáveis das confrarias, apresentando alcaides, mordomos, escrivães e restantes membros, seguindo, como é costume neste tipo de documentação, a indicação do tipo de contrato, mencionando o seu beneficiário e determinando as condições em que se realiza a transacção. Termina com o "rol" das testemunhas, presentes ao acto.

Apesar destas fontes fornecerem o núcleo principal das informações a trabalhar, apresentam algumas limitações, ao não disponibilizarem indicações acerca da origem e percursos sociais dos indivíduos identificados.

Para dar solução às questões da origem social, recorreu-se às biografias e estudos de linhagens existentes para o período medieval, como sejam, o nobiliário das famílias de Portugal<sup>11</sup>, bem como a outros livros de linhagens<sup>12</sup> ou ainda a um manuscrito da biblioteca publica de Évora<sup>13</sup> e aos *Documentos Históricos da Cidade de Évora*<sup>14</sup>.

O universo das origens e percursos sociais foi, em parte, clarificado pela recolha de informação em diversas fontes. Recorreu-se, em primeiro lugar, ao fundo da Câmara Municipal de Évora<sup>15</sup>, tentando identificar os membros de cargos concelhios, que posteriormente, seriam comparados com os representantes das confrarias, com o objectivo de reestruturar carreiras.

---

<sup>11</sup> Manuel J. Felgueiras Gayo, *Nobiliário das famílias de Portugal*, Vol. I, 3ª edição, s.n., Braga, 1992.

<sup>12</sup> Anselmo Braancamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, 3 Vols., Lisboa, INCM, [1996].

<sup>13</sup> B.P.E., *Novos Reservados*, CXXIII.

<sup>14</sup> Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, Lisboa, INCM, [1998].

<sup>15</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Livro 67.



Não sendo suficiente a informação recolhida, interrogaram-se as chancelarias régias de D. João I <sup>16</sup>, D. Duarte <sup>17</sup> e D. Afonso V <sup>18</sup>, colhendo indicações sobre a origem e percurso social de alguns confrades.

Por último, algumas palavras acerca da metodologia utilizada. A intenção inicial de estudar indivíduos, sem pretender fazer um relato sobre aspectos particulares da sua vida, descontextualizados de um estudo de conjunto, conduziu à utilização dos princípios do método prosopográfico.

Como o objectivo principal da prosopografia é analisar o indivíduo em função da totalidade de que faz parte ou se encontra inserido, esclarecendo as suas acções no contexto histórico <sup>19</sup>, revelou-se o método mais satisfatório, para atingir os fins propostos <sup>20</sup>.

Num primeiro momento houve a necessidade de definir critérios, que permitissem identificar os indivíduos a perseguir. Decidiu-se cingir o estudo às chefias administrativas, partindo-se do princípio que existiam dois grupos distintos. O principal alvo de análise seriam todos aqueles que ocuparam cargos de alcaide, mordomo ou escrivão, pois, pela hipótese formulada anteriormente, haveria mais probabilidades de obter informações sobre estes personagens. Num segundo plano encontrar-se-iam os restantes confrades, devido à dificuldade de fornecer mais do que especulações, por não ser possível conhecer a totalidade dos membros afectos às confrarias.

Com esta classificação pretende-se alcançar os objectivos propostos, pois pensa-se que permitem caracterizar sócio economicamente o grupo dirigente, reconhecer presumíveis estratégias e restabelecer percursos sociais.

---

<sup>16</sup>A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, L.º 1.2.4.

<sup>17</sup>A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, L.º 1.

<sup>18</sup>A.N.T.T., *Chancelarias de D. Afonso V*, L.º 11, 12, 19, 20, 22, 23.

<sup>19</sup> Cfr. Neithard Bulst, "Object et Methode de la Prosopographie", in *L'Etat Moderne et Les Elites: XIII - XVIII Siècles. Apports et Limites de la Methode Prosopographique: Actes du Colloque International CNRS à Paris*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, pag. 473.

<sup>20</sup> Abandona-se a perspectiva de que a prosopografia é uma mera colecção de observações sobre um conjunto de indivíduos, cujas práticas sociais os relacionam.

Por seu turno, esta classificação implica a introdução de algumas variáveis de análise, como sejam, o papel das unidades familiares no seio das confrarias, o nascimento dos confrades, matrimónio, estatuto sócio económico, cargos ocupados, mercês auferidas, tempo de permanência nas instituições de assistência, e período da suas vidas em que isso ocorreu. Estes elementos são indicadores que permitem compreender a importância que a ocupação de um cargo administrativo numa confraria, teve no percurso social de um indivíduo ou família.

A análise que se pretende levar a cabo estaria manifestamente mais completa se fosse possível reconstruir as redes de relações em que estes confrades se encontravam inseridos, ao possibilitar o entendimento sobre os benefícios que, presumivelmente, podiam alcançar. Porém os dados não facilitam mais do que probabilidades, ao convidar a induzir sobre as relações interpessoais destes personagens <sup>21</sup>.

Em suma, esta dissertação pretende afastar-se do estudo exaustivo das confrarias, enquanto instituições de cariz assistencial, para se centrar na acção dos indivíduos que as integram. Percebê-los como agentes sociais com interesses, que utilizam estas instituições para chegar a liderar a comunidade urbana, servindo-se quer do prestígio que advêm da ocupação dos seus postos de chefia, quer da experiência de liderança, ou seja, perceber o contributo destas associações na formação da elite eborense e desta forma concluir sobre o seu papel social.

Utilizando as palavras de F. Piselli, pretende-se estudar o indivíduo no seio do grupo e a instituição, mas também, entender a forma como

---

<sup>21</sup> A ocupação de um cargo concelhio ou o facto de ser agraciado com uma mercê régia revelam que um indivíduo se encontrava inserido ou mantinha uma rede de relações que lhe era favorável. Se a obtenção desses cargos ou favores régios foi conseguida antes ou após à ocupação de um cargo administrativo numa confraria, pode revelar a importância que as confrarias detinham na sociedade medieval.

indivíduo é condicionado, e como ele utiliza os recursos disponíveis de acordo com os seus interesses <sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Tradução pessoal de "Reti Sociali e Comunicative. Introduzione", in *Reti. L'analisi di Network nelle Scienze Sociali*, Roma, Donzelli Editori, 1995, pag. XXXVIII.

## I - O Fenómeno Confraternal: Abordagens e Perspectivas de Estudo

A escrita da História assumiu ao longo da evolução da humanidade, inúmeras perspectivas, dependentes das vontades e dos objectivos dos dirigentes, das ideologias e paradigmas dominantes, da parcialidade ou isenção dos autores<sup>23</sup>.

A vontade de criar uma memória tornou a História num repositório de factos políticos, de desempenhos individuais, sem qualquer preocupação crítica ou contextualizadora, menosprezando-se áreas de conhecimento que, aparentemente, não contribuíam para o melhor conhecimento e compreensão do passado.

O interesse pelo fenómeno assistencial foi inconstante ao longo dos últimos cem anos, ao depender do paradigma historiográfico dominante.

As obras mais antigas, que foram consultadas sobre o fenómeno assistencial, datam da década de oitenta e noventa da centúria de oitocentos. Sendo testemunhos do positivismo historiográfico, foram redigidas num estilo marcadamente narrativo, cuja intenção descritiva e cronológica pretendia perpetuar a memória de uma instituição e dignificar a sua acção.

Estudos como "*O regulamento dado às irmandades, confrarias e mais associações religiosas do vicariato do Norte*", de 1880<sup>24</sup> ou o "*Código das confrarias*", de António Xavier Monteiro, publicado em 1870<sup>25</sup>, limitam-se a recolher e a reproduzir informação sobre os estatutos, privilégios e a evolução das associações a que se reportam, sem sugerir quaisquer tipo de questões ou problemas.

---

<sup>23</sup> Jorge Lozano, *El discurso histórico*, Madrid, Alianza, 1989.

<sup>24</sup> António Thomás da Silva Leitão Castro, *O regulamento dado às irmandades, confrarias e mais associações religiosas do vicariato geral do Norte*, s.l., Paço Episcopal, 1880.

<sup>25</sup> António Xavier Monteiro, *Código das Confrarias*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870.

A alteração historiográfica operada em França na década de trinta do século passado, substituiu este modelo de compreensão historicista, que privilegiava a univocidade do acontecimento passado, colocando em causa a possibilidade de descobrir as estruturas das leis históricas, pela noção de que o passado se pode interpretar por intermédio da reconstrução das estruturas sociais, económicas e mais tarde culturais <sup>26</sup>.

O novo paradigma incluía o desenvolvimento de novas áreas de estudo, como a família, o direito, classes sociais, preços, implicando novas metodologias de análise, concepções de tempo, conceitos, na tentativa de aproximar a História das demais Ciências Sociais <sup>27</sup>.

Em Portugal a implantação do Estado Novo, a partir de 1933, dificultou a introdução deste novo paradigma, por se privilegiar a exaltação do passado, celebrar os seus heróis <sup>28</sup>. Esta posição ortodoxa perante a História, não se pretendia fixista, mas não se ponderava a crítica, nem o debate. Assim, surgiu uma historiografia do "regime" que não discutia os valores essenciais da Pátria, nem a sua história, a respectiva autoridade e prestígio <sup>29</sup>.

Apesar destes condicionantes a temática assistencial seria abordada com uma preocupação problematizante. O carácter corporativista do Estado Novo, juntamente com a concepção nacionalista de História, em que a exaltação do passado servia para legitimar as medidas políticas contemporâneas, com vista ao progresso<sup>30</sup>, levaria os estudiosos a debruçarem-se sobre o movimento confraternal, entendendo as confrarias como "progenitoras" das corporações de mesteres, não visando a defesa dos direitos dos oficiais ou qualquer representatividade nos órgãos concelhios,

---

<sup>26</sup> José Mattoso, "Novos rumos da historiografia", in *A escrita da História: Teoria e métodos*, Lisboa, Ed. Estampa, 1988, pp. 43 – 56.

<sup>27</sup> Lucien Febvre, *Combates pela História*, 2 vols, Lisboa, Presença, 1977.

<sup>28</sup> Cfr. Luís Reis Torgal \* José Amado Mendes \* Fernando Catroga, "A História em tempo de «Ditadura»", in *História da História de Portugal*, Vol. I, s.l., Temas e Debates, 1998, pag 273.

<sup>29</sup> Cfr. *Ibidem*, pag. 273.

<sup>30</sup> Cfr. *Ibidem*, pag. 273.

mas como associações de assistência e socorros mútuos, concorridas por indivíduos do mesmo ofício.

Marcelo Caetano referia-se desta forma às confrarias, " (...) *não temos dúvidas que existiu uma actividade associativa, com fins de ajuda mútua, muito embora não corresponda ao tipo de irmandade que mais tarde viria a surgir. Confraria era na Idade Média, qualquer associação formada por homens livres, para se ajudarem mutuamente, no material como no espiritual, tratando-se como irmãos (...)*"<sup>31</sup>.

Esta perspectiva não era a única no panorama historiográfico português. São conhecidos alguns estudos de cariz marcadamente positivista<sup>32</sup>, prolongando a perspectiva histórica herdada do século XIX, mas também, alguns estudos influenciados pela Nova História.

As obras produzidas, na década de quarenta do século passado, por Fernando da Silva Correia<sup>33</sup> são um marco no estudo desta temática. Ao estudar as origens da misericórdia portuguesa, o autor procura esclarecer os primórdios da assistência em Portugal, conferindo às confrarias um papel importante no âmbito da assistência medieval, alargando a abordagem para elucidar os serviços prestados pelos hospitais neste período.

A perspectiva de estudo nas obras deste autor é mais abrangente. Tem uma preocupação claramente interpretativa e explicativa, mas não abandona o estilo narrativo/descritivo, ao não declarar nenhuma questão ou formular uma hipótese de análise, a partir da qual a desenvolva.

---

<sup>31</sup> *As corporações de ofícios mecânicos: subsídios para a sua História*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1974, pag 32.

<sup>32</sup> José Maria Pereira Ferraz, *Assistência privada, vida das misericórdias, acção, bases de reorganização: IV Congresso sobre as Misericórdias*, Braga, s.n., 1930. Amaral Frásão, *Manual das Misericórdias e demais pessoas colectivas e demais pessoas colectivas de utilidade pública e administrativa*, s.l., s. n., 1937. Rui Pinto de Azevedo, "O compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente", *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 1ª série, tomo VI, 1962, pp. 7 – 23. J. Pinto Ferreira, *Nossa Senhora da Silva*, Porto, Publicações de Nossa senhora da Silva, 1967.

<sup>33</sup> Cfr. *Origem e formação das Misericórdias portuguesas: Estudos sobre a História da assistência*, Lisboa, Henrique Torres, 1944. *Hospitais medievais portugueses*, Lisboa, Imprensa Médica, 1943. *Hospitais pré-quincentistas portugueses: uma lição da História*, s.l., s.n., 1944.

A entrada de Marcelo Caetano para o poder, como chefe do executivo, em 1968, facilitou a abertura relativa ao exterior e uma liberalização interior, com consequências no panorama historiográfico nacional, que acabou por sofrer influências da História das Mentalidades, que despontava em França.

Este contexto político mais liberal facilitou a renovação dos estudos sobre as confrarias, que deixaram de estar confinados, como habitualmente ocorria, a referências em capítulos da História da Igreja ou da acção assistencial<sup>34</sup>.

As primeiras jornadas Luso-Espanholas de História Medieval<sup>35</sup>, de 1973, seriam o eco peninsular da renovação historiográfica operada na Europa. As actas destas jornadas congregaram o que de melhor se escreveu, até então, acerca da pobreza e da assistência, na Península Ibérica, facilitando a partilha de informação, a valorização ou o descortinar de caminhos timidamente trilhados pelos historiadores peninsulares.

Seria excessivo afirmar que os textos extraídos destas jornadas constituíram o momento fundador da renovação operada nesta área de investigação em Portugal, mas é inegável que tiveram o mérito de ventilar e dar novo fôlego a esta problemática.

Autores como Carlos A. F. de Almeida, Maria José Lagos Trindade, Iria Gonçalves ou Maria José P. Ferro debruçaram-se sobre o fenómeno assistencial, ao estudá-lo nas suas múltiplas perspectivas, partindo de um problema ou hipótese aos quais dar resposta.

Carlos de Almeida realçou os cambiantes que a assistência podia assumir, não a cingindo à esmola ou ao abrigo de necessitados conhecidos,

---

<sup>34</sup> Maria J. P. F. Tavares, "Assistência na Idade Média", *Dicionário de História da Igreja em Portugal* (António B. De Andrade dir.), Vol. I, Lisboa, Ed. Resistência, 1980, p. 635 – 640.

<sup>35</sup> AAVV, *Pobreza e Assistência aos pobres na Península Ibérica, durante a Idade Média. Actas das primeiras jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, 2 Vols., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973.

ao alargá-la ao auxílio de pobres itinerantes, bem como os caminhos e pontes por eles percorridos <sup>36</sup>.

Por seu turno Maria José Lagos Trindade, esclarece a forma de intervenção régia na assistência. No seu artigo, a autora, concluiu que o rei gradativamente se responsabilizou pelas instituições de assistência, acabando por substituir os particulares e o poder concelhio, no final da Idade Média <sup>37</sup>.

Por último, Maria José Pimenta Ferro apresenta no seu texto aspectos mais teóricos que justificam a caridade medieval, acabando por se centrar no estudo do hospital de D. Maria de Aboim e do conde D. Pedro, dos quais averigua as origens, serviços prestados e deveres dos beneficiários <sup>38</sup>.

Estes três exemplos retirados dessas jornadas testemunham a diversidade de abordagens que os mediavalistas portugueses começaram a desenvolver sobre o fenómeno assistencial.

A partir de 1987 foram escritas várias obras sobre o fenómeno assistencial ou confraternal. O número oito da revista de Estudos Medievais, editada no Porto, nesta data, congrega um conjunto de artigos referentes a esta temática, que focam a atenção no estudo de casos específicos, como por exemplo o estudo das gafarias de Santarém<sup>39</sup> e de outras instituições de assistência desta cidade <sup>40</sup> bem como o caso de três confrarias alentejanas <sup>41</sup>.

---

<sup>36</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Caminhos e assistência aos pobres durante a Idade Média", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 39 – 57.

<sup>37</sup> Maria José Lagos Trindade, "Notas sobre a intervenção régia na administração das instituições de assistência, nos finais da Idade Média", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 873-887.

<sup>38</sup> "Nótulas para o estudo da assistência médica hospitalar aos pobres de Lisboa, os hospitais de D. Maria de Aboim e do conde D. Pedro", *Op. Cit.*, pp. 371 - 399.

<sup>39</sup> Manuel Silvio Alves Conde, "Subsídios para o estudo dos gafos em Santarém (séc. XII a XV)", *Estudos Medievais*, n.º 8, 1987, pp. 90 – 170.

<sup>40</sup> Maria Manuela Silva, "A assistência social na Idade Média: Estudos comparativos de algumas instituições de beneficência de Santarém", *Estudos Medievais*, n.º 8, Porto, 1987, pp. 32 - 54.

<sup>41</sup> Maria J. P. Ferro, "Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: Compromissos de três confraria de Homens Bons alentejanos", *Estudos Medievais*, n.º 8, Porto, 1987, pp. 55 - 72.



Deste período cronológico destacam-se, também, as obras de Maria José Pimenta Ferro <sup>42</sup> e Iria Gonçalves <sup>43</sup>. Em muitos aspectos, os estudos produzidos por estas historiadoras permitem sintetizar as diferentes perspectivas de análise, que nortearam os desenvolvimentos desta temática.

Os seus estudos contribuíram para desestruturar a visão corporativista do fenómeno confraternal, vigente ao longo do Estado Novo, ao afirmarem que as confrarias admitiam quem lhes quisesse pertencer, porém não reconhecem a diversidade de critérios de admissão. Estas autoras instituem um conceito de confraria, amplamente aceite pela comunidade de historiadores, ao defini-las como associações de cristãos, leigos ou eclesiásticos, para a prática da caridade e auxílio na vida e na morte, simbolizada pelas obras de misericórdia <sup>44</sup>.

As autoras coincidem, também, ao afirmar que para além de desempenharem funções devocionais e caritativas, as confrarias somavam a função de controle social, ao fomentar a paz e a concórdia entre confrades, punindo discórdias e maledicências, instituindo multas para os prevaricadores.

Maria José Pimenta Ferro teria, ainda, o mérito de manifestar uma viragem na perspectiva de abordagem desta temática, ao enquadrar o fenómeno confraternal num contexto social e mental mais amplo, ao justificar todos os momentos da vida da instituição e ao inserir uma nova

---

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> "As confrarias medievais da Região de Alcanena", *Boletim do Centro de Estudos Históricas e Etnológicos*, Ferreira do Zêzere, s.n., 1989.

<sup>44</sup> Atribuíram a estas associações funções caritativas que envolviam a prestação de auxílio em caso de necessidade, provocada por situações de doença, morte ou qualquer outra calamidade. A doença revestia-se de uma importância muito grande, mas seria a morte a mobilizar os confrades, acompanhando o irmão defunto, preparando o seu funeral e o respectivo cortejo, em que todos deviam participar. Mas a sua acção não se limitava a acompanhar o defunto no momento de transição, estendia-se à realização de missas em prol da alma dos confrades finados.

variável de análise; a sociabilidade, na sua obra, *A pobreza e a morte em Portugal, na Idade Média*<sup>45</sup>.

Em 1989, José Marques, num artigo publicado na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, fazia um balanço do estudo desta temática, considerando-o um dos meios de entrar na esfera da história social e das mentalidades "(...) onde se entrecruzam as virtualidades do associativismo enformado pela caridade cristã, os problemas entre as autoridades eclesiásticas e civis, aspectos económicos inerentes às redes viárias, bem como os de natureza jurídica, história da Medicina, geografia humana e história Literária(...)"<sup>46</sup>.

Este autor faz, também, referência aos estudos de António Cruz, Carlos A. F. de Almeida sublinhando que apesar de estes se limitarem ao Norte de Portugal, as realidades estudadas, é mais abrangente, "(...) como é licito concluir dos estudos recentes de Maria José Pimenta Ferro, Manuel Silvio Conde, Manuela Santos Silva e Maria Ângela Beirante (...)"<sup>47</sup>.

Seria esta última autora<sup>48</sup> juntamente com Maria Helena da Cruz Coelho, as mentoras da renovação. A primeira por inserir a questão da solidariedade, desafiando os limites impostos pelas abordagens anteriores, ao enveredar pela análise da composição social destas associações de caridade, que lhe permitiu concluir, "(...) mais do que um refúgio dos humildes, as confrarias medievais eborenses são meios diversificados de afirmação do poder, por parte de uma oligarquia urbana."<sup>49</sup>

Porém, a via aberta nas primeiras jornadas sobre a forma de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul foi descurada ao

---

<sup>45</sup> Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, [1987].

<sup>46</sup> "A assistência no Norte de Portugal, no final da Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, Vol. VI, 1989, pag. 12.

<sup>47</sup> *Ibidem.*, pag. 11.

<sup>48</sup> "Os diferentes tipos de solidariedade na cidade medieval. O exemplo de Évora", in *Arqueologia do Estado. As 1 Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul: Séculos XIII - XVIII*, Vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 41 - 53.

<sup>49</sup> *Ibidem.*, pag. 44.

desconhecer desenvolvimentos posteriores por parte dos medievalistas portugueses, mais preocupados com os aspectos formais das instituições, mesmo quando centravam o estudo numa determinada instituição ou numa região.

Ângela Beirante daria ao prelo uma outra obra<sup>50</sup>, em 1990, que reúne as conclusões resultantes de estudos localizados, facilitando uma síntese acerca dos aspectos institucionais deste tipo de associações (critérios de adesão, organigrama de funções, eleições), síntese que conclui acerca das funções e objectivos, incluindo neles a ajuda, a solidariedade e a sociabilidade, indicando algumas tendências para a construção da respectiva base patrimonial e composição social. Contudo, as fontes que utiliza são maioritariamente compromissos, reguladores da vida das instituições, mas que não expressam totalmente o seu pulsar, cujo quotidiano é grandemente baseado em regras práticas de funcionamento, baseadas na tradição.

Este estudo juntamente com o artigo de Maria Helena da Cruz Coelho<sup>51</sup> concedem uma visão restaurada da temática confraternal. O mérito destas autoras radica na utilização de dois novos conceitos, famílias fictícias e relações horizontais.

Ambas entendem as confrarias como uma forma de familiaridade artificial, por lhes serem reconhecidas funções de solidariedade, auxílio e sociabilidade, oferecendo um enquadramento substitutivo, principalmente, para aqueles que, na crise do século XIV, fugidos ao campo procuram nas cidades melhores condições de vida, mas que se encontravam desenraizados. As confrarias constituíram uma "garantia" num momento em que a família alargada se encontrava em dissolução e em que as

---

<sup>50</sup> Ângela Beirante, *As Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, s.n., 1990.

<sup>51</sup> "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na Vida e na Morte", in *Cofradias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval: XIX semana de estudios medievales*, Pamplona, s.n., 1992, pp. 149 - 182.

relações de vassalagem e dependência pessoal eram impotentes para responder às necessidades sentidas pelas populações<sup>52</sup>.

Ambas reconheciam a existência de uma organização interna, donde resultava uma hierarquia de funções, dessas ligações verticais desenvolviam-se as solidariedades horizontais " (...) *as confrarias atestam a existência e o vigor das solidariedades horizontais numa época em que as solidariedades verticais eram dominantes.*"<sup>53</sup>

Os estudos que se lhe seguiram enveredaram por outras vias, ao explorar os compromissos dos agrupamentos, os aspectos mais institucionais, tendo, ainda, a preocupação em descortinar a constituição do seu património.

Foi o caso das análises realizadas por Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre a propriedade das albergarias de Évora<sup>54</sup>, de Amândio Jorge Barros<sup>55</sup>, sobre a confraria de S. Pedro de Miragaia no Porto, e mais recentemente, em 1996, por Catarina Simões, cuja dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Letras do Porto, versa sobre as confrarias corporativas do Porto, insistindo sobre o estudo dos seus compromissos<sup>56</sup>.

Quer a obra de Bernardo Vasconcelos e Sousa, quer a de Amândio Barros apresentam aspectos inovadores, a primeira por indagar a origem patrimonial das confrarias eborenses nos finais da Idade Média, mas também por investigar a composição social dos foreiros e doadores destas instituições. O segundo autor prima por enquadrar a confraria de S. Pedro de Miragaia no seio da comunidade portuense, esclarecendo as suas

---

<sup>52</sup> Cfr. Angela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 13.

Cfr. Maria Helena da C. Coelho, *Art. Cit.*, pag. 156.

<sup>53</sup> Angela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 13.

<sup>54</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, INIC, 1990.

<sup>55</sup> *A confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto no século XV*, Porto, INIC, 1991.

<sup>56</sup> *Introdução ao estudo das confrarias corporativas do Porto (Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto)*, Porto, Universidade do Porto, 1996.

relações com o clero, com a câmara, com alguns particulares e com o próprio rei.

Em suma, as análises produzidas em Portugal acerca do fenómeno confraternal, ao longo da Idade Média, abordam as confrarias pelo prisma da assistência, entendendo-as como espaços de solidariedade, ajuda e auxílio, dando origem à criação de famílias substitutivas, muito mais presentes no quotidiano dos indivíduos que as grandes categorias teórico ideológicas das três ordens.

Tratavam-se de espaços religiosos, por serem inspiradas pelos princípios da Fé cristã, de amor e de auxílio ao próximo, por confrades se reunirem à sombra protectora de um santo, velando pela salvação da alma dos irmãos defuntos, realizando missas, participando nas cerimónias religiosas.

Tratavam-se de corpos sociais fechados e hierarquizados, pela própria organização interna e por uma teia de relações que a maioria dos autores admitem horizontais.

Para além destas perspectivas, estudos existentes para o período Moderno<sup>57</sup> e Contemporâneo<sup>58</sup>, que se debruçam sobre a realidade assistencial portuguesa, apontam para a instrumentalização das misericórdias (que se viriam a assumir como sucessoras das confrarias), como espaços cujas prerrogativas são utilizadas para a obtenção de benefícios sociais<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> C.R. Boxer, *O império colonial português: 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, s.d., pag. 263. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1660 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990 Ainda da mesma autora, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e de Poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. Isabel Cristina dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*, Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

<sup>58</sup> Rui Santos, "Senhores da terra, senhores da Vila: Elites e poderes locais em Mértola", *Análise Social*, Vol. XVIII, 1993, pp. 345 – 369. José M. Sobral, "Religião, relações sociais e poder. A Misericórdia de F. no espaço social e religioso (Séc. XIX – XX)", *Análise Social*, Vol. XXV, 1990, pp. 351 – 373.

<sup>59</sup> Estes estudos partem do mesmo pressuposto. As misericórdias são pólos de poder, social, económico e político, constituindo um espaço tentador, para aqueles que pretendem assumir algum protagonismo social.

A produção historiográfica europeia que se debruça sobre o fenómeno confraternal no período medieval aponta neste mesmo sentido. Estudos realizados em França, Espanha e Itália, acerca do fenómeno confraternal concluem no mesmo sentido que os modernistas portugueses, no estudo das misericórdias. Ângela Beirante<sup>60</sup>, afirmou esta tendência, para o caso das confrarias eborenses.

B. Chevalier<sup>61</sup> e Jacques Rossiud<sup>62</sup> reforçam estas afirmações, ao insistir que a admissão em algumas confrarias era o primeiro estágio de integração na aristocracia urbana.

Catherine Vincent avança com outra perspectiva, questionando alguns pontos aceites pela comunidade de historiadores, portugueses e estrangeiros, ao afirmar que estas instituições caritativas possuíam uma acção mais restrita, substituindo os pobres, enquanto objecto de assistência, pelo núcleo dos próximos, ou seja, agindo para o bem estar dos seus próprios membros<sup>63</sup>.

Segundo Catherine Vincent as confrarias eram convidadas a participar nas grandes demonstrações públicas de identidade colectiva, o que lhes valia um lugar destacado no seio da comunidade, por isso mesmo tentavam impor-se como protagonistas no jogo social, actuando frequentemente como "banco de ensaio" para futuros dirigentes locais<sup>64</sup>.

A abordagem desta temática no seio da historiografia espanhola sofreu uma evolução muito semelhante à descrita pela portuguesa. Contudo, estes autores têm demonstrado uma grande preocupação com a terminologia utilizada, tentando distinguir entre confrarias, irmandades,

---

<sup>60</sup> Cfr. "Os diferentes tipos de solidariedade na cidade medieval. O exemplo de Évora", in *Arqueologia do Estado. As I Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul: Séculos XIII - XVIII*, Vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 41 - 53.

<sup>61</sup> B. Chevalier, *Tours, ville royale 1356-1520*, Paris, Nauwelaerts, 1975.

<sup>62</sup> Jacques Rossiud, "Crise et consolidations 1330-1530", in *Histoire de la France urbaine (dir. G. Duby)*, Vol. II, Paris, Editions du Seuil, 1980, pp. 407- 613.

<sup>63</sup> Catherine Vincent, *Les Confréries médiévales dans le royaume de France (XII- XV)*, Paris, Albin Michel, 1994, pag. 81.

<sup>64</sup> Cfr. *Op. Cit.*, pag. 153.

grémios e corporações, já que se tratam de associações de natureza distinta, pelos seus objectivos e funções, mas dos quais resultam agrupamentos muito semelhantes.

A produção historiográfica vizinha ultrapassa as questões meramente institucionais, contribuindo com algumas indicações acerca da influência das confrarias e irmandades na vida local, quer para o período medieval, quer para o período moderno. António Moralez foi um dos autores que estudou a influência das irmandades na vida local, acabando por afirmar que a crise da monarquia castelhana nos últimos anos do reinado de Afonso X contribuiu para conferir às irmandades uma dimensão política de amplo alcance<sup>65</sup>.

Gregória Dominguez demonstrou como a documentação medieval das confrarias reflecte a configuração dos diferentes estratos sociais existentes na cidade de Astorga, enquanto as associações se consolidavam como estruturas corporativas<sup>66</sup>.

A autora reforça a opinião de António de Moralez, ao concluir que as confrarias de Astorga reflectiam a presença de uma oligarquia urbana, por integrarem membros da nobreza local e agentes ligados ao comércio, que mantinham um controle incessante dos cargos concelhios<sup>67</sup>.

Em Itália, os caminhos da historiografia seguiram os rumos traçados por franceses e espanhóis. O carácter pioneiro da obra de P. Meersseman nos anos cinquenta, foi seguida por um conjunto de estudos dispersos, dependentes dos interesses particulares dos historiadores.

A italiana, Giovanna Casagrande, cujo estudo sobre a companhia de S. Anello, permite concluir sobre a implantação dessa instituição na cidade de Roma, no final do século XV, sublinha o controle social exercido por

---

<sup>65</sup> “La influencia de las hermandades en la vida local y judicial (siglos XVI al XVIII)”, in *Pobreza y asistencia social en España, siglos XVI al XX*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1987, pp. 29 – 41.

<sup>66</sup> Gregória Cavero Domingues, *Las cofradías em Astorga durante la Edad Media*, s.l., Universidad de León, 1992.

<sup>67</sup> *Ibidem*, pag.213- 214.

esta confraria, vendo-a como determinante para a pacificação social deste centro urbano<sup>68</sup>.

Todas estas linhas de investigação trilhadas pelos diferentes autores, portugueses e estrangeiros, permitem concluir que a temática confraternal tem múltiplas vertentes de análise, não se esgota na descrição das suas funções caritativas ou devocionais, nem mesmo se consegue explicar este fenómeno, totalmente, se apenas o associarmos à religiosidade medieval.

As conclusões retiradas dos estudos portugueses para o período moderno e contemporâneo e dos estudos franceses, espanhóis e italianos, reforçam a hipótese das confrarias terem sido pólos de poder social, económico e político, apetecíveis para aqueles que pretendiam destacar-se a nível local ou que pela sua origem social desfrutavam de um estatuto sócio económico que lhes garantia a diferenciação social.

---

<sup>68</sup> Giovanna Casagrande, “Devozione et Municipalité: la Compagnia del S. Anello/S. Giuseppe di Perugia”, in *Le mouvement confraternel au Moyen Age. France, Italie, Suisse. Actes des Tables Rondes*, Genève, Librairie Droz, 1987, pag. 182-183.



## II - Panorâmica Geral da Assistência em Portugal, no Final da Idade Média: Instituições

Avaliar e compreender o cenário assistencial português, no final da Idade Média, com o intuito de distinguir as confrarias das restantes associações, de cariz assistencial, é o objectivo elementar deste capítulo.

Contudo, esta intenção, isenta de qualquer preocupação contextualizadora, implica a simplificação de uma problemática, que levanta algumas questões entre os historiadores<sup>69</sup>.

Para tentar esclarecer este fenómeno, que encontrou eco um pouco por toda a Europa Ocidental, seria conveniente integrá-lo na conjuntura que o viu nascer, ultrapassando as análises centradas em cada uma das instituições, transferindo o estudo para um plano mais abrangente, que possa esclarecer a sua origem, a sua natureza diversificada, bem como as funções por elas assumidas.

Esta intenção torna-se mais premente num estudo que pretende averiguar a importância destas instituições e a forma pela qual a ocupação dos seus cargos administrativos facilitaria ou promoveria a ascensão ou a consolidação de determinado estatuto social.

Atingir esta meta sem traçar um contexto que evidencie as transformações que se operaram quer na religiosidade dos fiéis, quer na própria espiritualidade medieval, das quais poderá retirar alguns parâmetros

---

<sup>69</sup> O fenómeno confraternal levanta um conjunto de questões relacionadas com a função social, a natureza das práticas, a influência nas crenças difundidas pelas confrarias e ainda o seu relacionamento com a hierarquia da Igreja. A estas interrogações soma-se a questão terminológica, resultante de uma concorrência de designações sobre uma mesma realidade, que dificulta a compreensão do movimento. A obscuridade persiste ao nível da cronologia do movimento confraternal e das diferentes etapas da sua evolução.

Cfr. Maria Helena da Cruz Coelho, "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na Vida e na Morte", in *Cofradias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval: XIX semana de estudios medievales*, Pamplona, s.n., 1992, pag. 149 e André Vauchez, "Conclusion", *Mouvement confraternel au Moyen Age. France, Italie, Suisse*, Lausanne, École Française de Rome, 1987, pp. 398.

que permitam justificar a proliferação destas instituições de beneficência, por toda a Europa Ocidental, revela-se uma tarefa difícil.

Não obstante, a visão estaria truncada se não se esboçasse um quadro sócio económico, capaz de conferir alguma inteligibilidade sobre o que esteve na origem do fenómeno assistencial, ao permitir reconhecer as condições de vida das populações.

Conhecem-se na Sagrada Escritura inúmeras referências exortativas do amor ao próximo, sabendo-se que é a forma de expressar o Amor a Deus<sup>70</sup>, não admira, pois, que a expansão da religião cristã, tenha fortificado a prática caritativa.

As exortações de Amor ao próximo conheceram uma ampla difusão na Europa do século XII, enquadradas que estavam no movimento de crítica interna da Igreja, comumente designada por reforma gregoriana<sup>71</sup>. período conturbado da história da Igreja<sup>72</sup>, e do qual resultou um florescimento religioso, baseado no retorno ao cristianismo primitivo, ao exemplo de Cristo e dos Apóstolos, tal como se encontrava descrito na Bíblia e nos Evangelhos<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> "Ouviste que foi dito: Amares o teu próximo e odiares o teu inimigo: Eu, porém, digo-vos: Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem. Fazendo assim, tornar vos eis filhos do vosso Pai que está no céu (...)" S. Mateus, 5, 43 - 45 e "O meu mandamento é este. Que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei. Ninguém tem mais amor do que aquele que dá a vida pelos seus amigos." S. João, 15, 12 - 13.

<sup>71</sup> Denominação justificada se considerarmos que durante mais de trinta anos (1049 - 1084), mesmo antes de ser investido como papa Gregório VII, o monge Hildebrando, foi um dos principais animadores e propagadores da reforma.

Cfr. André Vauchez, "Da reforma à cruzada: na via da espiritualidade da acção", *A espiritualidade da Idade Média Ocidental : Séculos VIII - XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 67.

<sup>72</sup> O movimento reformista da Igreja, no século XII, pugnou contra o tráfico das dignidades eclesiásticas e do concubinato dos padres, contestando a investidura laica, da qual, afirmavam os reformadores, procediam estes abusos. O Papa Gregório VII foi mais longe, ao reivindicar para a *Igreja Libertas* a independência perante o império, mas o direito exclusivo de julgar a sociedade cristã.

Não obstante os historiadores terem dado mais importância a estes aspectos, a reforma não se resumiu a uma luta contra os abusos dos senhores feudais em matéria eclesiástica, os reformadores, perante uma eminente catástrofe, pretendiam construir na terra o reino de Deus, objectivo que reforçou a aposta feita na acção apostólica, de combate pela fé, pelo serviço dos pobres e dos próximos.

Cfr. *Ibidem*, pp. 66 -73.

<sup>73</sup> Para os Homens do século XII, conscientes de serem herdeiros indignos de um passado brilhante, o progresso situa-se na redescoberta de uma tradição que a dureza dos tempos fizera perder de vista. Cfr. *Ibidem*, pag. 81.

O desejo de recuperar a perfeição da Igreja primitiva, expressa no ideal de "*Vita Apostolica*"<sup>74</sup>, responsável por um novo entendimento do conceito de comunidade, materializado nos mosteiros e conventos<sup>75</sup>, levou a Igreja a assumir uma maior abertura para o exterior, mediatizada pela nova pedagogia da "*cura animarum*" e pela oferta da Palavra de Deus, através da pregação.

No rescaldo das transformações ocorridas no mundo dos clérigos, ao longo do século XII, registou-se um afastamento entre leigos e eclesiásticos, arreigando-se, estes últimos, ao monopólio do sagrado, remetendo os leigos para as actividades profanas.

Porém, os fiéis não aceitaram o lugar que se lhes pretendia impôr. Influenciados por uma "*cura animarum*" melhorada, pela multiplicação de paróquias, rurais e urbanas, às quais se somaram um acréscimo de contactos com o mundo dos religiosos, através da difusão, pela palavra e pelo exemplo, do ideal de "*Vita Apostólica*" e ainda pela influência de pregadores, a religiosidade dos leigos afirmou-se, bem como, o desejo de aceder e obter a salvação eterna sem, porém, ser necessário abandonar o mundo<sup>76</sup>.

No quadro espiritual, que se esboçou a partir do século XII, o exercício da caridade revestiu-se de novas formas, ao oferecer-se como um meio para concretizar esta dupla exigência proposta aos cristãos.

---

<sup>74</sup> O regulamento da vida quotidiana e da vivência religiosa pelos postulados do Cristianismo, fomentados por Cristo e pelos apóstolos. Cfr. Brenda Bolton, "A crise religiosa do Século XII", *In Reforma da Idade Média*, Lisboa, Edições 70, [1985], pag. 20.

<sup>75</sup> A unidade renovada baseava-se no ideal expresso no Acto dos Apóstolos, III, 42 - 47 " *Todos os que acreditavam viviam juntos e possuíam tudo em comum*", que deveria ser operacionalizada pelos fiéis. Este ideal acabou por desvalorizar a vivência comunitária, testemunhada por conventos e mosteiros, que preconizavam a contemplação e não a propagação da palavra Divina, como forma de ascensão espiritual. Cfr. André Vauchez, " Le tournant pastoral du XIII siècle. Son importance et ses limites ", *in Les Laïcs au Moyen Age*, Paris, Les Editions du Cerfs, 1987, pag. 137.

<sup>76</sup> Cfr. Brenda Bolton, *Op. Cit.*, pag. 22.

A este panorama religioso associaram-se novas condições socio-económicas, que acabariam por influir na adopção e prática das alterações preconizadas pela reforma religiosa.

Os séculos XII e XIII foram marcados pela expansão económica, fruto do aumento da produção agrícola e do dinamismo comercial que, por sua vez, fomentaram o renascimento das cidades, alimentado por um fluxo populacional, atraído aos burgos, em busca de melhores condições de vida.

Na opinião de André Vauchez a consequência mais importante operada pelas novas condições sócio-económicas, talvez tenha sido a importância crescente que o dinheiro assumia nas relações humanas, dando origem àquilo que o autor denominou de mentalidade do lucro, factor de afastamento, marcado, entre ricos e pobres<sup>77</sup>.

Até esta data a pobreza era sinónimo de um estado de fraqueza e de inferioridade social. Porém, o clima espiritual que exaltava a imitação da pobreza de Cristo e dos Apóstolos, viria influenciar na alteração do significado deste conceito. O adjectivo foi substituído pelo substantivo, ou seja deixou-se de entender pobre como qualidade dos que são fracos, rudes e vulgares, para ser sinónimo de humildade e virtude<sup>78</sup>.

A terrível crise de mortandade que se abateu sobre a Europa na centúria de Trezentos, provocada por fomes, epidemias e guerras, foi responsável pela decomposição dos núcleos familiares e dos vínculos tradicionais das relações sociais, acentuando, ainda mais, a distância que separava ricos e pobres.

Estas alterações económicas e sociais, juntamente com as exigências religiosas emanadas da reforma gregoriana, contribuíram para reforçar a

---

<sup>77</sup> André Vachez. "A religião dos novos tempos (fim do século XI-XII)", in *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: Séculos VIII-XIII*, Lisboa, Estampa, 1995, pag. 76

<sup>78</sup> Segundo Michel Mollat, pobre, é todo aquele que, de forma permanente ou temporária, se encontra numa posição de fraqueza, de dependência e humilhação, caracterizada pela privação de meios, de poder e consideração social. variáveis segundo as épocas e as sociedades. Tradução pessoal de *Les pauvres au Moyen Age*, Paris, Editions Complexes, 1978, pag. 14.

mística da pobreza e do associativismo<sup>79</sup>, como meios de atingir a salvação eterna.

Arquitectou-se, assim, uma antinomia entre salvação, garantida aos pobres e a condenação dos ricos, o que contribuiu para a elaboração de uma ideologia defensora de uma sociedade bipartida, entre poderosos/desvalidos, que acabaria por tornar os carenciados na força de salvação dos poderosos<sup>80</sup>. Construiu-se aquilo a que Maria José Pimenta Ferro denominou de "Economia de Salvação"<sup>81</sup>.

Obter a salvação eterna tornou-se uma imposição social para qualquer fiel, perseguida insistentemente por via da oração, doação "*pro anima*", esmola, legados patrimoniais ou pela participação em iniciativas colectivas<sup>82</sup>.

A efervescência da religiosidade popular deu origem à criação de inúmeras associações de cariz devocional, que iriam partilhar o espaço assistencial com mosteiros, leprosarias, mercearias, hospitais, albergarias, confrarias de mesteres e corporações.

A distinção entre estas instituições revela-se complexa. A sua acção atingia, praticamente, a mesma franja da população, os carenciados. Os cuidados prestados pouco divergiam de uma instituição para outra, numa época em que o cuidado da alma é protagonista, face aos cuidados com o corpo. A própria origem etimológica da palavra - assistência - também contribuiu para esta ambiguidade, já que evoca um sentimento de

---

<sup>79</sup> Colocar a fortuna pessoal ou familiar ao serviço dos desvalidos era uma forma de expiação dos pecados já que a "(...) a verdadeira caridade consistia em descobrir as misérias e aliviá-las por meio de um organização eficaz quanto o permitissem as condições da época.". André Vauchez, *Op. Cit.*, pag. 129.

<sup>80</sup> Cfr. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, s.d., pag. 64.

<sup>81</sup> *Ibidem*, pag. 66. Consistia numa troca de dons e um investimento no Além. A sobrevivência material de uns pela salvação eterna dos outros, precisamente, daqueles a quem Deus, na sua onnipotência, tinha cumulado de mais merecimentos, de maior poder e riqueza.

<sup>82</sup> Cfr. Michel Mollat, *Op. Cit.*, pag. 165.

compaixão, caridade, ou simples filantropia<sup>83</sup>. Mas a confusão gera-se, sobretudo em torno, das suas regras de admissão, que poderiam funcionar como elementos definidores de uma natureza "*sui generis*".

No conjunto das instituições promotoras de assistência, aquela que apresenta menos problemas na caracterização das suas práticas são os mosteiros. Estes estabelecimentos suportavam normalmente um pequeno hospital, que oferecia abrigo, cuidados médicos e alimentação.

A sua importância radica no facto de mosteiros e conventos, independentemente de se tratarem de estabelecimentos agostinhos, cistercienses ou mendicantes, terem constituído uma rede de beneficência, num período em que a maior parte dos poderes públicos ou particulares não respondiam às necessidades dos carenciados<sup>84</sup>. Por isso se afirma "*(...) que o espaço hospitalar ocidental, no que ele tem de mais genuíno, nasceu à sombra dos mosteiros beneditinos, como síntese entre a promoção e conservação da higiene individual e colectiva praticada no interior da comunidade, com a atenção e cuidados dedicados aos pobres e doentes*"<sup>85</sup>, mas mesmo antes da penetração da regra beneditina na Península, sobretudo na zona Norte e Centro, pode-se afirmar que a assistência não era estranha à vida dos mosteiros.

Também não existem muitos problemas no que respeita à definição das funções das mercearias e leprosarias. As mercearias destinavam-se a apoiar, sobretudo, os pobres envergonhados, isto é, aqueles que tendo tido sempre uma vida honrada tinham, com a sorte, a doença ou a velhice, caído em pobreza, recebendo a sua "ração" ou "mercê", ao longo da sua vida ou

---

<sup>83</sup> Cfr. *Idem*, "Pauvres et assistés au Moyen Age", in *Pobreza e Assistência aos pobres na Península Ibérica, durante a Idade Média. Actas das primeiras jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pag.12.

<sup>84</sup> José Marques, "A assistência no Norte de Portugal, no final da Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, Vol. VI, 1989, pag. 17.

<sup>85</sup> *Ibidem*, pag. 17.

apenas pontualmente. Em troca, deveriam orar pela alma dos seus fundadores<sup>86</sup>.

As leprosarias, também denominadas de gafarias, foram criadas para refúgio dos leprosos, sendo a única obra de assistência "especializada", existente na Idade Média, devido ao horror provocado pela doença. A insistência na ausência de contactos com os leprosos determinava o afastamento dos estabelecimentos face aos núcleos urbanos<sup>87</sup>.

A partir daqui, o terreno é movediço. As albergarias e os hospitais não se diferenciam, em função da natureza dos cuidados oferecidos. As primeiras eram, na linguagem medieval, locais de pousada transitória, facilmente confundíveis com os hospitais, por estes últimos possuírem dependências reservadas a peregrinos e viandantes, ou ainda, por algumas delas se terem transformado em hospitais<sup>88</sup>. A indistinção nasce logo com a raiz latina do vocábulo, *hospitale*, que significava hospedaria. Contudo, podem-se considerar as albergarias como abrigos que serviam sobretudo os peregrinos, que nelas encontravam repouso e, em certos casos, até comida.

---

<sup>86</sup> Cfr. Sérgio Luís Carvalho, *Assistência e Medicina no Portugal Medieval*, s.l., G.T.M.E.C.D.P., 1995, pag. 25. e Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdia, caridade e poder no império Português (1500 - 1800)*, Lisboa, CNCDP, 1997, pag. 26.

<sup>87</sup> Em Évora a gafaria situava-se fora do perímetro amuralhado, não facilitando os contactos entre os doentes e a população eborense, o mesmo acontecia em Santarém e noutras cidades portuguesas, durante a Idade Média. O temor despertado na Idade Média pela lepra, aliado ao desconhecimento das causas e das formas de transmissão da doença conduziria a uma situação em que alguns leprosos seriam necessariamente objecto de segregação social. A sua reclusão em gafarias insere-se na lógica de, por um lado, poupar o corpo social ao contacto com estes indivíduos e, por outro, fornecer aos leprosos os meios mínimos de subsistência, de apoio material e moral. Cfr. Sérgio Luís Carvalho, *Op. Cit.*, pag. 35. Cfr. Angela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F.C.G./ J.N.I.C.T., [1995], pag. 580. Manuel Silvío Alves Conde, "Subsídios para o estudo dos gafos em Santarém (séc. XII a XV)", *Estudos Medievais*, n.º 8, 1987, pp. 90 – 170.

<sup>88</sup> Cfr. Maria José Pimenta Ferro, Tavares, "Assistência na Idade Média", *Dicionário de História da Igreja em Portugal (Dr. António B. de Andrade)*, Vol. I, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pag. 642. Sérgio Luís Carvalho, *Op. Cit.*, pag. 25.

Por seu turno, os hospitais estavam dedicados ao tratamento de doentes que procuravam cuidados físicos específicos <sup>89</sup>, excepção feita a doentes contagiosos ou incuráveis.

No seio das instituições de beneficência as confrarias ocupam um espaço relevante, não só atendendo ao seu elevado número e implantação nos meios urbanos, mas também, à diversidade de grupos sociais, em que se fez sentir a sua acção.

Apesar dos inúmeros cambiantes e da sua natureza dúbia podem ser definidas como "*(...) associações de leigos que livremente se comprometem a respeitar e a cumprir as normas consignadas por escrito ou meramente consuetudinárias.*" <sup>90</sup>

A grande maioria era integrada por leigos, que assumiam o seu governo. Contudo, os objectivos que as enformavam eram diversificados, de onde resulta resulta a indefinição.

É possível traçar a evolução do fenómeno confraternal, distinguindo várias etapas, das quais se consegue indicar algumas características.

É lícito afirmar que entre o final do século XII e o século XIII surgiram as confrarias devocionais, cuja diversidade de critérios de admissão e de funções desempenhadas, como já foi referido, facilita a confusão com as confrarias funerárias, hospitalares e caritativas, que conquistaram o espaço europeu ao longo do século XIV e com as confrarias de mesteres, que a Europa viu surgir em maior número a partir

---

<sup>89</sup> Alguns autores sugeriram que os cuidados médicos prestados nos hospitais eram reduzidos e tinham pouca incidência na saúde dos pacientes. Segundo estudos mais recentes os cuidados físicos eram importantes, nomeadamente a preocupação com a alimentação de doentes subnutridos. Cfr. Sérgio Luís Carvalho, *Op.cit.*, pag. 24. Estas afirmações saem reforçadas pelas informações apresentadas por Isabel dos Guimarães Sá, *Op. Cit.*, pag. 29.

<sup>90</sup> José Marques, *Art. Cit.*, pag. 42.

Optou-se por utilizar uma definição ampla, de forma a abranger as diferentes realidades confraternais, sem indicar quaisquer tipo de questões sobre a existência ou não de hierarquias internas no seio das confrarias, que determinam a "qualidade" das relações.



dos finais do século XIV e, cujo poder se afirmou no desenrolar da centúria de quatrocentos <sup>91</sup>.

Pensa-se que o objectivo destas associações de cariz devocional seria satisfazer as necessidades do culto, que se consubstanciavam através da erecção de uma capela, possivelmente no interior de uma igreja. A oração pela salvação das almas dos confrades, seria a sua função principal. Podiam, ainda, funcionar como estruturas destinadas ao auxílio mútuo, constituindo uma "garantia" num momento em que as relações familiares e vicinais se encontram deseestruturadas.

Eram o testemunho da religiosidade popular, onde se colocava em prática as "directivas" preconizadas pela reforma religiosa do século XII, de Amor ao próximo, traduzido pelas homilias e pela oração em prol das almas dos confrades defuntos. O auxílio a necessitados, implícito na mensagem de Gregório VII, conduziu algumas destas instituições a manterem um hospital ou uma albergaria, suportados pelas doações testamentárias, dotações patrimoniais, constituídas por terras e casas.

O objectivo não é estabelecer distinções redutoras, pois, exceptuando os agrupamentos de penitentes e flagelantes, de que há memória nas regiões mediterrâneas, as confrarias eram quase, na sua maioria, mistas <sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> Paulino Iradel sublinha que a historiografia Peninsular enferma por associar confrarias e ofício, porque ao correlacionar estes dois organismos, sem questionar o que os aproxima ou afasta, acaba-se por escamotear a indistinção gerada pelo vocabulário medieval, facilitando a perpetuação de más interpretações. Dissociá-los, sem mais, é perigoso, porque o mester pode ser um dos critérios de admissão, que justifique a rede de relações. Ao não apresentarem um modelo único e original, desenvolvendo também funções funerárias, de solidariedade, em pouco se distanciam das outras associações. Contudo é temeroso afirmar a existência de confrarias, exclusivamente, de mesteres, antes do final do século XIV, que se encontrassem associadas a corporações, engendradas pela iniciativa de um mestre. Cfr. Paulino Iradel, "Corporaciones de oficio, acción política y sociedad civil en Valencia", in *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa Medieval: XIX Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, Estella, 1992, pag 260 - 264.

<sup>92</sup> As tipologias saem questionadas dos trabalhos mais recentes, já que as aproximações empíricas realizadas têm o mérito de transcender as clivagens muito rígidas e frequentemente artificiais, estabelecidas entre as diferentes confrarias. Os participantes do colóquio de Lausanne, que vêm de horizontes geográficos diferentes, sublinham o recrutamento «aberto», bem como o carácter plurifuncional, pois, apesar das diferentes denominações encontramos quase sempre os mesmos elementos nos seus estatutos, encontrando-se, regra geral, um certo número de actos religiosos, práticas caritativas de utilização interna. Cfr. André Vauchez, "Conclusion", *Mouvement confraternel au Moyen Age. France, Italie, Suisse*, Lausanne, École Française de Rome, 1987, pp.401 - 402.

Tal como as devocionais, as restantes também combinavam um certo número de actos religiosos, simples práticas caritativas de utilização interna, bem como uma vida associativa que implicava a frequência do banquete anual e determinados deveres. Podendo funcionar ainda como estruturas de apoio e garantia num momento de dificuldade.

Os problemas suscitados pelo estudo destas instituições não se confinam a esta indefinição, resultante das funções que desempenharam no espaço social medieval.

Alguns autores utilizam como sinónimo de confrarias o conceito de irmandade <sup>93</sup>, provavelmente entendido como comunidade de fiéis, que se vêem, a si mesmos, como irmãos, integrando a mesma família cristã.

Contudo, a utilização indiscriminada do termo pode induzir em erro no que concerne às metas que as confrarias pretendiam atingir, à origem e percursos sociais dos indivíduos que as integravam e às funções que pretendiam desempenhar, no seio da sociedade.

As irmandades são uma das formas que assume o associativismo medieval, ao qual está inerente um significado de fraternidade<sup>94</sup>. A confusão pode ser originada por serem definidas como grupos marcados por relações de carácter horizontal, em que se podiam incluir gentes de origem social diversa, unidas pelos mesmos propósitos, que podiam ser económicos, sociais ou políticos.

Entre os séculos XII e XIV, entende-se por irmandade, um agrupamento de carácter supra concelhio, na qual se integravam municípios, particulares e/ou nobres, para defesa de interesses mútuos.

---

<sup>93</sup> Cfr. Isabel dos Guimarães Sá, *Op. Cit.*, pag. 32. Ângela Beirante alerta para o sentido político que o conceito de irmandade adquire, distinguindo as duas instituições. "Quanto ao termo de irmandade, que em Portugal substitui e reforça o de confraria, sabemos que em Castela ela pode também assumir significados políticos. (...) ", *Confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, s.l., 1990, pag.7.

<sup>94</sup> Cfr. Maria Ansejo Gonzalez, "Ciudades y Hermandades en la Corona de Castilla. Aproximación sociopolítica", *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 27, T. I, 1997, pag. 104.

A historiografia espanhola<sup>95</sup>, que melhor estudou este fenómeno urbano, confirma os objectivos económicos e, primordialmente, políticos destas associações, relacionando a sua presença ao relaxamento do poder real e à incapacidade deste para manter os privilégios concedidos aos municípios castelhanos. Independentemente da perspectiva adoptada, os medievalistas espanhóis confirmam que as irmandades lutavam pela defesa do bem comum e interesses de carácter público, entrando em decadência após os problemas terem sido superados.

Este é um dos elementos que permite diferenciar as irmandades das restantes associações de assistência, principalmente das confrarias, nas quais alguns autores comprovaram a participação efectiva de membros nos assuntos municipais, pela detenção de cargos. Contudo, este objectivo não deve ser visto como móbil da fundação destas últimas.

Apesar de se saber pouco acerca da evolução que sofreram as confrarias em geral, ou seja, se os objectivos e funções sofreram alguma alteração, ao longo da sua existência, se os critérios de admissão se alteraram, tornando-as grupos mais ou menos abertos à comunidade de vizinhos, o que é certo é que elas sempre se encontraram dependentes da gestão de legados e doações feitas pelos seus confrades ou por beneméritos, que tinham algum tipo de devoção pelo santo patrono que "oferecia" protecção à associação.

A má gestão<sup>96</sup>, a perda da sua espontaneidade original e a sua concepção ritualista da caridade parecem tê-las tornado incapazes de responder às exigências sociais, que lhes foram colocadas no final da Idade

---

<sup>95</sup> Um ponto de situação historiográfico é fornecido por José Maria Minguenz, "Las hermandades generales de los concejos en la corona de Castilla ( objetivos, estructura interna y contradicciones en sus manifestaciones iniciales)", in *concejös y ciudades en la Edad Media Hispanica: II Congreso de Estudios Medievales*, s.l., Fundación Sanchez-Albonoz, 1990, pp. 539 - 567. , que pode ser completada pelo artigo de Manuel Garcia Fernandez, "Las Hermandades Municipales Andaluzas en tiempos de Alfonso XI", *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 19, 1989, pp. 329-343.

<sup>96</sup> Segundo Sérgio Luís Carvalho a gestão ruinosa feita por administradores pouco hábeis ou, na pior das hipóteses, corruptos, bem como, os rendimentos irregulares tornaram estas instituições incapazes de fazer face às necessidades. Cfr. Sérgio Luís Carvalho, *Op. Cit.*, pag. 54.

Média<sup>97</sup>, o que determinou o estado de ruína em que algumas instituições se encontraram no dealbar do século XIV, realidade que se reforçou na centúria seguinte.

Este panorama crítico acentuou a intervenção régia no plano assistencial, por influência da "*Virtuosa benfeitoria*", de D. Pedro, onde se apela aos príncipes para remediar a mendicidade, ao não deixar perecer as albergarias, entregando a sua gestão não a amigos, mas a quem os saiba gerir<sup>98</sup>.

Contudo, esta última ressalva do Infante não foi de todo observada. A interferência régia traduziu-se na nomeação de pessoas de sua confiança, estranhas à instituição, com o objectivo de os favorecer e obsequiar<sup>99</sup>, para a administração dos hospitais, o que levantou muitos clamores por parte dos concelhos<sup>100</sup>.

A interferência régia na assistência manifestou-se, também, na gestão dos bens e organização das instituições, criando regimentos gerais, ao ordenar a elaboração de livros de tombo<sup>101</sup>.

O culminar desta reforma assistencial, na opinião de Fernando da Silva Correia foi a publicação do regimento das capelas e hospitais, em 1514, que acabaria por reger todos os estabelecimentos de beneficência, vindo a ser incluído nas "ordenanças"<sup>102</sup>.

---

<sup>97</sup> Cfr. André Vauchez, "Les confréries au Moyen Âge: Esquisse d' un bilan historiographique", in *Les laïcs au Moyen Age*, Paris, Editions du Cerf, 1987, pag.122.

<sup>98</sup> Maria José Lagos Trindade, "Notas sobre a intervenção régia na administração das instituições de assistência, nos finais da Idade Média", in *Pobreza e Assistência aos pobres na Península Ibérica, durante a Idade Média. Actas das primeiras jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 873-887.

<sup>99</sup> *Ibidem*, pag. 885.

<sup>100</sup> Cfr. Paul Drumond de Braga, "A crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres, nos finais da Idade Média", in *Pobreza e Assistência aos pobres na Península Ibérica, durante a Idade Média. Actas das primeiras jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 180

<sup>101</sup> Armando Gusmão, *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, Évora, s.n, 1958, pp. 176 – 183.

<sup>102</sup> Cfr. "Chantatis Monumenta Histórica. Regimento de Capelas e Hospitais", *Boletim de Assistência Social*, n.º do 14 ao 24, Lisboa. 1944/1945.

Em Évora este processo resultou na activação do Hospital do Espírito Santo, que anexou todas as albergarias da cidade, o que juntamente com a criação da Santa Casa da Misericórdia, em 1492, acabaria por contribuir para a extinção destas associações, de que não há registos ao longo da modernidade.

Pela evolução histórica traçada, parece que as confrarias se afastaram dos objectivos dos seus fundadores, sendo incapazes de responder, eficazmente, às necessidades que lhes foram colocadas. Talvez se tivessem tornado em meras cúpulas do poder, ocupadas por aqueles que pretendiam beneficiar do prestígio social que conferia a ocupação de um cargo na sua administração ou ainda, dos bens patrimoniais e financeiros de que dispunham.

Num período em que o corpo continuava a ser um mero suporte para a alma fazer a caminhada na terra, na esperança da salvação eterna, a pertença a uma instituição desta natureza seria a forma mais válida, para fazer esse percurso, porque a prática de "boas obras" e o amor ao próximo eram seguramente um trunfo na altura de obter a remissão dos pecados.

A evolução dos tempos e a corrupção dos costumes subverteram o ideal apostólico que inflamou os leigos, no século XIII, tornando-o ambíguo aos olhos dos cristãos do século XV, que viram na prática da caridade não só um meio de fazer bem aos seus semelhantes mais carenciados, mas simultaneamente, de obter benefícios extraterrenos, mas sobretudo mais valias quotidianas para si e para os seus familiares.

O facto de se encabeçar ou intervir na vida de uma confraria, que proporcionava à comunidade de irmãos este género de "bem estar" espiritual e apoio material, deveria ser sinónimo de protagonismo social, mais que não seja, por representar uma parte da população de um centro populacional.

# I Parte

## As Confrarias Eborenses: Contexto, Princípios Organizativos e Formas de Actuação

### 1 - Origem e Localização

É comum aos investigadores em Ciências Sociais a preocupação de enquadrar espaço-temporalmente as realidades que estudam, não porque se trate de uma prática recorrente e sistemática no seio desta comunidade, mas porque qualquer estudo requiere coordenadas, elementos fundamentais para inserir o objecto de análise num contexto, que facilite o seu interrogatório, exame, crítica e entendimento <sup>103</sup>.

Os historiadores que se debruçam sobre as distintas formas "de manifestação humana", ocorridas num tempo, ao qual não se pode regressar para melhor observar e compreender, necessitam mais do que nenhum outro investigador de estabelecer indicadores desta natureza, pois, caso contrário, correm o risco de perder inteligibilidade, rigor, caindo mesmo no anacronismo <sup>104</sup>.

Ao querer afastar estas ameaças corre-se o risco de fornecer coordenadas destorcidas, a ânsia de datar pode levar a cometer imprecisões. Neste estudo, este é um risco calculado já que o desconhecimento dos estatutos das instituições em análise, com excepção da confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém <sup>105</sup>, não favorece a tarefa de determinar a data de fundação.

---

<sup>103</sup> Cfr. Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Presença, s.d., pag.33 - 41.

<sup>104</sup> "Ciência dos Homens, dissemos nós, É ainda, muito vago. Temos que acrescentar «dos homens no tempo». O Historiador não pensa apenas no humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. É certo ser difícil imaginar uma ciência, seja ela qual for, que se possa abstrair do tempo. Contudo, para muitas delas que, por convenção o fragmentam em partes artificiais, homogéneas, o tempo não é mais do que uma medida (...). O tempo da História é o próprio plasma em que banham os fenómenos é como que o lugar da sua inteligibilidade". March Bloch, *Introdução à História*, Mem Martins, Pub. Europa - América, [1987], pp. 29 - 30.

<sup>105</sup> O Compromisso original é desconhecido, tendo chegado até nós a versão quatrocentista deste estatuto, recolhida por Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, I.N.C.M., [1998], pp. 48 - 50.

Não obstante, foi feito um esforço de forma a determinar, ainda que aproximadamente, a origem destas instituições, dados que se pretendem somar às informações constantes acerca da sua localização.

Ao não limitar o propósito desta análise à tradicional interpretação das confrarias como instituições devocionais, com fins solidários e como espaços de sociabilidade e ao pretender ampliar o seu entendimento, no que diz respeito ao seu funcionamento, funções e contributos no seio da sociedade medieval eborense, estes dois indicadores tornam-se elementos fundamentais para suprimir as lacunas criadas pelo silêncio das fontes.

Datar e localizar, mesmo que não seja de forma exacta, a fundação e o local das confrarias faculta um conjunto de informações que permite direccionar a análise para caminhos timidamente trilhados, nomeadamente, no que se refere aos critérios de admissão, sobre os quais se especula. Chegar a conclusões, a partir da análise das instituições nem sempre é, no entanto, possível<sup>106</sup>, devido à ausência de referências nos estatutos ou pelo desconhecimento destes últimos.

Outra informação que se pode inferir por intermédio do esclarecimento destas coordenadas são as presumíveis motivações, ou ansiedades que estiveram na origem destas confrarias.

---

<sup>106</sup> Os autores que se debruçaram sobre o estudo das confrarias referem-se à diversidade de critérios de adesão, de uma forma muito superficial. Apresentam as confrarias como associações abertas a homens, leigos ou clérigos, solteiros ou casados e respectivas esposas, residentes num determinado espaço geográfico, que pode ou não coincidir com uma paróquia. Ligados por laços de vizinhança ou por vínculos de natureza profissional ou sócio económica. Cfr. Maria Ângela Beirante, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, s. n., 1990, pag. 12., Cfr. Maria Helena da Cruz Coelho, "As Confrarias medievais portuguesas: Espaços de Solidariedade na vida e na morte", in *Cofradias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval: XIX Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, s.n., 1992, pag.162. Contudo devido à ausência de estatutos ou de informações acerca destas regras de admissão, os estudos que se debruçam sobre uma instituição em concreto apresentam tímidas conclusões ou nem sequer fazem referência aos critérios de adesão, preocupação pertinente para justificar a composição social destes agrupamentos. Cfr. Rui Pinto Azevedo, "O compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente", *Lusitana Sacra*, 1º série, Tomo VI, 1962, pp.7 - 12., Cfr. Iria Gonçalves\* Maria de Fátima Botão, "As Confrarias Medievais na Região de Alcanena", *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos*, Ferreira do Zêzere, s. n., 1989. e ainda, Cfr. "Para o Estudo das confrarias medievais portuguesas: Os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos". *Estudos Medievais*, n.º 8, Porto, 1987, pag.59.

Estas instituições podem ser encaradas como expressão de uma "necessidade" de associação, geradas por razões diversas. Motivações que podem passar, por um lado, por questões de ordem populacional.

Muitos núcleos urbanos conheceram nos últimos séculos da Idade Média um processo de crescimento. Foi o caso de Évora que no século XIII viu nascer novos bairros fora do perímetro amuralhado, dando origem aos arrabaldes, que no século XIV acabariam por ser integrados na cidade e originariam a formação de novas paróquias <sup>107</sup>.

Pressupõe-se que as populações desses bairros provavelmente não veriam as suas necessidades associativas satisfeitas pelas instituições existentes *intra muros*, o que os poderia ter levado a formar novas confrarias.

Por outro lado, podiam estar na sua origem ansiedades de cariz devocional, ou seja, um conjunto de indivíduos que encontravam noutros santos patronos ou em novos cultos litúrgicos a resposta à sua sensibilidade religiosa <sup>108</sup>.

E por último, necessidades de natureza socio-profissional, quando um grupo de indivíduos, desfrutando do mesmo estatuto socio-económico, acabavam por se unir por não encontrarem os seus interesses representados noutras instituições, ou pela sua admissão não ser permitida, devido à sua origem, estatuto social ou ainda à fortuna, de que dispunham <sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup> Vide sobreposição dos mapas 1 e 2, em anexo.

<sup>108</sup> Ao longo do século XIII surgiram no panorama hagiográfico cristão novos santos, como S. Francisco de Assis (canonizado em 1228) e Santo António (canonizado em 1232) e novos cultos (Corpo de Deus), fruto de uma espiritualidade renovada e de uma nova linguagem catequizante, saídas da reforma gregoriana. Cfr. André Vauchez, *Les laïcs au Moyen Age*, Paris, Albin Michel, Les Editions du Cerf, 1987., pp. 133 - 140. Segundo Jorge Campos Tavares o culto aos referidos Santos iniciou-se ainda na centúria de Trezentos, tendo-se consolidado ao longo de quatrocentos. Cfr. *Dicionário de santos, hagiográfico, iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroados, de compositores de música religiosa*. 3ª ed., s.l., Lello Editores, 2001, pp. 22 e 34.

<sup>109</sup> Partindo do princípio, primeiro, que a Confraria de Jerusalém fosse a mais antiga da cidade de Évora, segundo, que a designação de "Homens Bons" fazia parte do estatuto original da Confraria de Jerusalém e que esta foi a fórmula encontrada para designar o critério de admissão da instituição, todos os vizinhos da cidade que pretendessem ingressar numa associação daquele género, mas que não desfrutassem dessa categoria social, não encontrariam os seus interesses comunitários representados, o que os poderia ter levado a formar uma outra associação. Sabe-se que existiam critérios de admissão, ainda que camuflados



Esta diversidade de hipóteses é sugerida por haver consciência de que nos séculos XIII e XIV se consolidaram as transformações sociais, económicas e mentais que se cultivaram ao longo do século XII. Por um lado, a anteriormente referida reforma gregoriana, desencadeou uma verdadeira revolução na caridade e no aparecimento da espiritualidade da beneficência<sup>110</sup>. Por outra parte, resulta da desestruturação do ideário teórico-ideológico das três ordens, prescrita pelos arquitectos sociais, na Alta Idade Média, desestruturação que facilitou a formação de novos grupos sociais, que no seu percurso de afirmação utilizam alguns recursos para reforçarem a sua coesão e hegemonia internas<sup>111</sup>.

Antes de avançar mais, há que regressar ao objectivo inicial do capítulo, a origem e a localização das confrarias eborenses.

O ideal teria sido obter o mesmo conjunto de elementos para a totalidade das confrarias eborenses. No entanto, apesar dos esforços desenvolvidos, não foi possível encontrar indicações sobre a origem das confrarias de S. Gião, S. João, S. Bartolomeu, Santa Catarina e S. Salvador.

---

pelo pagamento da quota anual. Cfr. Catherine Vincent, *Les Confreries médiévales dans le royaume de France (XII- XV)*, Paris, Albin Michel, 1994, pag. 81.

Cfr. José Mattoso (dir.), " A socialidade (estrutura, grupos e motivações)", in *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 392 - 475.

<sup>110</sup> A vida espiritual dos leigos sofreu as consequências da reforma gregoriana e da renovação económica. Escandalizados com a riqueza apresentada por alguns membros do clero e conscientes da sua própria abundância, financeira e material, que se apresentava com um favor divino ( através do qual se podiam obter algumas graças) e já não como um pecado de usura, a necessidade de agir sobre o mundo, para o tornar mais conforme à vontade divina, fez-se premente. A emergência de uma sociedade urbana contribuiu para a desintegração dos laços de vizinhança e solidariedade constituídos na sociedade rural, que facilitavam o auxílio de um indivíduo caído em pobreza pelo grupo em que se integrava. O anonimato dos meios urbanos, onde a miséria era mais visível, fez com que à consciência dos cristãos se viessem colocar novas interrogações. Neste contexto a verdadeira caridade consistia em descobrir as misérias e em aliviá-las por meio de uma organização eficaz ou de actos individuais, fossem elas as igrejas, as confrarias ou as esmolas aos pobres. Cfr. André Vauchez, *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental: Séculos VIII - XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 103 - 130.

<sup>111</sup> Segundo Pierre Bourdieu a cada grupo social cabem sinais distintivos que reforçam a coesão de um grupo de indivíduos, que se identificam como iguais pelos seu *habitus*, ou seja, pelos seus gostos socialmente condicionados. Desta forma o *habitus* é um princípio de oposição num estilo de vida unitário, de bens e práticas, que quando são percebidas através das categorias de percepção, de visão e de divisão, ou seja de diferenças práticas relativas a bens possuídos, opiniões expressas, se tornam diferenças simbólicas que constituem uma verdadeira linguagem. Cfr. *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras, Celta Editores, 2001.

A instituição que menos problemas apresentou foi a Confraria de Jerusalém, sobre a qual existem mais elementos disponíveis e também mais estudos foram produzidos. Contudo, a sua origem não reúne consenso.

Maria Helena da Cruz Coelho propõe a data de 1156, ao afirmar que "(...) a primeira doação do Livro Preto que se lhe refere se identificarmos o hospital de Jerusalém citado no documento como o de Évora., é 1156, pelo que temos que admitir que já estaria constituído nesta data, o que não obriga que a sua fundação fosse devida à iniciativa do nosso rei.(...)" <sup>112</sup> .

Mas colocam-se alguns entraves para aceitar esta hipótese, sem a questionar. Por um lado, porque Évora foi conquistada temporariamente às forças almoadas em 1159, caindo, novamente nas suas mãos dois anos depois. Isto levaria a que um grupo de cristãos se tivesse reunido ainda sob domínio islâmico e sobrevivido às mudanças de poder que ocorreram até à conquista definitiva de Évora, em 1165. O que não é de todo impossível, já que as relações entre estes dois povos eram, muitas vezes, marcadas pela tolerância. No entanto, este período foi marcado pela conflituosidade <sup>113</sup> .

Segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa a doação a que Maria Helena da Cruz Coelho faz referência, provavelmente diria respeito à Ordem do Hospital, que possuía estabelecimentos em Portugal desde 1128<sup>114</sup> .

Seria mais plausível indicar, de acordo com aquele autor, que a *confraria dos homens bons moradores na cidade de Évora que foram a Jerusalém*<sup>115</sup> teria sido fundada no último quartel do século XII. Por um

---

<sup>112</sup> "A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII", in *Pobreza e Assistência aos pobres na Idade Média: Actas das I Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pag. 245

<sup>113</sup> "Também o Al-Andaluz permitiu uma longa convivência entre as comunidades de muçulmanos, judeus, cristãos-moçarabes, embora a sua distribuição e proporções tivesse influenciado o seu relacionamento." José Mattoso ( dir.), "Os rituais da vida e da morte", in *História de Portugal*, Vol. II, Ed. Estampa, 1993, pag. 407.

<sup>114</sup> Cfr. *A Propriedade das Albergarias de Évora*, Lisboa, I.N.I.C., 1990, pag. 38.

<sup>115</sup> Designação da confraria tal como consta no seu estatuto quatrocentista, Cfr. Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, pag. 48.

lado, o que é certo é que, nesta data, a cidade já estava afastada da " linha de fronteira " com o território islâmico.

Por outro lado, as deslocações à Terra Santa, quer em peregrinação, como é o caso <sup>116</sup>, quer em cruzada faziam furor neste século, pelo que não admira que num território em que o inimigo muçulmano estava presente <sup>117</sup>, esse fervor religioso se fizesse sentir.

Esta versão compadece-se da tradição, que atribui a D. Afonso Henriques a preocupação de prover o hospital de Jerusalém (a cargo da confraria, da qual herdou o nome) de bens, que lhe permitiram o sustento e explicam o prestígio desfrutado pela instituição junto dos monarcas, ao longo da Idade Média <sup>118</sup>.

Para o caso da Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, tentativa de explicação que se pode estender à confraria do mesmo nome da freguesia da Sé, a situação é mais complicada, já que o interesse dos historiadores e curiosos, que se debruçaram sobre este fenómeno associativo, foi timidamente <sup>119</sup> direccionado para esta instituição e ainda porque os próprios compromissos são nossos desconhecidos.

Presumivelmente, a sua origem estaria associada à introdução da festividade do Corpo de Deus no calendário litúrgico.

---

<sup>116</sup> Esta afirmação justifica-se pelo facto dos mordomos desta confraria ostentarem o título de Palmeiros, que significa Peregrinos. O homem medieval ao revestir-se de peregrino assemelhava-se ao pobre e por sua vez a Cristo. Era, ainda, uma forma de exteriorização de pobreza passageira e a interiorização de um arrependimento voluntário ou de uma penitência imposta, pela igreja, como também, uma forma de se redimir dos pecados. Cfr. Maria José Pimenta Ferro, "Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: Os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos", *Estudos Medievais*, n.º 8, Porto, 1987, pag. 63.

<sup>117</sup> Os muçulmanos permaneceram no reino de Portugal até 1249, data da conquista definitiva do Algarve, no reinado de Afonso III, contudo, ao longo do processo de reconquista, a fronteira sofreu avanços e retrocessos na região alentejana, estando a possibilidade de ataque sempre presente.

<sup>118</sup> Cfr. Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, pag. 50. Esta afirmação foi confirmada pela concessão de privilégios a esta instituição, em 1382, por D. Fernando. *Ibidem*, pag. 75.

<sup>119</sup> Das obras consultadas sobre o fenómeno confraternal eborense, na Idade Média, a confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho é alvo de pouco interesse, exceptuando a composição da sua propriedade e dos seus foreiros, cuja análise está desenvolvida por Bernardo Vasconcelos e Sousa. *Op. Cit.*, *passim*. Cfr. Armando Gusmão, *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, Vol. I, Évora, s. n., 1958. Cfr. Pdr. Manuel Fialho, *Évora Gloriosa*, Roma, s.n., 1728. Cfr. Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F. C. G./ J.N.I.C.T., [1995]. Cfr. Gabriel Pereira, "A Igreja de Santo Antão". *Estudos Eborenses: História e Arqueologia*, 2ª edição, V. Évora, 1947, pp. 299 - 335.

A festa do corpo de Deus foi a mais esplendorosa manifestação que a Baixa Idade Média conheceu, tendo-se afirmado como o maior testemunho de fé da modernidade <sup>120</sup>.

A festividade foi instituída pelo Papa Urbano IV, em 1264, por intermédio da Bula *Transiturus ad Petrem* <sup>121</sup>, que fixou a sua celebração na primeira quinta feira após o domingo da Trindade.

Não obstante, em 1247, já se realizava na Bélgica, em Liège, uma festa com a mesma invocação. Teria sido um monge de S. Julião que, na sequência de uma visão, conseguiu uma autorização do bispo dessa cidade para a realização de uma celebração, com carácter local, à qual se viria somar, mais tarde, a confirmação do próprio Papa <sup>122</sup>.

Contudo, a morte de Urbano IV estaria na origem do atraso do processo de afirmação do culto. Apenas em 1311, no concílio de Viena, sob o pontificado de Clemente V, foi decretada a sua celebração por toda a cristandade. Tal atraso não teria impedido a sua difusão e popularização prévia pela cristandade.

Portanto, pode-se apontar, com algum rigor, a origem da confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho para o final do século XIII e início do XIV.

Os arrabaldes da cidade que deram origem à paróquia de Santo Antoninho <sup>123</sup>, nos quais se situava a ermida da mesma invocação, já estavam formados neste período. O arrabalde de S. Francisco já aparecia referido como tal em 1280 <sup>124</sup>.

Em 1250, João Esteves e a sua mulher doavam aos frades menores uma propriedade suburbana, identificando-a como de " (...) *Illum nostrum*

---

<sup>120</sup> Cfr. Iria Gonçalves, "As festas do «*Corpus Christi*» do Porto na segunda metade do século XV: A participação do concelho", *Estudos Medievais*, n.º 5/6, Porto, 1984/85, pag. 69.

<sup>121</sup> Cfr. Ignacio Barbosa de Machado, *História Crítico cronológica da instituição da festa do Corpo Santissimo de Christo*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Amaral, 1759.

<sup>122</sup> Cfr. Iria Gonçalves, *Art. Cit.*, pag. 69.

<sup>123</sup> *Vide* sobreposição dos mapas 1 e 2, em anexo.

<sup>124</sup> Cfr. Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 69.

*arraualde que habemus circa corredoira*". Sabe-se que a corredoira era o caminho que saía da porta de Alconchel em direcção a Sul, correspondendo às actuais praça do Giraldo e Rua da Republica. Mas também esta praça era conhecida no século XIII por " (...) *arraualde apres dhu fazem a feyra (...)*", por ser aí, junto à porta de Alconchel, que se realizavam compras e vendas periódicas <sup>125</sup>.

Um documento datado de 1286, vem corroborar esta hipótese. A concordata assinada entre D. Dinis e o Concelho de Évora, faz referência à igreja de Santo Antoninho <sup>126</sup>. Como se associa a sede da confraria a esta igreja, devido aos objectos de culto desta última serem emprestados pela confraria e guardados em casa de um confrade, julga-se que esta instituição já existisse <sup>127</sup>.

Apesar da confraria do Espírito Santo não se encontrar entre os principais alvos deste estudo, foram reunidas algumas informações sobre a sua origem provável.

Seguindo o raciocínio traçado para a confraria do Corpo de Deus, procurou-se saber a data de instituição do culto ao Espírito Santo. As informações recolhida num artigo escrito por António Brásio, aponta-se a implantação do culto a D. Dinis e D. Isabel, contudo, os monarcas seriam simples reformadores da festividade mais antiga <sup>128</sup>.

Tendo como referência a data de fundação da primeira confraria devota ao Espírito Santo, 1234, em Benavente e do aparecimento de instituições com a mesma devoção em Santarém, em 1321 e em Montemor-

---

<sup>125</sup> Cfr. *Ibidem*, pag. 51.

<sup>126</sup> "(...) *VI dia de fevereiro da era MCCCXXVIII en a çidade d'Evora stevam garcia alcaide, Rodrigueanese lourenço Gonçalves juizes entom d'Evoraa e o concelho da dicta se juntarom en a cidade en o adro de santantonio apres dessa igreja (...)*", Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, pp. 42 - 43.

<sup>127</sup> A.D.E., *Misericórdia*, LV. 61, fl. 49 e 69.

<sup>128</sup> Francisco Brandão escreveu na Parte IV da *Monarchia Lusitana*, que Santa Isabel fundou a festa do Espírito Santo em Sintra, pelo ano de 1312. D. Fernando Correia Lacerda, na *História Seráfica*, sobre a fundação da mesma festa pela rainha, que afirma ter sido instituída em Alenquer, em 1322. Cfr. "As Confrarias Medievais do Espírito Santo, paradigmas das Misericórdias", *Actas do Colóquio: presença de Portugal no Mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1972, pp. 73.

o-novo<sup>129</sup>, pode-se apontar a fundação da confraria, provavelmente, para o último quartel do século XIII. Esta hipótese parece viável, tanto mais quanto, o arrabalde das portas de Moura, onde a confraria se encontrava instalada, já estava formado, pertencendo à jurisdição da paróquia de Santa Maria da Sé.

Determinadas, com algumas limitações, que estão as origens das confrarias eborense, resta indicar a localização destas instituições na malha urbana, tarefa que está muito mais facilitada. As fontes oferecem referências mais abundantes e o estudo de Bernardo Vasconcelos e Sousa<sup>130</sup> reúne todas essas informações, restando, apenas, confrontar as informações das fontes com o material apresentado na *A propriedade das albergarias de Évora*, de forma a confirmar as conclusões patenteadas pelo seu autor.

---

<sup>129</sup> *Ibidem*, pp. 73 - 75.

<sup>130</sup> *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa. INCM, 1999, pag.30 .

### Quadro I - Localização dos Hospitais de Évora

Hospital	Localização	Fonte
Jerusalém	Próximo da Igreja da Graça	ADE, F.M., Lv.62, fl. 114 - 114 v
Corpo de Deus de Santo Antoninho	Rua dos Gaios, junto à actual Igreja de Santo Antão	ADE, F.M., Lv.61, fls. 45 v - 46 e 58 v - 59
Corpo de Deus da Sé	Junto à Sé na Freiria de Baixo	ADE, F.M., Livro da Fazenda do Hospital de Évora..., fl. III; P. Francisco da Fonseca, <i>Évora Gloriosa</i> , p. 228.
S. Gião	Rua dos Galegos	ADE, F.M., Lv. 63, fls. 18 v e 37 - 37 v.
S. Bartolomeu	Porta de Avis, na Rua das Fontes	ADE, F.M., Lv.62, fl. 34; ADE, F.M., Lv. 63, fls. 53 v - 54 v; ADE, F.M., Livro da Fazenda, fl. III; P. F. Fonseca, <i>Op. Cit.</i> , p. 228.
S. João	Junto à Porta de Moura, no Rossio de S. Joazinho?	ADE, F.M., Livro da Fazenda, fl. III; P. F. Fonseca, <i>Op. Cit.</i> , p. 229.
Santo Espírito	No sítio do actual hospital distrital	P. F. Fonseca, <i>Op. Cit.</i> , p. 229.
Santa Catarina	Rua de Santa Catarina	ADE, F.M., Lv. 63, fl. 91; P. F. Fonseca, <i>Op. Cit.</i> , p. 229.
S. Francisco	Junto ao Convento de S. Francisco	ADE, F.M., Lv. 63, fl. 91; P. F. Fonseca, <i>Op. Cit.</i> , p. 229.
Trindade	Adro de S. Mamede	ADE, F.M., Lv. 63, fl. 91- 91v.
S. Bento	Dentro da Cerca Velha	ADE, F.M., Lv. 63, fl. 91.
S. Salvador	Rua das Fontes	ADE, F.M., Lv. 62, fl. 19.

Reproduzido de: Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, pag.30

A confirmação de todas as conclusões fornecidas por Bernardo Vasconcelos e Sousa permite aceitar o mapa<sup>131</sup>, também por ele elaborado, com base nos estudos topográficos realizados sobre Évora, que permitem estabelecer a equivalência entre os topónimos medievais e os actuais.

Ressalta da observação deste mapa duas situações, cuja análise pode contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno confraternal.

Por um lado, o facto das confrarias, com excepção da do Corpo de Deus da Sé, se situarem fora da cerca velha, nos bairros que ocuparam os antigos arrabaldes do cidade no século XIII.

Por outro lado, uma ligeira concentração das confrarias na parte ocidental da cidade, o que se pode justificar pela transferência da vida económica, ao longo do século XIII, para os novos bairros, especificamente para a actualmente denominada praça do Giraldo<sup>132</sup>.

Não deve ser alheia a esta distribuição, ainda, o facto destes antigos arrabaldes, principalmente os arrabaldes da porta de Alconchel e de S. Francisco<sup>133</sup>, serem muito populosos, o que acabou por dar origem a paróquias.

Por fim, é visível com esta distribuição espacial, que as confrarias eborenses se situavam nas proximidades de eixos de comunicação, o que Bernardo Vasconcelos e Sousa justificou com a função assistencial desempenhada por estas instituições<sup>134</sup>.

A localização das confrarias sugeriu a ideia de qualificar o espaço urbano em que se encontravam implantadas, na tentativa de averiguar a

---

<sup>131</sup> Vide mapa 3 em anexo.

<sup>132</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Op. Cit.*, pag. 31.

Justifica a ligeira concentração das confrarias na parte ocidental da cidade, "(...) precisamente por onde entravam e saíam produtos e viajantes que circulavam no eixo Évora Lisboa, uma vez que, na época, a primeira destas cidades seria mais o término do que propriamente um nó de passagem."

<sup>133</sup> O arrabalde de S. Francisco nasceu à sombra do convento dos frades menores o que lhe conferiu grande importância, enquanto que o arrabalde da porta de Alconchel surgiu como resultado da transferência da vida económica, por ser porta de saída para Lisboa. Assim não é de estranhar que sejam populosos, já que possuíam aspectos justificavam a concentração de vizinhos da cidade. Cfr. Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F. C. G./J.N.I.C.T., [1995], pag. 52.

<sup>134</sup> Cfr. *Op. Cit.*, pag. 31



existência de alguma relação entre esse mesmo espaço e a origem socio-profissional dos confrades, informação que será explorada no próximo capítulo.

Apesar da obra de Ângela Beirante facilitar uma cartografia dos mesteres e ainda dos lugares de armazenagem, distribuição e transformação, sabe-se que não é fácil averiguar a distribuição das várias actividades económicas pelo espaço urbano.

Os mapas <sup>135</sup> apresentados na obra *Évora na Idade Média* permitem observar que na paróquia de Santo Antão reuniam-se mesteirais de várias actividades transformadoras, o que pode explicar também a ligeira concentração de locais de armazenagem e distribuição.

Na paróquia da Sé, que rivalizava em termos de área, com a de Santo Antão, existiam algumas olarias e alguns locais de transformação, como lagares ou fornos.

Na paróquia de S. Mamede encontravam-se, também, alguns lugares de transformação, armazenagem e distribuição. Juntamente com Santo Antão, possuía, nas zonas limítrofes, alcaçarias, espaços afastados do centro onde se localizavam a indústria de curtumes, enquanto as paróquias de Santiago e S. Pedro possuíam alguns locais de transformação.

O quadro traçado reforça a ideia de que a parte ocidental da cidade, correspondente à paróquia de Santo Antão, encontrava-se mais desenvolvida, em termos económicos, mas seria errado afirmar, utilizando a linguagem geográfica actual, que existisse uma zona comercial/industrial e uma outra residencial, já que muitas vezes os artesãos possuíam as suas tendas junto com as suas casas de morada e os locais de armazenagem misturavam-se com as casas de habitação.

---

<sup>135</sup> *I*de mapas 4 e 5 em anexo.

O que é certo é que a origem e a localização das confrarias eborenses não deve ser estranha a toda esta efervescência económica que a cidade sofre ao longo dos últimos séculos da Idade Média.

Nos arrabaldes populosos, surge uma massa de vizinhos cujo quotidiano provavelmente os leva a unirem-se em associações, de forma a defenderem os seus interesses ou satisfazerem as suas crenças.

Mais uma vez se recorre à ideia de que estas populações não veriam as suas necessidades associativas satisfeitas, daí a instituição das confrarias, como uma forma de enquadrar os novos vizinhos e de substituir as relações de solidariedade tradicionais.

## 2 - Aspectos Normativo-Funcionais: Entre os Estatutos e a Prática Consuetudinária

A arquitectura e as lógicas de funcionamento das confrarias eborenses inscrevem-se nos aspectos mais formais e generalizados deste estudo, já que nesta perspectiva é se consciente de pouco poder contribuir para o que já se sabe acerca dos princípios organizativos e hierarquia de funções, apontadas por outros autores <sup>136</sup>.

Não obstante, a atenção dispensada a estes aspectos será útil para justificar a criação do grupo em análise, para determinar e fundamentar critérios e opções tomadas.

São inúmeras as dificuldades <sup>137</sup> que se apresentam para definir esse grupo minoritário, que em todas as gerações e épocas, se destaca por ocupar posições de prestígio ou de poder. De uma forma muito simples e genérica, as elites são minorias activas e responsáveis no que concerne ao exercício de actividades em benefício e no interesse de outros, pelos quais são responsáveis, podendo daí resultar alguns proveitos próprios <sup>138</sup>.

Estudar o organigrama de funções das confrarias, descobrir os seus deveres e direitos, provavelmente prestigiantes, sem nunca esquecer que na Idade Média a hierarquia funcional dos indivíduos, por si só, tinha

---

<sup>136</sup> Ângela Beirante, *As Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, s.n., 1990. Maria Helena da Cruz Coelho, *Art. Cit.*, Iria Gonçalves \* Fátima Botão, *Op. Cit.*, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Ed. Presença, 1989. E Gregória Cavero Domingues, *Las cofradias em Astorga durante la Edad Media*, s.l., Universidad de León, 1992. Estas autoras abordaram as questões organizacionais e de funcionamento, dando-lhes maior ou menor ênfase.

<sup>137</sup> Não é suficiente definir as elites como sendo o grupo que atinge o mais alto índice, no seu ramo de actividade, porque teríamos um conjunto de elites, mas nem todas elas despertariam o mesmo interesse aos olhos dos investigadores sociais. É necessário que sejam elites de poder (políticas, económicas, culturais e religiosas) ou seja, que as funções que exercem na sociedade tenham impacto, agindo em função não do seu poder pessoal, mas do poder funcional ou institucional de que dispõem. Cfr. Suzanne Keller, "Introdução", in *Destino das Elites*, Rio de Janeiro, Forense, s.d., pp. 13 - 33.

<sup>138</sup> A dificuldade de distinguir entre as responsabilidades sociais objectivas das elites e as recompensas subjectivas auferidas pelos seus membros, pode levar a pensar que os indivíduos desejavam galgar posições sociais na ânsia de as obter. Não é no proveito pessoal que cada um deles retira que se podem encontrar os critérios para a constituição de uma elite, mas sim, no meio social envolvente e a própria estrutura social, que justificam que o desempenho de determinadas funções seja premiado. *IBIDEM*, pag.33.

implicações ao nível do estatuto jurídico de que desfrutavam, qualidade que os acompanhava para além do meio institucional, enquanto componentes do corpo ou corpos em que se encontravam inseridos<sup>139</sup>, condicionando o acesso e a ocupação de cargos representativos no seio da comunidade, é o meio de se reconhecer as figuras mais importantes dessa instituição, para num segundo momento, ao examinar a origem e o percurso desses indivíduos, se concluir acerca da sua participação na elite de poder.

Estes aspectos não são úteis, unicamente, na definição e justificação dos grupos em análise, em segunda instância podem funcionar para reforçar ou refutar as ideias difundidas por alguns autores<sup>140</sup>, acerca da existência de relações horizontais no seio das confrarias ou sobre as condições de acesso aos postos de chefia .

Por último, pretende-se dar uma nova leitura acerca dos regulamentos e funcionamento das confrarias eborenses, tendo como base o próprio pensamento teórico social medieval.

Qualquer instituição medieval possui aspectos organizacionais idênticos, que dariam lugar a lógicas de funcionamento semelhantes, não por falta de originalidade dos seus fundadores, mas por serem criações de uma sociedade, que se entendia como um corpo, cujo bem estar geral dependia do desempenho autónomo, harmonioso e coerente dos vários órgãos.

A concepção antropomórfica, corporativa e anti-individualista<sup>141</sup> da sociedade medieval justifica a constituição de associações, como um direito reconhecido por natureza e não tanto pela lei positiva ou pela autorização régia. A única restrição imposta, é a natureza, o fim visado pela associação,

---

<sup>139</sup> Cfr. António Manuel Hespanha, "Período do sistema Corporativo", in *História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, pag. 221.

<sup>140</sup> Maria Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 19. E Maria Helena C. Coelho, *Art. Cit.*, pag. 160.

<sup>141</sup> Esta concepção ideológica vê a sociedade como um organismo, composto por vários órgãos. neste "corpo" o indivíduo não tinha um lugar ou uma identidade autónoma, estando o seu estatuto dependente da sua situação em relação ao grupo. Cfr. António Manuel Hespanha. *Op. Cit.*, pag. 200.

que deveria ser conforme ao bem comum, entendido numa tripla perspectiva, da solidariedade, da recreação e do interesse público. Respeitando esses valores as instituições careciam de autorização régia<sup>142</sup>.

A ideia de utilidade pública das confrarias torna-as indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, contudo, este funcionamento deveria ser autónomo, absolutamente descentralizado, respeitando a articulação natural deste "corpo"<sup>143</sup>.

Segundo António Manuel Hespanha, esta autonomia funcional está relacionada com a ideia de auto-regulamentação, que o pensamento jurídico medieval consagrou com a expressão "*Jurisdictio*", e na qual englobou o poder de fazer leis e estatutos, ou seja, de um modo mais abrangente, "fazer justiça"<sup>144</sup>.

Os aspectos até agora focados são reconhecidos no estatuto da confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém, o único documento disponível para estudar a realidade confraternal eborense. Não existem razões para suspeitar da inexistência de regulamentos das restantes confrarias da cidade, muito pelo contrário, a argumentação de António Hespanha<sup>145</sup> vem reforçar a teoria do desconhecimento e justificar o recurso a outros textos normativos<sup>146</sup>, conhecidos para associações da mesma natureza de outros pontos do país, de modo a reforçar as conclusões obtidas a partir dos estatutos de Jerusalém.

---

<sup>142</sup> Cfr. *Ibidem*, pp.212 - 213.

<sup>143</sup> Tal como no corpo os órgãos funcionam autonomamente, para proporcionar bem estar físico, a cada corpo social deveria ser conferida a autonomia necessária, para que pudesse desempenhar as suas funções. Cfr. *Ibidem*, pag. 208.

<sup>144</sup> Cfr. *Ibidem*, pag. 209.

<sup>145</sup> O autor traça um conjunto de características jurídicas, que, supostamente, deveriam ser "manifestadas" por todas as instituições medievais, das quais consta o direito de possuir um estatuto.

<sup>146</sup> São utilizados os estatutos da confraria dos ovelheiros de Viana do Alentejo e dos homens bons de Beja, publicados por Maria José Pimenta Ferro Tavares, "Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: Os compromissos de três confrarias de Homens Bons alentejanos", *Estudos Medievais*, n.º 8, Porto, 1987. São também utilizados os compromissos publicados por Iria Gonçalves e Fátima Botão, "As Confrarias medievais da região de Alcanena", *Boletim do Centro de Estudos Históricas e Etnológicos*, IV, Ferreira do Zêzere, 1989, e ainda, o compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente, publicado por Rui Pinto Azevedo na *Lusitana Sacra*, 1ª série, T. IV, 1962.

O compromisso desta instituição começa por fazer referências à Sagrada Escritura, recreando excertos que apelam à união e ao respeito pelos princípios e condutas edificantes, manifestadas pela comunidade apostólica original.

" *O beento santo amgustio encomendou e disse a todos emsembra (...) em honrra de deus cujas casas ssodes feitos aquy o celestiall sor nos hera moesta e diz aqeste he meu emcomendamento que voos vos amedes emsembra outrossy como eu ameyvos. Essa mesma cousa confirma sam Johane apostollo confirma e diz aqeste mandado auemos de deus que aquell que deus ama ame seu irmao (...)*" <sup>147</sup>. O texto normativo prossegue com referências ao auxílio prestado aos pobres " (...) *e dos manjares aparelhados para comer que a aparte seja dada aos pobres aguardando aquella parauoa que diz nosso sennor e o soyom seja em aquelles que vos fartades e non dades aos pobres e a famyntos seredes e guardando sedo que aveo o riquo que por lazaro o gafo a que viio coyta padecer e lhe nom quis socorrer he soterrado no inferno.*" <sup>148</sup>.

Através destes excertos denota-se uma preocupação em justificar a utilidade pública da confraria, apontando para as três vias, já referidas. A solidariedade é manifestada no apelo " (...) *que voos vos amedes emsembra (...)*, a recreação testemunhada pela referência a "(...) *a manjares aparelhados para comer (...)*" e o bem público está expresso no auxílio prestado aos pobres, mas também nas preocupações que envolviam a prestação de serviços religiosos, fúnebres ou de qualquer tipo de ajuda prestado aos confrades, " (...) *se alguu confrade for doemte os confrades o vaa veer a meude e sse for coytado (comdemnado) vaa os confrades com*

---

<sup>147</sup> Gabriel Pereira, "Estatuto de uma confraria para obras de piedade formada pelos homens bons moradores na cidade de Évora que foram a Jerusalém", in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, INCM, s.d., pag. 48.

<sup>148</sup> *Ibidem*, pag. 48.

*elle dormir e aguardem no e da morte co vigillias e com oraçoes aguardem o corpo deste ataa que onestamente seja osoterrado."* <sup>149</sup>.

Esta fórmula, reproduzida em todos os estatutos analisados<sup>150</sup>, tem como objectivo persuadir na prática de determinadas condutas ou comportamentos. O Amor, a Crença em Deus, esperança e a comunidade, são ideais veiculados por estes excertos, que deveriam nortear o espírito vivencial da confraria <sup>151</sup>.

O conjunto destes fragmentos demonstram também a necessidade que os fundadores da confraria de Jerusalém tiveram, em justificar a existência de uma instituição desta natureza, perante o meio social envolvente. O recurso às autoridades bíblicas <sup>152</sup> serve de justificativa, para que ninguém possa questionar a validade social da confraria, já que os seus membros procuravam aproximar-se dos mandamentos de Cristo, visando atingir o fim proposto pelo pensamento social.

Esta estratégia justificativa torna-se mais evidente ao constatar-se que o compromisso de Jerusalém, tal como os restantes, veicula um discurso, declaradamente demonstrativo<sup>153</sup>, fazendo uso de uma

---

<sup>149</sup> *Ibidem*, pag. 49.

<sup>150</sup> Quanto às preocupações solidárias, este excerto do compromisso da confraria dos Homens Bons de Beja é bem explícito "(...) *Mays estetuyamos que se alguu confrade adoecer, os confrades no visytaraao por cada sua noyte, procurando de o visytar(...) E se alguu cofrade for caminho e adoecer todos os confrades mande por elle e isto ate jornada de huu dia, e sse morer seu cavallo em serviço ou em outro logar que seja a serviço do concelho ou teendo em as casa(...) que os outros confrades lhi dem ciquenta libras pera comprar outro cavallo (...)*". Maria José P. F. Tavares, *Art. Cit.*, pag. 68. Outras referências foram encontradas no Compromisso do Espírito Santo de Benavente, recolhido por Rui Pinto de Azevedo, *Art. Cit.*, pag. 14.

<sup>151</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *Art. Cit.*, pag. 159.

<sup>152</sup> O Compromisso do Espírito Santo de Benavente é um bom exemplo deste recurso "(...) *onde juntamente seja nacido pasto aos pobres e as almas dos que larguamente dera, segundo aquele Evagelho que diz: «Ouve fome e destes me de comer; Ouve çede e destes me de beber» E Joane e hua epistolla sua (tabee) diz: « Deos he caridade e aquelle que estaa e carydade co Deos, Deos esta nelle». E o Senhor (mays diz) e ho Evangelho: «onde dous outros fore juntos e meu nome, ahy sou eu em meyo delles» (...)*", Rui Pinto de Azevedo, *Art. Cit.*, pag. 14. A presença de "autoridades" é um recurso retórico utilizado para defender e reforçar uma opinião ou postura, tornando-a inquestionável. Quanto mais antiga for essa "autoridade" maior será a sua dignidade e respeitabilidade. Cfr. Chaim Perleman \* Luciet Olbrechts, *Traité de l' argumentation*, Bruxelles, Editions de L' Université de Bruxelles, 1998.

<sup>153</sup> Este tipo de discurso tem como objectivo fazer com que os outros adiram às ideias expostas, na tentativa de promover e transmitir ideais. Cfr. *Ibidem*, pag. 234.

argumentação pragmática<sup>154</sup>, cujo objectivo é transmitir uma ordem de valores, ao apreciar as consequências positivas de um acto, que levem a concluir acerca da superioridade de uma conduta, " (...) *mas quando veer e o dia do estreito juizo que mereçamos a ouuir a voz do remiidor que dira viide beentos do meu padre receber o regno ouue fame e destes a my de comer co o que voos fezeistes a hum dos meos pobres a my o fezeistes dizem em outro lugar que assy como a agoa mata o fogo outrosy a esmola mata o peccado*"<sup>155</sup>.

Este estatuto testemunha, ainda, mais algumas das características apontadas por António Manuel Hespanha, já referidas, para as instituições medievais. Segundo este autor, a autonomia funcional desfrutada pela instituição deu-lhes não só poder de fazer leis, como também, de julgar conflitos internos, " (...) *Aquesta cousa estabellecerom que sse amtre elles aqueecer alguua discordia o mordomo e allguus confrades de viir que sam pero aquello dugua elles concordia (...)*"<sup>156</sup>, " (...) *se alguu comfarde ouuer queixume doutro nom o adugua a juramento neem a joizo de estranhos mais a joizo de seus confrades (...)*"<sup>157</sup> e emitir comandos, regularizadores das acções promovidas pela confraria, " (...) *e o confrade qe for morto longe honde seu corpo nom possa aduzer outro tall officio façam por elle como fariam se o corpo fosse presente* " <sup>158</sup>, " *Se allguu comfrade for doemte os confrades vao veer a meude esse for coyado ( comdemnado) vao os confrades com elle dormir(...)* e cada huu confrade dee sua alma IV ds"<sup>159</sup>.

As semelhanças entre instituições medievais estendem-se, ainda na óptica de António Hespanha, ao nível da organização interna e da

---

<sup>154</sup> Forma de argumentação que serve para estabelecer uma solidariedade entre os julgamentos admitidos e os que se pretendem promover. *Ibidem*, pag 255.

<sup>155</sup> Gabriel Pereira, *Op.Cit*, pag. 49

<sup>156</sup> *Ibidem*, pag. 49

<sup>157</sup> *Ibidem*, pag.49

<sup>158</sup> *Ibidem*, pag.49

<sup>159</sup> *Ibidem*, pag. 49



representação externa dos corpos. Baseando-se em textos do "*Corpus Iuris*", os juristas medievais defendiam que os corpos, tal como os seus menores, são incapazes de exercer, por si, os seus direitos, carecendo de alguém que, à maneira de tutor, prossiga e defenda os seus interesses no plano exterior <sup>160</sup>.

As confrarias como associações orgânicas, respeitam estas características, mas nem sempre os estatutos são explícitos em relação à existência de uma hierarquia funcional, de onde se depreende que o costume completava a lei escrita <sup>161</sup>.

O compromisso de Jerusalém faz uma pequena referência à existência dessa hierarquia interna, "*(...) os mordomos daquela confraria filhem as cabeças e os deuentros dos porcos e dos carneiros exetes ou umtos e os coyros dos bois e das vaccas de todas estas cousas deem ao pregoeiro a sseista parte (...)*" <sup>162</sup>, outros documentos normativos são mais explícitos quanto à existência de uma ordem de funções, "*E outrossi que aja hi dous homeens e huu porteiro e dous moordomos que gardem e procurem os beens que deus der aa dicta casa e que dem conto e recado de todo en cada huu ano, per dante os dictos hommens bons e que sejam metudos por dia de santiago*" <sup>163</sup>.

A maior parte dos autores <sup>164</sup> reconhece a mesma estrutura interna e as mesmas autoridades para o conjunto das confrarias. Os órgãos governativos destas instituições eram compostos por dois alcaides ou juizes, sobre os quais recaía toda a autoridade. A este cargo deliberativo

---

<sup>160</sup> António Hespanha afirma que a ideia de que a função da cabeça não deve ser a de destruir a autonomia de cada corpo social inferior, mas a de manter a harmonia entre todos eles, atribuindo a cada um o lugar que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu foro ou direito. Cfr. *IBIDEM*, pag. 209.

<sup>161</sup> Cfr. Ângela Beirante, *As Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, s.n., 1990, pag. 14.

<sup>162</sup> Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, pag. 49.

<sup>163</sup> Maria José P. F. Tavares, *Art. Cit.*, pag. 68.

<sup>164</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, Maria Helena da Cruz Coelho, *Art. Cit.*, Iria Gonçalves \* Fátima Botão, *Op. Cit.*, Maria José Pimenta Ferro, *Op. Cit.* e Gregória Cavero Domingues, *Las cofradias em Astorga durante la Edad Media*, s.l., Universidad de León, 1992 às quais se soma António Manuel Hespanha, ao afirmar que ao nível da organização interna, os corpos contavam, de um modo geral, como uma estrutura triádica de governação. Cfr. *Op. Cit.*, pag. 214.

cabia o julgamento de desentendimentos e de querelas entre confrades, a resolução de contendas respeitantes à posse de terras, a recolha das prestações e das entradas de novos membros e, ainda, exigir as fianças aos mordomos.

Estes últimos, constituíram o órgão executivo da instituição, com algumas funções deliberativas. Assumiam-se como gestores dos bens da confraria, zelavam pela qualidade dos serviços religiosos ou fúnebres prestados aos confrades, pela distribuição de esmolas, sendo o seu mester pago em dinheiro ou com certos bens, por exemplo miudezas de animais ou couros.

A par deles existia uma assembleia de confrades ou cabido, principal órgão administrativo que, na opinião de Ângela Beirante, poderia adquirir a forma de cabido maior, cuja reunião coincidiria com a festa do patrono, ou a forma de cabido menor, cuja frequência seria maior<sup>165</sup>.

Para além deles era indispensável a presença de um capelão, responsável pela visita a enfermos, assumindo a responsabilidade por todas as cerimónias religiosas e fúnebres, e de um escrivão, responsável pelo registo de todos os "movimentos" administrativos da confraria.

Encontravam-se, ainda, funcionários subalternos, como pregoeiros, chamadores, andadores, campeiros, cujas funções eram chamar os confrades para os serviços e a entre-ajuda aos irmãos.

Esta organização interna e hierarquia de funções reflecte-se nos dados recolhidos, já que o conjunto de indivíduos que se apresentava nos contratos facilitou a reconstrução das equipas governativas<sup>166</sup>, para Jerusalém e Corpo de Deus de Santo Antoninho<sup>167</sup>, sendo possível saber-se

---

<sup>165</sup> Cfr. Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 14.

<sup>166</sup> *Vide* quadros II e III, em anexo

<sup>167</sup> Tal como foi dito na introdução só foi possível reconstruir as chefias governativas destas duas instituições, por apresentarem um série de dados mais completa.

quem eram os alcaides, mordomo e escrivães, podendo-se presumir sobre a participação de alguns membros no cabido<sup>168</sup>.

Se nestes aspectos normativos é possível inferir algumas conclusões para as confrarias eborenses, outros há, respeitantes aos critérios de admissão, eleições (periodicidade e qualidade dos elegíveis) e condições de acesso aos postos de chefia, sobre os quais se acumulam as hipóteses, não se verificando mais do que tendências ou indícios.

O desconhecimento dos estatutos, ou no caso, o silêncio acerca destes aspectos, só deixa uma saída, analisar os testemunhos legados, tentando conciliá-los com formulações apresentadas por alguns autores.

Na sua maioria, os medievalistas que se debruçaram sobre esta temática, concordam em que as confrarias são associações abertas, igualmente, a homens e mulheres, na qualidade de solteiros ou casados, mas também, quer a clérigos, quer a leigos<sup>169</sup>. Coincidem, também, na indicação de uma multiplicidade de critérios de admissão, que passam pela proximidade local ou geográfica, correspondente a um quarteirão, divisão administrativa do núcleo urbano (freguesia ou paróquia), divisão política ou proveniência social.

Neste quadro destaca-se Catherine Vincent, por sublinhar a existência de um outro critério de selecção. Os direitos pagos à entrada e as quantias desembolsadas no pagamento da cota anual, seriam outro dos obstáculos que se interferiam entre as aspirações dos indivíduos e a entrada na associação<sup>170</sup>.

Este critério permite explicar que as confrarias fossem, simultaneamente, espaços abertos, portanto, que existissem uma variedade

---

<sup>168</sup> Nos registos efectuados, sobre contratos, doações e testamentos, os membros das confrarias identificam-se como alcaides, mordomos e escrivães, contudo há um amplo número de confrades que desempenham funções não identificáveis, mas que estão presentes, presume-se que sejam eles os componentes dos cabidos das confrarias.

<sup>169</sup> Cfr. Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 12 e Maria Helena C. Coelho, *Art. Cit.*, pag. 178.

<sup>170</sup> Cfr. *Les confréries médiévales dans le royaume de France (XII - XV)*, Paris, Albin Michel, 1994, pag. 35.

de estatutos económico sociais, mas também, espaços fechados, ou seja, que existissem tendências hegemónicas de determinados grupos sociais, dando origem até, à formação de confrarias de elite, mencionadas por Maria Helena da Cruz Coelho<sup>171</sup>. Os rendimentos auferidos podiam permitir este matiz social, na medida em que, um mestre ou um "letrado", podiam desfrutar de rendimentos similares e do mesmo prestígio, que um membro da pequena ou média nobreza local, podendo ingressar na mesma associação.

O compromisso dos Homens Bons de Beja permite atestar a existência desta política selectiva, por detrás de um discurso aberto, "*(...) e quanto todolos homeens boons que auedes en honra de cavaleiros segundo o costume da terra que quiserem seer confrades em essa casa den de seu cada huu pera auer cabedal e possissoes pera se cumprirem os ordinamentos(...)*"<sup>172</sup>.

Para o caso das confrarias eborenses a única pista disponível é a própria designação da instituição de Jerusalém, *Confraria para obras de piedade formada pelos Homens Bons moradores de Évora que foram a Jerusalém*, que, provavelmente, aceitaria sem reservas os homens bons, moradores em Évora. Esta formulação revela um triplo critério de admissão, por um lado, económico-social, por outro lado, geográfico. Porém, não se sabe se esta foi a designação oficial da confraria desde a sua origem, ou se data da centúria de quatrocentos, origem do estatuto, que chegou à actualidade.

Na composição social<sup>173</sup> desta confraria encontram-se alguns mesterais (um jibeteiro, dois carpinteiros, um sapateiro, dois tecelões, dois alfaiates, um ourives, um seleiro, um cesteiro, um peneireiro, um tosador e

---

<sup>171</sup> Cfr. *Art. Cit.*, pag. 179 .

<sup>172</sup> Maria José P. F. Tavares, *Art. Cit.*, pag. 69.

<sup>173</sup> *Vide gráfico*, em anexo sobre a composição sócio-económica dos membros da confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém.

um barbeiro), três indivíduos que se assumem como oficiais camarários, três oficiais régios, dois mercadores, um hortelão e ainda oito cavaleiros e quinze escudeiros, provavelmente.

A maior dificuldade encontrada na caracterização sócio-económica desta instituição foi a presença de noventa e dois confrades, cujo estatuto não foi possível identificar a partir da documentação das confrarias, mas que pesquisa posterior permitem referenciá-los ou como membros de famílias reputadas da cidade ou como oficiais camarários. Contudo, estes indivíduos não foram inscritos nesta categoria para não deturpar o seu estatuto sócio-económico, visto que, durante o período de permanência na confraria não se identificam pelo desempenho de tais funções.

No primeiro caso enquadram-se figuras como Afonso Dias de Espinho, provavelmente, um descendente de Gonçalo Dias de Espinho e de Lopo Dias de Espinho, Estevão Anes Touregão, João Rodrigues Toscano, Nuno Fernandes Garamaxo, Rui Mendes Godinho, Vasco Martins Façanha ou Vasco Martins de Pavia, ao qual se fará referência no capítulo um da terceira parte.

Como oficiais do concelho, ainda que não exercessem funções em simultâneo nas confrarias, contam-se João Esteves Trigueiro que foi procurador do concelho em 1421<sup>174</sup>, Lourenço Vicente Bavainho, que na mesma data foi juiz do cível<sup>175</sup>, João Gonçalves das Donas que foi juiz em 1419<sup>176</sup>, João Rodrigues Toscano, procurador às cortes no ano de 1446<sup>177</sup>, Lopo Façanha, vereador em 1449<sup>178</sup>, 1469<sup>179</sup> e 1475<sup>180</sup> e Rodrigo Anes da

---

<sup>174</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv.º 67, fl.14.

<sup>175</sup> *Ibidem*, fl. 35v.

<sup>176</sup> *Ibidem*, fl. 66v.

<sup>177</sup> *Ibidem*, fl. 74v.

<sup>178</sup> *Ibidem*, fl. 80v.

<sup>179</sup> *Ibidem*, fl. 100.

<sup>180</sup> *Ibidem*, fl. 113v.

Regueira, que em 1430, 1435 e 1436<sup>181</sup> foi procurador e em 1450 foi vereador<sup>182</sup>.

Na composição sócio-económica desta confraria parece exercer hegemonia a pequena e média nobreza local <sup>183</sup> que dividiu este espaço com alguns mesterais. Esta tendência torna-se mais perceptível a partir de 1442, pois os cargos de alcaide e mordomo passaram a ser ocupados, quase exclusivamente por escudeiros e cavaleiros. Até essa data encontravam-se nestes postos alfaiates, peneireiros e principalmente, mercadores <sup>184</sup> o que pode, provavelmente, ser justificado pela crescente aristocratização dos centros urbanos ou dos lugares de chefia.

Por seu turno, a confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho apresenta uma maior diversidade profissional que contrasta com um número muito elevado de indivíduos sem referência ao seu estatuto sócio-económico, dos quais se conseguem identificar Diogo Afonso Mealha, oficial camarário, em 1396 na função de procurador<sup>185</sup>, em 1405 na de juiz do crime e cível<sup>186</sup> e por último, em 1414 novamente na função de

---

<sup>181</sup> *Ibidem*, fl. 54, 60e 64v.

<sup>182</sup> *Ibidem*, fl. 79.

<sup>183</sup> Para Oliveira Marques a pequena e média nobreza compõe-se de escudeiros e cavaleiros, este último termo abrangia a condição de Rico Homem, de origem nobre. Os Cavaleiros deviam por princípio pertencer a uma ordem de cavalaria, isto é serem armados segundo um ritual, contudo o autor afirma que a grande maioria apenas o era em espírito ou por mero acto administrativo, pois o facto que fazia o cavaleiro era a quantia recebida da coroa e assente no respectivo livro. No entanto um cavaleiro, para além de ser responsável pelo seu cavalo deveria possuir património fundiário, onde exercia poder e gozava de privilégios que pertenciam ao seu estado. Quanto à pequena nobreza, composta por escudeiros de origem nobre, apenas se sabe que se tratavam de assessores dos cavaleiros, mas no final da Idade Média esta acepção, embora continuando a manter-se concorria com a de escudeiro, elemento vindo do povo.

O problema que se coloca é que quer cavaleiros, quer escudeiros nobres podiam ser confundidos com outros grupos com a mesma designação, mas de origem popular, devido à enorme fluidez que caracterizava estes estratos populares. Os cavaleiros de origem popular possuíam todo um corpo de privilégios que os distinguiu como camada superior do Povo, sendo por eles que um popular se aproximava do nobre. Cfr. A.H. Oliveira Marques. "os Grupos sociais", in *História de Portugal: Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Vol. IV*, Lisboa, Ed. Presença, 1985, pp.247 - 271.

Os cavaleiros e escudeiros que nos surgem nas documentação das confrarias parecem ter origem nobre, já que a maioria pertence a famílias reputadas da região, assumem cargos de juiz e procurador do concelho, o que reforça esta hipótese.

<sup>184</sup> Cfr. Quadro III em anexo.

<sup>185</sup> <sup>185</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv.º 67, fl. 8v.

<sup>186</sup> *Ibidem*, fl. 10.

procurador do concelho<sup>187</sup>. Gonçalo Vaz Guisado, vereador em 1465<sup>188</sup>, João Salvado, escrivão dos orfãos em 1402<sup>189</sup>, Martim Esteves Boto, que trataremos no capítulo um da terceira parte, Nuno Fernandes Gramaxo que já foi referido e Rui Salvado, provavelmente, descendente de João Salvado, que exerceu o cargo de juiz do crime e cível, em 1411 e 1412<sup>190</sup> e em 1454 o de escrivão dos órfãos<sup>191</sup>.

Apesar da ampla maioria dos confrades serem mesterais<sup>192</sup>, grupo composto por sete picheleiros, quatro ferradores, três safoeiros e outros tantos ourives, sapateiros, alfaiates, corrieiros, tendo os restantes mesteres apenas um ou dois representantes, surgem dez oficiais da administração concelhia, alguns mercadores, dependentes<sup>193</sup> e dezasseis membros da pequena e média nobreza, treze escudeiros e três cavaleiros, cuja entrada na confraria se registou a partir do final da década de 30. Este pormenor reforça a hipótese, apontada anteriormente, para a crescente aristocratização dos postos de chefia, porém, a sua permanência na instituição é pontual, pois a esmagadora maioria destes confrades apenas permanece um ano na instituição<sup>194</sup>.

Por último, S. Gião, que dos cento e trinta e um confrades recolhidos, setenta e sete não apresentam referência a estatuto sócio económico nem foi possível identificá-los recorrendo a outra documentação. Vinte e nove são mesterais, onde encontramos oito carpinteiros, três telheiros, dois alfagemes e outros tantos ferradores e carvoeiros, vinte e um hortelães, dois oficiais camarários, um mercador e

---

<sup>187</sup> *Ibidem*, fl. 32v.

<sup>188</sup> *Ibidem*, fl. 70v.

<sup>189</sup> *Ibidem*, fl. 45v.

<sup>190</sup> *Ibidem*, fl. 40 e 43V.

<sup>191</sup> *Ibidem*, fl. 63v.

<sup>192</sup> *Vide* gráfico 2 em anexo, sobre a composição sócio-económico dos confrades da albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho.

<sup>193</sup> Neste caso optou-se por dividir-se os indivíduos tendo em atenção a natureza da sua dependência, fosse ela profissional ou clientelar, já que corresponde a realidades sociais e económicas distintas.

<sup>194</sup> Cfr. Quadro III em anexo.

apenas um escudeiro <sup>195</sup>. Esta composição sócio económica caracterizada pelo predomínio dos hortelães e de mesteirais, convivência que se justifica pela aproximação destes dois grupos profissionais <sup>196</sup>.

Em suma, a análise da composição social das confrarias permite inferir a existência de três realidades criteriosas distintas, certamente resultantes, da conjugação de dois ou mais critérios de selecção.

Por um lado, a confraria de Jerusalém admite os Homens Bons de Évora, composto por cavaleiros, escudeiros, mercadores, tabeliães e um prior, alguns membros do concelho e de famílias de renome <sup>197</sup>. Está-se em presença de três critérios, um económico, o outro social (origem social) e o último geográfico.

A proveniência geográfica creditava os membros desta confraria, desde que habitassem na cidade, o que se consegue comprovar, acreditando que o mapa proposto por Angela Beirante cartografe as "casas de morada" destas famílias e não segundas residências <sup>198</sup>.

Por outro lado, a confraria de Santo Antoninho parece apresentar dois critérios, um económico e outro geográfico, responsáveis pela concentração de mesteirais e pela presença de oficiais da administração concelhia que, em termos sociais, se encontravam no mesmo patamar, pugnando por alcançar uma posição mais destacada <sup>199</sup>.

---

<sup>195</sup> Vide em anexo, gráfico 3 sobre a composição sócio-económica dos confrades de São Gião.

<sup>196</sup> A.H. Oliveira Marques refere-se aos mesteirais como um vasto grupo que abarca sobretudo artesãos das cidades, vilas e aldeias, pequenos comerciantes, como almocreves e tendeiros, regatões, carniceiros, certos trabalhadores rurais, como os almuinheiros ou hortelães. Cfr. *Op. Cit.*, pag. 269

<sup>197</sup> A obra de Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 522 - 560. permitiu identificar alguns indivíduos como membros de famílias importantes da cidade, são eles, Afonso Dias de Espinho, Diogo Lopes Lobo, Fernão Lopes Lobo, Estêvão Anes Touregão, João Esteves Trigueiro, João Gonçalves das Donas, João Rodrigues Toscano, Lopo Façanha, Vasco Martins Façanha, Nuno Fernandes Garamaxo, Rodrigo Anes da Regueira, Rui Mendes Godinho e Vasco Martins de Pavia, entre outros.

<sup>198</sup> Vide em anexo, mapa 6.

<sup>199</sup> A unidade e a coesão da ordem dos *laboratores* fragmentou-se com a explosão das cidades, devido à especialização ocorrida no mundo do trabalho, muitos mesteirais acederam a cargos concelhios, enquanto representantes do povo, tentando dignificar a sua condição social e ascender. "*Senhor, vos pedimos de mercê, pois esta vossa leal cidade de Évora é a segunda de vossos regnos, e em ela há muitos e bons mesteirais de todos os mesteres, que a vossa senhoria mande dar lugar aos ditos mesteirais ou aos procuradores do povo que estem na camara em vereação com os oficiais do concelho pera refartarem alguma cousa que for contra vosso serviço ou damno do povo*"., "*Senhor, alguns destes vossos oficiais*



O segundo critério está relacionado, muito provavelmente, com a coincidência entre o âmbito da confraria e os limites da paróquia, o que permitiria explicar a multiplicidade de estatutos económico-sociais existentes, na confraria do corpo de Deus de Santo Antoninho, já que a paróquia de Santo Antão, como foi referido no capítulo anterior, coincide com a área urbana onde se concentram maior número de actividades económicas.

A hipótese de um critério de admissão paroquial sai reforçada pela existência de um documento em que o Bispo, D. Vasco Perdigão, quis obrigar os confrades, sob pena de excomunhão, a deixar a prata na igreja. O documento revela, ainda, que os objectos de prata utilizados no culto da igreja de Santo Antoninho eram emprestados pela confraria e guardados na casa de um confrade<sup>200</sup>.

As características de S. Gião apontam para um critério económico/profissional, mas também, para um critério geográfico, limitado à vizinhança ou ao bairro. A concentração de hortelões justifica-se pela localização da confraria, no extremo ocidental da paróquia de Santo Antão, zona limítrofe da cidade, geralmente ocupada por culturas de produtos hortícolas.

A recolha e análise dos dados permitiu perceber um menor número de confrades em Jerusalém, comparativamente com Santo Antoninho, apesar do número de anos considerados ser maior. Em setenta anos analisados para Jerusalém, descobrem-se cento e quarenta e cinco confrades, enquanto que em cinquenta e três anos considerados para Santo Antoninho, revelam-se duzentos e sessenta e cinco confrades, o que

---

*são pobres e querem trazer maior estado que os que lhe cumpre e convem; e por suportarem esto, é per força que excedem o modo em aquilo que com razão se não deve fazer (...) E estes, antes que vieram aos officios, não tem um moço que os sirva e tanto que cobram os officios logo alcançam ( sic) baixelas e roupas e penadas e homens de besta (...)" José Mattoso (dir.), "A socialidade (estruturas, grupos e motivações)", in *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 413 e 403*

<sup>200</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Livro 61, fls. 49 e 69.

levanta a hipótese de uma admissão mais estrita e criteriosa na primeira associação, à qual se soma uma maior permanência dos confrades, comparativamente com Santo Antoninho <sup>201</sup>, no seu seio, enquanto que nesta instituição, provavelmente haveria uma maior facilidade de entrada, associada a um tempo de permanência menor <sup>202</sup>. Assim, a entrada de maior número de membros corresponderia a uma selecção menos exigente, ao nível do estatuto social, o que poderia justificar a composição social diversificada da confraria de Santo Antoninho.

Estes dados levantam a hipótese da existência de um número limite de membros em Jerusalém, já que se mantinham mais tempo na confraria, o que também pode explicar a tendência para a hegemonia da pequena e média nobreza.

Como foi dito as suspeitas e suposições também contagiam outros momentos da vida das confrarias eborenses. Os processos eleitorais, as suas regras e frequência estão totalmente ausentes dos compromissos analisados.

A única referência aos processos eleitorais subtrai-se do estudo de Ângela Beirante, em que a autora refere que é provável que de uma eleição directa, nos séculos XII e XIV se tenha passado a uma eleição indirecta no século XV, tal como acontece, nesse período, na administração concelhia <sup>203</sup>.

A análise dos dados permitem verificar que ocorriam eleições anualmente <sup>204</sup>, em Santo Antoninho, provavelmente, decorreriam no dia de Corpo de Deus <sup>205</sup>, para Jerusalém os dados disponíveis não permitem identificar uma data.

---

<sup>201</sup> Vide em anexo, gráfico 4.

<sup>202</sup> Vide em anexo, gráfico 5.

<sup>203</sup> Cfr. *Confrarias Medievais Portuguesas*, pag. 16.

<sup>204</sup> Para a construção dos quadros II e III foi necessário localizar temporalmente todos os contratos registados, que serviam de referência para verificar possíveis alterações na ocupação dos cargos de chefia, alcaides, mordomos e escrivães. Esta análise dos dados permitiu concluir que as equipas administrativas se renovavam anualmente, o que é um forte indicador da existência de eleições anuais.

<sup>205</sup> O dia do patrono seria uma data importante que serviria para regular a vida da confraria, afirmar a sua coesão e perpetuação. A esta ideia somam-se os resultados da análise do quadro III. A conjugação da data

Da análise das equipas governativas pode-se inferir algumas conclusões acerca da qualidade dos elegíveis e da existência ou não de limites de permanência na ocupação de cargos administrativos.

No que diz respeito à qualidade dos elegíveis e logo ao acesso aos postos de chefia, os dados revelam que para se aceder ao posto máximo da administração confraternal, dever-se-ia dispôr de uma situação económico-social proeminente, relativamente aos restantes confrades. Quer em Jerusalém <sup>206</sup>, quer em Santo Antoninho<sup>207</sup>, os cargos de Alcaide, concentravam-se nas mãos da pequena e média nobreza local. Na última associação, dos dezasseis membros da pequena e média nobreza local, dez são alcaides e um deles é mordomo, os restantes não exercem funções deliberativas ou executivas, mas, presume-se, que estivessem presentes no cabido<sup>208</sup>.

Ainda em Santo Antoninho, os dependentes/clientelares, das famílias Melo, Sande, do Infante D. Fernando e do bispo, ocupam, em número significativo, os cargos de alcaide, já que dos onze identificados, nove exerceram esse cargo <sup>209</sup>.

Entre os mordomos, foram os mesteirais que monopolizaram o desempenho dessas funções, na confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho<sup>210</sup>, enquanto que em Jerusalém dividiam funções com os oficiais concelhios. Este "monopólio" talvez se justifique por serem indivíduos mais habituados a lidar com as questões práticas do quotidiano, ou porque

---

de redacção do contrato, de um código atribuído ao bem transaccionado, que servirá para identificar os indivíduos que correspondem a cada contrato, permite defender a hipótese do dia de Corpo de Deus, como o dia das eleições.

<sup>206</sup> *Vide* em anexo gráfico 6 sobre o estatuto sócio-económico dos Alcaides da confraria dos Homens Bons de Jerusalém

<sup>207</sup> *Vide* em anexo gráfico 7 sobre o estatuto sócio-económico dos Alcaides da confraria do corpo de Deus de Santo Antoninho.

<sup>208</sup> Diogo Lopes Brandão, escudeiro, foi alcaide em 1437; João Teixeira, cavaleiro, exerceu as mesmas funções em 1449, enquanto que Pero Dias, escudeiro, foi mordomo em 1454. Men Colaço, escudeiro do conde D. Pedro, Martim Batalha, Diogo Afonso também escudeiros e Fernão Gonçalves, cavaleiro eram confrades, presumivelmente presentes em cabido.

<sup>209</sup> *Vide* em anexo, gráfico 7.

eram homens de condição mecânica, e não dispunham do prestígio social, necessário para exercer o cargo de alcaide.

Enquanto em Santo Antoninho esta tendência hegemónica dos mesterais se estendeu por todo o período em estudo, em Jerusalém registam-se duas tendências distintas. Até 1426 pode-se reconhecer a hegemonia dos mesterais no cargo de mordomo. O caso mais flagrante é o de Lopo Afonso, peneireiro, que se manteve no cargo entre 1388 e 1412, com algumas interrupções é certo, sendo substituído nesses períodos por Vasco Gil, escrivão das obras da torre, entre 1409 e 1410 e por Vasco Martins, alfaiate, que ocupou o posto entre 1380 e 1382. A partir de 1426, os mesterais foram substituídos pelos escudeiros.

Bem alertava António Manuel Hespanha que ,com base na lógica de que os corpos deviam a sua existência ao facto de estarem votados ao desempenho de uma função, a participação dos membros do corpo no seu governo obedecia ao princípio que o maior poder e responsabilidade na gestão corporativa deveria caber àqueles que mais contribuíssem para o desempenho da função do corpo <sup>211</sup>.

Esta concepção traduz-se na limitação da participação na assembleia corporativa, ou seja, nos órgãos de gestão. As condições de acesso aos postos de chefia em Jerusalém , não são as mesmas apresentadas por Santo Antoninho. Na primeira, regista-se uma menor alternância nos postos administrativos <sup>212</sup> e existência de vínculos, de natureza familiar, entre os indivíduos que ocupam esses lugares<sup>213</sup>. Na segunda, a rotatividade nas

---

<sup>210</sup> *Vide* em anexo, gráfico 8 e 9 sobre o estatuto sócio-económico dos mordomos na confraria de Jerusalém e na do Corpo de Deus de Santo Antoninho, respectivamente.

<sup>211</sup> *Ibidem*, pp. 214 e 215 .

<sup>212</sup> *Vide* em anexo, gráficos 10 e 11 sobre a rotatividade nos cargos de alcaide e mordomo na confraria de Jerusalém.

<sup>213</sup> Lopo Dias de Espinho foi Alcaide em 1422 e Gonçalo Dias de Espinho, seu irmão, foi mordomo em 1426 ou então a família Lobo que possuía vários membros nas confrarias ocupando muitas vezes o cargo de alcaide.

chefias é maior <sup>214</sup>. Perante os quarenta e nove alcaides que permanecem apenas um ano na confraria de Santo Antoninho, Jerusalém apresenta catorze. No cargo de mordomo a situação repete-se. Jerusalém com quinze mordomos em exercício durante um ano, enquanto Santo Antoninho reconhecem-se trinta e seis mordomos na mesma categoria de análise.

Para os setenta anos analisados para Jerusalém foram encontrados trinta alcaides, catorze dos quais apenas permaneceram um ano no cargo, seis, dois anos e dez mantiveram-se três anos ou mais, é o caso de Fernão Carvalho, Gonçalo Pires Lobo, Luís Lourenço e Martim Lopes Lobo.

Para o cargo de mordomo a tendência é similar. Nos setenta anos foram encontrados trinta mordomos, quinze dos quais permaneceram um ano, três permaneceram dois anos e 12 mantiveram-se três ou mais anos.

Para Santo Antoninho a realidade é diferente, em cinquenta e três anos considerados foram, encontrados sessenta e sete alcaides e quarenta e nove mordomos, que quer numa ou noutra situação permanecem, maioritariamente, um ano na administração. Assim, regista-se maior rotatividade nos cargos desta instituição.

Em suma, as confrarias não são espaços irreverentes, para as lógicas sociais da época, não permitindo que qualquer um possa aceder aos postos cimeiros da administração, seja por possuir uma estrita hierarquia interna, seja por obedecer ao pensamento social medievo.

A existência de critérios de adesão era uma forma de reivindicar a hegemonia e a coesão dos grupos. Numa sociedade em que a riqueza e a profissão começavam a ser poderosos critérios de diferenciação social, substituindo a ordem social tripartida, não admira que os indivíduos, cada vez mais, se vissem como pares, não pela ordem em que os encaixavam, mas pelo rendimento e a dignidade dos cargos que ocupavam.

---

<sup>214</sup> *Vide* em anexo, gráfico 12 e 13 sobre a rotatividade nos cargos de alcaide e mordomo da confraria do corpo de Deus de Santo Antoninho.

Esta análise parece demonstrar que em cada confraria se concentravam grupos sociais diferentes, em Jerusalém concentravam-se os representantes da pequena e média nobreza local. Por sua vez, Santo Antoninho congregava uma maioria de mesteiros e oficiais concelhios e por último, em S. Gião os hortelães encontravam o seu lugar. Estes resultados sugerem uma organização "corporativa", no sentido em, aqueles que se viam como iguais, reuniam-se para se diferenciar dos restantes, assumindo as confrarias um papel preponderante na distinção e de afirmação de um estatuto, sendo utilizadas como simbolo de coesão de um grupo.

Assim, parece provar-se que as confrarias acabavam por perpetuar e reforçar as desigualdades sociais, pois os mais preparados, fosse pela sua origem social, fosse pelo seu percurso profissional, teriam sempre mais oportunidades que quaisquer outros. Nessa medida podiam ser instrumentalizadas para obter determinadas regalias e benefícios, contudo não se pode partir do princípio que este era o objectivo primordial dos seus membros.

### 3 – Serviços Religiosos e “Sociais”. A Família Confraternal, Laços de Solidariedade, Espaços de Sociabilidade e de Poder

No estudo do movimento confraternal é comum a todos os autores, portugueses ou estrangeiros, fazer-se referência às funções desempenhadas pelas confrarias no seio da sociedade medieval.

A intenção que enforma este estudo não pretende reduzir as confrarias a um mero espaço de passagem, utilizado como meio para ascender socialmente, por um pequeno grupo de indivíduos, com vista a participar numa elite local.

As confrarias possuíam uma pluralidade de funções, mais ou menos visíveis. Descurar esta perspectiva seria o mesmo que esquecer, que o Homem é um animal social, com necessidade de se relacionar e de criar sociedade estáveis <sup>215</sup>.

Os sociólogos afirmam ser impensável a vida humana fora de uma sociedade, não podendo os indivíduos existir no isolamento, completo e permanente, porque os Homens necessitam uns dos outros para sobreviver, para criar uma identidade própria<sup>216</sup>. Esta dependência mútua conduz à necessidade de cooperação regulamentada, o que quer dizer que, uma sociedade “saudável”, implica a existência de várias associações<sup>217</sup>.

A estes argumentos somam um outro, o de toda a actividade humana pressupor uma ideia reflexiva de vida social, dependendo o êxito de tal actividade, entre outros factores, da exactidão dessa mesma ideia. Obedecendo a um modelo ideal os homens são conduzidos a reflectir, avaliar e criticar os meios para realizar a melhor sociedade possível <sup>218</sup>.

---

<sup>215</sup> Cfr. Claude Javeau. “Fundamentos Epistemológicos”, in *Lições de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pag. 15.

<sup>216</sup> Cfr. Tom Campbell, *Siete teorías de la sociedad*, Madrid, Catedra, [1985], pag. 18.

<sup>217</sup> Cfr. *Ibidem*, pag.18.

<sup>218</sup> Cfr. *Ibidem*, pag.18.

As confrarias obedecem a estes fundamentos sociológicos, sendo um elemento essencial na criação de relações no seio da sociedade medieval<sup>219</sup>. Por um lado, porque na sua origem encontravam-se condições adversas ao estabelecimento, manutenção ou renovação de relações sociais, principalmente, nos meios urbanos<sup>220</sup>.

Por outro lado, porque se trataram de organizações leigas baseadas num modelo ideal, a comunidade apostólica original<sup>221</sup>, que lhes serviu de contraponto para se avaliarem e renovarem, favorecendo a sua longevidade.

Pressupõe-se, que as confrarias eborenses não fossem excepção à regra. Certamente trataram-se de espaços de solidariedade e de sociabilidade, a dificuldade reside na análise mais aprofundada, destas duas funções, devido à inexistência de dados, que permitam concluir, sem especular, sobre a amplitude da solidariedade e os círculos sociais que se desenvolveram no seio destas instituições, bem como os vínculos que uniam os irmãos.

Não é motivo de discórdia entre os historiadores do movimento confraternal, que o objectivo fundamental das confrarias, independentemente de serem caritativas, devocionais, ou profissionais, foi

---

<sup>219</sup> À sombra de um santo patrono estabeleceram-se redes sociais e de solidariedade, que se reforçaram ou criaram vínculos tão numerosos e diversificados, quanto mais diversificadas foram os estatutos socio económicos dos seus membros. Cfr. Laurinda Abreu, “Confrarias e irmandades de Setúbal: redes de sociabilidade e de poder”, in *I Congresso Internacional do Barroco: Actas*, Vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, pag. 13.

<sup>220</sup> As sociedades urbanas medievais colocaram aos seus contemporâneos muitos problemas, nomeadamente, no que respeita ao estabelecimento de relações de solidariedade e de criação de uma identidade própria, já que é um meio sujeito a flutuações populacionais, com decréscimos e aumentos. A conjuntura económica do século XIV provocou um decréscimo populacional e a desestuturação dos laços de solidariedade tradicionais, por um lado, porque vizinhos, familiares ou colegas de profissão acabaram por morrer, por outro lado, o êxodo rural, conduziu um número significativo de população às cidades, socialmente desenquadradas.

Isto não quer dizer que no campo não se fizesse sentir as mesmas dificuldades, e que as confrarias não tivessem surgido para lhes dar resposta, o que se pretende sublinhar é que na cidade, a crise demográfica do final da Idade Média, acentuou as diferenças sociais, enquanto que, a recuperação económica, ofereceu novas condições de promoção social, criando novas formas de relacionamento. Cfr. Rosser Gervase, “Solidarités et changement social”, *Annales E.S.C.*, s.l., n.º 5, 1993, pp. 1127-1128.

<sup>221</sup> O fundamento teológico das confrarias e do convívio fraterno reside na mensagem expressa no Salmo 133, 1-3. “*Como é bom, como é agradável viverem os irmãos em unidade! E como o óleo fragante sobre a cabeça, que desce sobre a barba de Aarão(...) É ali que o Senhor dá a sua benção, a vida para sempre.*”



a prestação de apoio e auxílio, aos seus membros, em momentos de fragilidade económica, de doença, morte ou dificuldades com a justiça.

Sabe-se que a solidariedade fraternal manifestou-se através de um conjunto de fórmulas criadas pelos cristãos que, ao longo da Idade Média, foram designadas por “obras de misericórdia”<sup>222</sup>.

Os serviços religiosos e sociais prestados pelas confrarias baseavam-se nessas “obras”, contudo, seriam raras as associações que as acumularam na totalidade. A nenhuma deve ter escapado a preocupação em enterrar os mortos e em acolher os pobres. A diferença, certamente, residiu nos meios que cada instituição disponibilizou para o fazer<sup>223</sup>.

A preocupação com o acompanhamento do confrade no leito de morte e com a preparação do enterro tem que ser induzida, no caso das confrarias eborenses. Apesar de não existirem compromissos, como tem sido várias vezes sublinhado, nem mesmo referências à prestação de serviços fúnebres (para o caso do estatuto dos Homens Bons que foram a Jerusalém) o que podia induzir em erro, ao se acreditar na inexistência de prestação destes serviços a recolha de dados permitiu, porém, identificar vinte doações e um testamento, que apesar de seu número reduzido, sugerem cuidados com os moribundos e com os mortos<sup>224</sup>.

---

<sup>222</sup> As obras da misericórdia, são corporais e espirituais. As sete corporais são: 1º Dar de comer a quem tem fome; 2º dar de beber a quem tem sede; 3º vestir os nus; 4º Dar pousada aos peregrinos; 5º Assistir os enfermos; 6º Visitar os presos; 7º enterrar os mortos; As sete espirituais são: 1º Dar bons conselhos; 2º Ensinar os ignorantes; 3º Corrigir os que erram; 4º Consolar os tristes; 5º Perdoar as injurias; 6º Sofrer com paciência dos nossos próximos; 7º Rogar a Deus por vivos e defuntos. Cfr. Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500 – 1800)*, Lisboa, CNCPD, 1997, pag 22.

<sup>223</sup> Esta enorme preocupação com a morte estava associada ao temor de enfrentar o juízo final, mas também, ao receio de não se preparar para ela, ou seja, de uma morte súbita, que não permitisse preparar o espírito, através da confissão e do arrependimento, para ganhar a salvação eterna. Provavelmente, por isso as confrarias de caridade associaram às suas funções tradicionais, o sufrágio das almas dos seus membros defuntos, o acompanhamento dos moribundos e a oração pelos vivos e pelos mortos. Cfr. Maria José Pimento Ferro Tavares, “Pobreza, caridade e morte”, in *Pobreza e Morte em Portugal, na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, s.d., pag. 75.

<sup>224</sup> Vide quadro IV, em anexo.

As doações “*pro anima*” e os testamentos permitiam ao defunto garantir orações em prol da salvação e tranquilidade da sua alma<sup>225</sup>, o que pode justificar as inscrições múltiplas, de um mesmo indivíduo, em várias confrarias<sup>226</sup>.

Entre todos os indivíduos preocupados em garantir a salvação da sua alma, destaca-se João Lameira por ter feito duas doações em instituições distintas, a Jerusalém um foro, em 1442<sup>227</sup> e quatro anos depois concedeu a S. Gião dois foros de duas casas<sup>228</sup>. Desconhece-se o motivo que conduziu este indivíduo a fazer doações em instituições diferentes, provavelmente, pretendia garantir serviços religiosos ou fúnebres, hipoteticamente, porque a primeira instituição deixou de lhe garantir esses serviços, por ter sido excluído, devido à falta de pagamento da quota anual ou, por se ter tornado mais exigente na admissão dos seus membros ou por simples fervor religioso.

Contudo, esta é uma exceção à regra, por a maioria dos doadores fizeram as suas doações em instituições onde se encontravam ou onde eram membros familiares seus. A família Astreiro tem a sua presença registada na confraria de do Corpo de Deus de Santo Antoninho entre os anos de 1383 e 1470 (ainda que de forma pontal)<sup>229</sup> daí que as doações de João Lourenço Astreiro a esta instituição, em 1436 e 1446<sup>230</sup>, estejam

---

<sup>225</sup> Segundo Maria José P. F. Tavares, as doações “*pro anima*” e os testamentos preparavam os indivíduos para a morte. Plena de consciência da sua culpa e dos seus pecados, o Homem medieval recorre aos santos, através da oração, para que lhes sirvam de intermediários, na sua conquista da salvação eterna. Cfr. *Ibidem*, pp. 80 – 82.

<sup>226</sup> Vide quadro V, em anexo.

<sup>227</sup> A.D.E. *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 159.

<sup>228</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv 63, fl. 19V.

<sup>229</sup> Domingos Astreiro, foi testemunha em 1380; Lopo Fernandes Astreiro foi confrade em 1383, 1387, 1391, 1404, 1406, 1412 e 1413; Pero Fernandes Astreiro foi confrade em 1391; Diogo Afonso Astreiro foi confrade em 1407; Lourenço Anes Astreiro foi confrade em 1408; Men Rodrigues Astreiro foi confrade em 1406, 1407, 1408 e em 1437; Rui Gomes Astreiro foi confrade em 1445 e 1446; João Esteves Astreiro foi testemunha em 1463 e por fim Lourenço Esteves Astreiro que foi confrade em 1470. AD.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fólhos 6, 10, 11, 16, 26, 77, 17V, 19V, 17, 81V, 121, 75, 81V, 83, 33, 45, 50, e 113V (respectivamente).

<sup>230</sup> *Ibidem*, fólhos 30 e 31 (respectivamente).

plenamente justificadas<sup>231</sup>. O mesmo se pode inferir da doação de Rui Lourenço Murzelo e sua esposa, que fazem uma doação à confraria de Jerusalém em 1409<sup>232</sup>, onde em 1426 seria membro João Murzelo<sup>233</sup>, provavelmente seu parente.

Esta preocupação em ter uma morte sem sobressaltos também pode justificar as inscrições múltiplas e simultâneas de indivíduos em confrarias diferentes. Nos registos recolhidos as inscrições simultâneas são escassas, apenas se encontra uma, de João Couto, no ano de 1443, que foi alcaide na confraria do Corpo de Deus da Sé e simultaneamente, confrade no Santo Espírito da Sé<sup>234</sup>.

Também surgem inscrições múltiplas, em datas sequenciais ou intercaladas, o que revela que a prática de João Couto não era uma exceção, tal como comprova o caso de Lopo Afonso, peneireiro, que entre 1381 e 1410<sup>235</sup> ocupou as funções de mordomo na confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém, em 1411 foi confrade de S. João<sup>236</sup>, regressando no ano seguinte a Jerusalém, novamente como mordomo<sup>237</sup> e ao cabo de doze meses, voltou a ser nomeado na documentação da albergaria de S. João, como confrade<sup>238</sup>.

Outro caso é João Afonso, ourives, que intercala a sua presença em Santo Antoninho, exercendo as mais variadas funções, com a passagem por Jerusalém, como confrade no ano de 1464<sup>239</sup>. Pode-se apontar, também, o exemplo de Nuno Fernandes Garamaxo, que em 1469 foi alcaide de

---

<sup>231</sup> Vide quadro IV, em anexo

<sup>232</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 44V.

<sup>233</sup> *Ibidem*, fl. 81.

<sup>234</sup> Vide quadro V, em anexo. A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 63, fólhos 114 e 84.

<sup>235</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 2, 7V, 9V, 19, 14, 15, 20, 23, 25V, 28V, 34, 40, 41V, 42V, 43V, 45, 46 (respectivamente)

<sup>236</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fl. 94.

<sup>237</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 51V.

<sup>238</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fl. 95V.

<sup>239</sup> Na Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho foi testemunha em 1444, Escrivão em 1450, Confrade em 1454, 1461, 1462, 1463, 1470, 1470, 1475 e Alcaide em 1460, 1469 e 1470. Em Jerusalém exerceu as funções de alcaide em 1464. *Ibidem*, fólhos 51, 58V, 61V, 109, 11V, 113V, 122V, 131, 107V, 120, 106 e Lv. 62, fl. 161.

Jerusalém<sup>240</sup>, exercendo as mesmas funções na confraria do corpo de Deus de Santo Antoninho, no ano de 1470<sup>241</sup>, ou ainda, o caso de Vasco Lourenço Bocarro, que em 1411 foi Alcaide de S. Gião<sup>242</sup> e em 1412 foi confrade na confraria do Corpo de Deus da Sé<sup>243</sup>.

O facto destas presenças serem atestadas na documentação como intercaladas não ilimina a suspeita que existissem inscrições simultâneas em diversas confrarias, apenas não são passíveis de confirmação.

Neste campo desenharam-se os mais variados percursos, não se destaca uma tendência nas inscrições, por exemplo, das confrarias mais pequenas e frágeis, para as maiores e mais sólidas, o que seria mais fácil de justificar pela segurança oferecida, pelas últimas, ao assegurarem os serviços fúnebres e sociais o que poderia indiciar a supremacia de uma instituição sobre as demais.

No conjunto dos vinte e dois indivíduos identificados com inscrições múltiplas em diferentes confrarias, destaca-se o facto de treze deles ter ingressado alguma vez na sua vida na confraria de Jerusalém, o que se pensa demonstrar a solidez desta instituição e a forma como estava enraizada na cidade, enquanto espaço de sociabilidade prestigiante. Foi certamente secundada pela confraria de Santo Antoninho, visto que dos já referidos vinte e dois indivíduos, dez ocuparam as mais variadas funções no seu seio. Mais uma vez não se consegue comprovar a inscrição simultânea destes indivíduos, contudo, o facto de intercalarem presenças nas diferentes confrarias da cidade deixa prever essa situação.

Destaca-se outro aspecto, o facto de oito indivíduos movimentarem-se entre estas duas confrarias ao longo do seu percurso, os restantes catorze fizeram-no entre, por exemplo, Jerusalém e S. Gião, Santo Espírito da Sé e

---

<sup>240</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 108.

<sup>241</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fl. 113..

<sup>242</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 63, fl. 105V.

<sup>243</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fl. 88.

Corpo de Deus da Sé, S. João e Jerusalém ou S. Bartolomeu e Corpo de Deus de Santo Antoninho, o que pode ser justificado pela alteração da área de residência, dos critérios de admissão ou por uma hipotética ascensão social.

Sobre o que parece não haver dúvidas é que as confrarias eborenses interessavam-se, claramente, por aqueles que tinham dificuldades, mergulhados na impossibilidade de se alimentar e de se vestir.

Para realizar os seus “serviços sociais”, cada confraria dispunha de um hospital ou de uma albergaria onde se abrigavam pobres e peregrinos. Não obstante as designações que as instituições assumiram<sup>244</sup>, desconhece-se o horizonte dessa ajuda.

Porém, esta ajuda ao pobre “exterior” era apenas um meio para mediar na salvação eterna, tal como se disse anteriormente<sup>245</sup>. Segundo Catherine Vincent a caridade não era concedida de forma filantrópica e geral, do mesmo modo que as “obras de misericórdia” não foram colocadas em prática como se tratassem de um “política social”<sup>246</sup>.

As confrarias não tinham como missão prioritária, resolver a pobreza. O acto caritativo, ou seja, a solidariedade é selectiva, determinando-se o irmão merecedor de maior atenção.

Na confraria de Jerusalém encontrou-se o único exemplo destas práticas. O mordomo, João Robrigues Palmeiro, e a sua esposa, Leonor Gonçalves, socorreram-se dos bens da confraria, num momento economicamente difícil “(...) tomamos (...) da dita albergaria sette mil e trezentos/ e tres reais brancos e prata e trinta e seis alqueires de centeo e onze alqueires d’ azeite (...)”<sup>247</sup>, mas deram em troca uma casa que

---

<sup>244</sup> As confrarias eborenses assumem, nos vários registos recolhidos, designações diferentes. Os tabeliães usam indiscriminadamente designação de albergaria ou de hospital, o que revela que a indiferenciação destas instituições de assistência eram comuns aos seus contemporâneos.

<sup>245</sup> Cfr. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Op. Cit.*, pag. 64.

<sup>246</sup> Cfr. *Les confréries medievales dans le Royaume de France (XII-XV)*, Paris, Albin Michel, 1994, pag. 79.

<sup>247</sup> A.D.E., *Arquivo da Misericórdia*, Livro 62, fol. 72.

possuíam, nas Portas de Moura, na cidade de Évora. O que parece invalidar a hipótese de abuso de poder, que no final da Idade Média determinou a ruína de muitas instituições de assistência.

Este registo reforça a ideia de Catherine Vincent, de que a caridade não é gratuita, nem filantrópica, logo, a solidariedade fica dependente da rede de relações em que cada indivíduo se encontrava integrado, no seio da confraria.

Estes pressupostos questionam as conclusões de Maria Helena da Cruz Coelho e de Ângela Beirante, ao afirmarem que a partir de ligações verticais podiam-se estabelecer solidariedades horizontais, que alcançam os vivos e os mortos, concedendo às confrarias a forma de famílias substitutivas<sup>248</sup>.

O exemplo das confrarias eborenses nem é o melhor para fundamentar a suspeita, de que a hierarquia interna seria tomada em consideração na hora de prestar qualquer tipo de serviço religioso ou “social”. Mas num período em que a desigualdade social era traço estruturante da sociedade<sup>249</sup>, testemunhada por todas as instituições, não se pode pretender fazer das confrarias, instituições igualitárias. Os serviços fúnebres e a prestação de apoio aos confrades podiam ser um direito de todos, contudo, a qualidade dessas acções, certamente, deveria variar segundo três ordens de factores; integração do membro na associação (por exemplo o cargo ocupado na sua estrutura administrativa), as doações ou

---

<sup>248</sup> Cfr. Maria Helena da C. Coelho, "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte", in *Cofradias, gremios e solidariedades en la Europa Medieval: XIX Semana de estudios medievales*, Pamplona, Estella, 1992, pag.160. E Cfr. Ângela Beirante, *As confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, s.n., 1990, pag. 13.

<sup>249</sup> Consta "(...) que não há sociedades sem poder político nem há poder sem hierarquias e sem relações desiguais instauradas entre os indivíduos e os grupos sociais [Balandier, 1980, 85]. Por outras palavras, desigualdade e sociedade implicam-se absolutamente. Tanto como superior e inferior, dominador e dominado (...). Constatam (sociólogos e antropólogos) que o grande «designio» das sociedades e dos grupos é manter, solidificar e perpetuar coesão, mediante o estabelecimento de redes e mecanismos que fomentem solidariedades e dependências recíprocas, tanto quanto desmotivem desvacionismos ou impeçam a emergência de situações de anomia. Mas tudo sem abolir a fundamental desigualdade; Antes tentando inculcar a impensabilidade da sua constestação." José Mattoso (dir.), "A socialidade

outro qualquer tipo de contribuição, e ainda, a proximidade do indivíduo relativamente ao centro de poder, ou seja, às chefias.

No exemplo apresentado tratava-se de um membro que ocupava um posto de chefia, logo encontrava-se bem integrado na confraria, mantendo relações com todos aqueles, que aí ocupavam posições de destaque.

Apesar destas interrogações, não se pode colocar em causa o conceito de família confraternal, quer ele seja tomado no plano prático, quer se tome no plano teórico.

Em termos práticos, os confrades deviam-se ajuda mútua em momentos de crise, fossem eles traduzidos por doença, infortúnios com a justiça, problemas económicos ou a própria morte, tal como actuaria uma família “natural”. Em termos teóricos, tal como a família, uma confraria era um sistema de vínculos pessoais, onde se combinavam as relações reais (consanguinidade e aliança) e as relações espirituais (apadrinhamento, criação e homenagem), nas quais podemos ainda enquadrar as relações de dependência, que diziam respeito à criadagem e serviçais<sup>250</sup>.

Não é de todo válido defender que as confrarias deram corpo a famílias substitutivas, funcionando para os mais humildes como uma forma de enquadramento social, constituindo uma garantia no momento em que a “família alargada” se encontrava em dissolução e em que as relações de vassalagem e de dependência pessoais eram impotentes para responder às necessidades sentidas pela população<sup>251</sup>.

Pode-se aceitar a afirmação, sem contestar, para a origem do movimento confraternal, mas, ao longo da Idade Média, torna-se muito complicado aceitar a confraria, como uma família substitutiva, com as características apontadas por Ângela Beirante, já que elas acabaram por se

---

(estruturas, grupos e motivações)", in *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pag. 392.

<sup>250</sup> Cfr. Jacques Heers, *Le Clan familial au Moyen Age*, Paris, P.U.F., 1974, *passim*.

<sup>251</sup> Cfr. Ângela Beirante, *As confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, s.n., 1990, pag. 13.

formar no seio de grupos profissionais, de paróquias ou de bairros<sup>252</sup>. Outro conceito utilizado por esta autora que não parece o mais adequado é o de “família fictícia”<sup>253</sup>, visto o parentesco não se definir apenas por laços de consanguinidade ou de alianças<sup>254</sup>.

Segundo Catherine Vincent, o recrutamento dos membros não se efectuava entre as pessoas susceptíveis de serem tocadas pelo isolamento. Os confrades eram recrutados entre os elementos integrados no seio de estruturas familiares, profissionais, vicinais e clientelares.

Ainda na opinião desta autora, o conceito mais apropriado para designar a natureza das confrarias seria o de “famílias alargadas”, já que não houve substituição da família pela confrarias, mas sim o prolongamento da primeira nas segundas<sup>255</sup>.

A análise dos dados recolhidos sobre as confrarias eborenses certificam a afirmação desta autora. Atendendo a que os antropónimos medievais eram formados, essencialmente, por um nome próprio (o único verdadeiramente fixo) a que se podia ou não associar um sobrenome que era sempre ou quase sempre formado por um patronímico ou matronímico, ou um indicativo de proveniência ou de domicílio (Beja, Aguiar, Mariz), ou ainda, alcunha, que podia ou não tornar-se apelido de família (Cabelos, Banha, Mãos Boas), conseguiu-se encontrar membros de várias famílias reunidos em torno de algumas confrarias eborenses.

---

<sup>252</sup> A realidade eborense confirma esta suposição, ao se registar uma tendência notória para a concentração de mestrais nas chefias administrativas da confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho e a reunião da pequena e média nobreza local na confraria dos homens Bons que foram a Jerusalém. Esta tendência não pode ser explicada apenas com a necessidade de enquadramento social, mas sim por outros objectivos. A necessidade de distinção social e de coesão de grupo, podem explicar estas características institucionais, já que se tratam de dois grupos sociais diferentes e concorrentes, na sua ambição de representar local ou regionalmente o município.

<sup>253</sup> Cfr. *Ibidem*, pag. 5.

<sup>254</sup> Cfr. Anita Guerreau-Jalabert, "El sistema de Parentesco Medieval: sus formas (real/espiritual) y su dependencia com respecto a la organización del espacio", in *Relaciones de Poder, de producción y parentesco en la Edad Media e Moderna ( Reyna Pastor comp.)*, Madrid, CSIC, 1990, pp. 85 - 105.

<sup>255</sup> Cfr. *Les confréries médiévales dans le Royaume de France (XII-XV)*, Paris, Albin Michel, 1994, pag.61.



Na confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho foram confrades vários membros da família Astreiro (como Pero Fernandes Astreiro, Lopo Fernandes Astreiro, Lourenço Esteves Astreiro e João Esteves Astreiro, provavelmente irmãos), Boto (Martim Esteves Boto e Pero Boto, que serão mencionados no próximo capítulo), Cabelinhos (Pero Gomes Cabelinhos e João Gomes Cabelinhos, provavelmente com a mesma ascendência paternal<sup>256</sup>), Condense (Lourenço Fernandes Condense e Gonçalo Lourenço Condense, provavelmente pai e filho<sup>257</sup>), David (Estevão David e Pero Esteves David<sup>258</sup>) e Mãos Boas (Álvaro Peres Mãos Boas, Vicente Peres Mãos Boas e João Afonso Mãos Boas<sup>259</sup>). Em Jerusalém estiveram presentes ao longo do período em análise os Espinho, os Lobo (ambos referidos no capítulo seguinte), os Garamaxo (Nuno Fernandes Garamaxo e Vasco Fernandes Garamaxo, provavelmente irmãos<sup>260</sup>), os Murzelo (Rui Lourenço Murzelo, João Murzelo e Lopo Murzelo<sup>261</sup>), os Pavia e ainda Vilalobos (que também serão tratados no último capítulo).

Por último, na confraria do Espírito Santo da Sé encontraram-se os Cabelos, todos eles contemporâneos. A primeira presença data de 1433, aquando Gonçalo Peres Cabelos foi confrade<sup>262</sup>, segue-se provavelmente seu pai, Pero Anes Cabelos, que em 1443 exerceu as mesmas funções<sup>263</sup>. No ano de 1448, reuniram-se nesta instituição para além dos nomeados, João Lourenço Cabelos, também ele confrade<sup>264</sup>. Para além destes foram encontrados membros da família Ceivacedos (Men Anes Ceivacedo e Martim Anes Ceivacedo<sup>265</sup>) e Galvão (Martim Galvão e provavelmente os

---

<sup>256</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61., fólhos, 30, 52 e 53V.

<sup>257</sup> *Ibidem*, fólhos 83, 29 e 34V.

<sup>258</sup> *Ibidem*, fólhos 15, 17, 13, 15, 17V.

<sup>259</sup> *Ibidem*, fólhos 11, 76V, 26.

<sup>260</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 108 e 108V.

<sup>261</sup> *Ibidem*, fólhos 44V, 81 e 64.

<sup>262</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 63, fl. 75

<sup>263</sup> *Ibidem*, fl. 84.

<sup>264</sup> *Ibidem*, fl. 84V.

<sup>265</sup> *Ibidem*, fólhos 75 e 72 V.

seus descendentes, Fernão Martins Galvão, Nuno Martins Galvão, Estevão Martins Galvão e Vasco Martins Galvão<sup>266</sup>).

A par destas famílias, foram encontrados membros de três outras, os Façanha e os Durães que alternaram posições ora em Santo Antoninho, ora em Jerusalém<sup>267</sup> e, os Pestana que assumiram posições em São João, Jerusalém, São Gião e São Bartolomeu<sup>268</sup>.

Apesar de apenas podermos comprovar a existência de vínculos de parentesco, pressupõe-se que estas associações reforçariam ainda solidariedades profissionais e vicinais, essencialmente no que diz respeito, às confrarias do Corpo de Deus de Santo Antoninho e de S. Gião, o que é possível deduzir pela composição sócio económica<sup>269</sup> apresentada por estas instituições e pela posição geográfica ocupada no espaço urbano<sup>270</sup>.

A solidariedade foi, reconhecidamente, o papel mais importante desempenhados pelas confrarias medievais, mas não foi o único. Estas associações também foram poderosos instrumentos de sociabilidade, por constituírem um centro especialmente apropriado para o desenvolvimento de relações interpessoais dos seus associados<sup>271</sup>.

Na área da sociabilidade existem duas vertentes, a interna, que confere à confraria maior ou menor unidade e, a externa, que permite aos seus membros penetrar na vida social, política e económica organizada.

Internamente, a sociabilidade era promovida através das reuniões periódicas, dos cabidos e das refeições comuns, actividades despidas de qualquer finalidade caritativa, apenas serviam para unir o grupo e redistribuir tarefas, o que colocava em contacto os membros, que pelas suas funções na confraria estavam obrigados a relacionar-se.

---

<sup>266</sup> *Ibidem*, fólhos 79V, 80, 79V, 80V, 6V, 80.

<sup>267</sup> *Vide* quadro VI em anexo.

<sup>268</sup> *Vide* quadro VI em anexo.

<sup>269</sup> Cfr. gráfico 2 e 5, em anexo.

<sup>270</sup> *Vide* mapa 3, 4 e 5, em anexo.

<sup>271</sup> Cfr. Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 31.

Externamente, a confraria era um meio de ostentar os múltiplos laços que se possuía e de reforçar os existentes. Essas relações eram expostas nos momentos de afirmação da identidade da confraria, como por exemplo nas procissões.

O facto de se representar externamente a confraria, na procissão, numa questão judicial, ou ainda, de controlar a vida relacional da instituição<sup>272</sup>, investia os indivíduos de um poder simbólico<sup>273</sup>. Os seus pares, provavelmente, reconheciam-lhes uma autoridade única. Externamente, essa autoridade tornava-se prestigiante<sup>274</sup>.

Desta forma, os indivíduos que ocupavam cargos de chefia nas confrarias, reconhecido que era o seu papel social, poderiam penetrar em círculos sociais mais alargados, assumindo um papel preponderante na administração local, por exemplo.

Assim, a sociabilidade gerada no seio destas instituições permitiria a alguns indivíduos, capacitados pelo seu nascimento ou estatuto sócio económico, penetrar em redes de poder, assumindo um posição social preponderante a nível local<sup>275</sup>.

Esta hipótese é atestada pelo percurso social de quarenta e oito indivíduos, que associam, alternada ou sequencialmente, funções no concelho e nas confrarias eborenses, destacando-se a instituição de Jerusalém por ter maior número de membros no concelho, visto que dos quarenta e oito identificados, vinte e um foram membros, exclusivamente,

---

<sup>272</sup> Cfr. Maria Helna da Cruz Coelho, Art. Cit., pag. 165.

<sup>273</sup> Os símbolos são os instrumentos por excelência de integração social, enquanto instrumento de conhecimento e de comunicação, contribuindo para a reprodução da ordem social. O poder simbólico é o poder invisível que só é reconhecido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. É uma forma de integração fictícia na sociedade de modo a legitimar a ordem estabelecida. Cfr. Pierre Bourdieu, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 7 – 11.

<sup>274</sup> Num período em que as esferas do público e do privado não estavam separadas, o exercício de funções de chefia ou representativas, que encarnassem um comportamento social e moral irrepreensível, acabavam por reflectir-se no quotidiano exterior, assim, os indivíduos viam o seu capital social e simbólico multiplicado. Cfr. *Idem*, *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editores, 2001, *passim*.

<sup>275</sup> Cfr. Nuno Monteiro, “A sociedade local e os seus protagonistas”, in *História dos municípios e do poder local (finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 55 – 60.

de Jerusalém e treze exerceram funções no Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho. Deste grupo destacam-se sete oficiais camarários que foram confrades nestas duas associações. Os restantes, entre os quais constam Afonso Esteves de Carvalhães, Fernão Carvalho, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, Gonçalo Vaz Guisado, João Anes Fuseiro, João Esteves Trigueiro, João Franco, João Rodrigues Toscano, João Salvado, João Vasques de Pedroso, Martim Vasques Tisnado, Mem Rodrigues, Rodrigo Alvares, Rodrigo Anes Fuzeiro, Rodrigo Eanes entre outros, foram membros das outras confraria eborenses,

Esta relação entre as instituições de assistência eborenses e o concelho, sugere que as confrarias eram espaços de sociabilidade e de poder, um instrumento utilizado para alcançar fins diversos, como testemunham os percursos recolhidos.

Primeiro aspecto a realçar é o percurso de alguns indivíduos, que se inicia numa das confrarias e só mais tarde acedem a cargos na administração municipal, terminando por aqui as informações que lhes dizem respeito. É o caso de Fernão Carvalho, que em 1461 e 64<sup>276</sup> foi membro da confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém, sendo vereador do concelho em 1465<sup>277</sup>, regressando a esta instituição em 1473, como confrade, lugar em que se manteve no ano seguinte<sup>278</sup>. O mesmo sucede com João Salvado, que em 1381 e 1387 foi confrade em Santo Antoninho<sup>279</sup> e em 1402 foi eleito escrivão dos órfãos<sup>280</sup>.

Em segundo lugar destaca-se o papel das famílias no seio destas associações. Em que o primeiro membro aí admitido começa a preparar a caminhada dos seus descendentes, proporcionando-lhes oportunidades para obter posições cada vez mais destacadas no seio das confrarias, o que acaba

---

<sup>276</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 136 e 161.

<sup>277</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fl. 177V.

<sup>278</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 164 e 165.

<sup>279</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fólhos 9 e 11.

<sup>280</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fl. 22V.

como confrade, lugar em que se manteve no ano seguinte<sup>278</sup>. O mesmo sucede com João Salvado, que em 1381 e 1387 foi confrade em Santo Antoninho<sup>279</sup> e em 1402 foi eleito escrivão dos órfãos<sup>280</sup>.

Em segundo lugar destaca-se o papel das famílias no seio destas associações. Em que o primeiro membro aí admitido começa a preparar a caminhada dos seus descendentes, proporcionando-lhes oportunidades para obter posições cada vez mais destacadas no seio das confrarias, o que acaba por reflectir-se no próprio estatuto sócio económico desses descendentes. É o caso da família Espinho e da família Façanha<sup>281</sup>. Por exemplo, Gonçalo Dias de Espinho foi confrade em 1419, e na mesma data o seu irmão ,Lopo Dias, exerceu as funções de alcaide, que manteve nos anos de 1420 e 1422, enquanto o primeiro foi confrade, mordomo e alcaide. A presença dos Galvão na confraria do Santo Espírito da Sé parece esboçar esta tendência, pois em 1448 estavam presentes Vasco Martins Galvão, Nuno Martins Galvão e Martim Galvão, todos confrades<sup>282</sup>. Em 1451, Vasco Martins conseguiu ser eleito alcaide dessa instituição<sup>283</sup>, função renovada em 1455 por Fernão Martins<sup>284</sup>.

Estes exemplos permitem esboçar uma hipótese, que propõe a confraria como instrumento utilizado pelos vários clãs familiares, por se servirem do prestígio conferido pela ocupação de cargos na sua hierarquia administrativa para ascender socialmente e aceder a cargos concelhios, favorecendo a sua inclusão na elite ou oligarquia local.

Por último, resta analisar uma outra situação. A circulação de indivíduos entre as confrarias de Santo Antoninho, o concelho e Jerusalém. O exemplo mais flagrante é o dos Façanha, em que Vasco Rodrigues

---

<sup>278</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 164 e 165.

<sup>279</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fólhos 9 e 11.

<sup>280</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fl. 22V.

<sup>281</sup> *Vide* quadro VI em anexo.

<sup>282</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 63, fl. 79V.

<sup>283</sup> *Ibidem*, fl. 79V.

<sup>284</sup> *Ibidem*, fl. 80.

Façanha surgiu em Santo Antoninho em 1380, como confrade, admissão que manteve até 1409, neste período, Estevão Rodrigues Façanha entra na mesma confraria, com o mesmo estatuto, contudo, o exercício de funções camarárias por Vasco Rodrigues, parece ser determinante, para este indivíduo ser admitido em Jerusalém, bem como os seus descendentes, que passaram a ser confrades desta instituição.

Este percurso parece esboçar um processo de ascensão social, pois o percurso parece dignificar socialmente o indivíduo, já que ele sai de uma confraria maioritariamente composta por mesterais, o que pode associá-lo a um determinado estatuto sócio económico, mais humilde. A eleição para um cargo concelhio podia ser um meio de dignificação e nobilitação, como se referirá no último capítulo, que lhes permite ingressar na confraria de Jerusalém, composta por uma maioria de escudeiros e cavaleiros nobres<sup>285</sup>, o que pode representar a ascensão social do indivíduo e da própria família<sup>286</sup>.

O conjunto destes exemplos reforçam a perspectiva de que o mundo confraternal não estava isento de poder e de interesses, que ultrapassavam o simples acto caritativo e a relação fraterna entre membros. Mais do que espaços de apoio e auxílio eram espaços de sociabilidade que podiam ser rentabilizados estrategicamente para obter benefícios sociais, através do reconhecimento de um poder simbólico, de que estavam revestidos os seus dirigentes.

---

<sup>285</sup> É o caso de Vasco Rodrigues Façanha que em 1390 e 1393 se encontra como confrade em Santo Antoninho, passa pela Câmara em 1406 e 1423 e em 1426 e 1428 aparece pela primeira vez como confrade em Jerusalém, a partir dessa data alterna ao ocupar cargos nestas três instituições.

<sup>286</sup> A presença da família Durães na confraria de Jerusalém reforça esta hipótese. Uma família de origem popular, onde se identificam um alfaiate e um mercador, conseguem ser admitidos em Jerusalém como confrades, na década de oitenta e noventa do século XIV, contudo, com a crescente aristocratização dos meios urbanos e provavelmente, o aumento do prestígio social desta instituição o seu descendente, Gonçalo Durães, deixou de constar entre os membros de Jerusalém para ser admitido em Santo Antoninho, onde acabou por exercer o cargo supremo de chefe, alcaide, nos anos de 1387 e 1413.

## II Parte

### Confrarias Eborenses: Espaços de Sociabilidade e de Poder

#### 1 – As Chefias Administrativas: Elites de Poder

No capítulo anterior concluiu-se que o mundo confraternal não se encontrava isento de poder e de interesses que ultrapassavam o simples objectivo de auxiliar os irmãos, constituindo-se, simultaneamente, como espaços para exteriorizar estatuto, vínculos e prestígio sociais, nomeadamente, por aqueles que ocupavam os postos de chefia, cujo acesso (tal como foi comprovado no capítulo dois da primeira parte) preferencial cabia aos Homens de condição e não a um confrade comum.

Aparentemente são estes alcaides, mordomos e confrades com assento no cabido, grupo cimeiro das confrarias, que provavelmente aspirariam a um maior protagonismo social, pelo menos a nível local.

No presente capítulo incumbe-se a tarefa de comprovar a existência dessas aspirações, no intuito de compreender de que forma as confrarias eborenses contribuíram para a formação de uma elite, mas também se estas associações seriam meios de recrutamento para os futuros dirigentes locais e, porque as elites e os grupos sociais não são uma e a mesma realidade, concluir acerca da natureza das suas inter-relações<sup>287</sup>. A estes objectivos soma-se o interesse em descobrir a evolução da estrutura da elite, averiguar prováveis conflitos e estratégias de reprodução e ainda a eventual, existência de uma hierarquia no seu seio.

Coloca-se um obstáculo na consecução destas pretensões, que reside no carácter, essencialmente relativo, do conceito de elite, ao cada autor

---

<sup>287</sup> Maria Kolambinska discutiu o movimento dos indivíduos entre os diferentes subgrupos da elite governativa e examinou detalhadamente a História desses grupos. Na sua opinião, qualquer sistema representativo, como por exemplo um governo fornece meios para que diferentes forças sociais possam participar no sistema político, para equilibrar a influência das diferentes forças participantes. Já Mosca defende, para a sociedade moderna, que a elite não é simplesmente a camada superior de uma sociedade. encontra-se relacionada com ela através de uma “subelite”, um grupo maior que compreende uma classe média, criados, “managers”, trabalhadores de colarinho branco e intelectuais. Este grupo fornece membros à elite, sendo ele próprio um elemento vital no governo da cidade.

oferecer um noção diferente e critérios de definição varáveis, consoante os períodos da História<sup>288</sup>.

Se, por um lado, parece demasiado simplista entender-se por elite apenas o conjunto de pessoas que atingem o máximo que há para conquistar nos vários domínios humanos<sup>289</sup>, por outro lado, parece pouco adequado à realidade medieval designar-se por elite a categoria ou grupos que parecem situar-se no topo de determinada estrutura de autoridade e de distribuição de recursos<sup>290</sup>, pois a notoriedade, honra, prestígio e privilégios de que desfrutavam os indivíduos na Idade Média não se encontravam associados ao desempenho de cargos, mas sim à ordem funcional a que pertenciam. Esta definição apresenta outros dois problemas, por um lado, conduz à formação de várias elites, consoante os ramos de actividade existentes, o que não significa que esses grupos sejam socialmente representativos, logo dignos de estudo<sup>291</sup>, por outro lado, implica a desconstrução da realidade em compartimentos estanques que dificultam a análise das possíveis relações existentes entre elites, acabando por se perder a riqueza e a complexidade deste grupo social.

Para a realidade medieva parece mais adequada a definição apresentada no segundo capítulo da primeira parte, por se dar o devido ênfase às funções desempenhadas pelos indivíduos, não porque eles valham

---

Tradução pessoal de T. B. Bottomore, *Elites and Society*, s.l., Penguin Book, 1966, pag. 10.

<sup>288</sup> Os indicadores pelos quais uma sociedade define a sua elite não são estáveis, variam muito no tempo e no espaço. Na França entre os séculos XVI e XVIII abandonou-se o critério de definição baseado no exercício do poder, para adoptar um critério baseado na honorabilidade e no estilo de vida da nobreza militar.

Cfr. Jean Pierre Dedieu, "Las Elites: Familias, Grupos, Territórios", *Bulletin Hispanique: La Culture des elites espagnoles à l'Époque Moderne*, n.º 1, T. 97, Université Michel de Montaigne, 1995, pag. 14.

<sup>289</sup> Segundo a perspectiva pluralista de Pareto existem tantas elites quantos os diferentes grupos ocupacionais, pois em cada ramo de actividade humana, existe uma elite composta pelos indivíduos com os melhores índices de desempenho/sucesso.

Tradução pessoal de T.B. Bottomore, *Op. Cit.*, pag. 7.

<sup>290</sup> Cfr. John Scott, "Introdução: Les elites dans la Sociologie anglo-saxonne", in *Les recrutement des elites en Europe (Ezdra Suleiman e Henri Mendras Dir.)*, Paris, Editions La Découvert, 1997, par. 9.

<sup>291</sup> Se por um lado todas as elites são importantes do ponto de vista social, só algumas são importantes para a sociedade tomada em conjunto, não que sejam mais do que as outras, mas umas apenas despertam atenção momentânea. O que interessa é estudar as que exerçam impacto geral.

Cfr. Suzanne Keller, "Introdução", in *Destino das Elites*, Rio de Janeiro, Forense, s.d., pag. 30.



pela sua singularidade, ou seja pelo exercício de cargo ou função, mas sim por ir engrandecer o prestígio, a honra, e a estima de que desfrutavam e que lhe valeram a sua nomeação ou eleição para esses postos<sup>292</sup>.

É da associação destas duas variáveis, origem social do indivíduo e exercício de cargos socialmente representativos, que resulta o critério de definição da elite em estudo<sup>293</sup>.

O termo elite, apresenta outro problema relacionado com a tipologia do grupo em análise da qual pode resultar a constituição de elites de natureza económica, política ou governativa, social e cultural ou então, de dimensão local, regional ou nacional.

Para se optar pela designação mais adequada deve considerar-se que a organização social medieva distribui previamente funções, disposição de bens e alimentos, liderança política e obediência, privilégios e deveres, estima e mérito segundo uma ordem funcional<sup>294</sup>, contudo, nem todos os membros de um mesmo estado dispõem do mesmo grau de distinção. Na opinião de Pierre Bourdieu, a distinção e a honra que habitualmente são consideradas inatas, são qualidades relacionais, na medida que só existem em relação com outras propriedades, num mesmo espaço social, ou seja, resultam da posição que cada indivíduo ocupa no seio desse espaço. Esta posição é definida pelo volume global do capital que cada indivíduo

---

<sup>292</sup> “Cada grupo da sociedade vê impor-se-lhe por consenso geral a sua dignidade, honras, privilégios, direitos, deveres e sujeições, seus símbolos sociais, o seu traje, emblemas, maneira de viver, de ser educado, de gastar, as suas funções, as profissões que os seus membros podem exercer, o comportamento que os seus membros devem observar relativamente a membros de outros grupos e o que têm direito de esperar(...)” José António Maraval, *Poder, honor y elites en el siglo XVII*, Madrid, Siglo XXI, 1979, pag. 23.

<sup>293</sup> Para Jacques Le Goff a elite, fora do seu conceito actual, faz referência a valores recebidos da Idade Média onde em primeiro lugar se encontram a desigualdade e a hierarquia, que pressupõe o valor eminente de uma minoria melhor, mais esclarecida, mais virtuosa, mais fiável, mais autorizada a decidir, que se expressa através da expressão “*Minors et seniors pars*”. Cfr. Jacques Le Goff, “Tentative de conclusions”, in *Les Elites urbaines au Moyen Age. XXVII èmè Congrès de la SHMES*, Rome, Publications de la Sorbonne, 19978, pag. 448.

<sup>294</sup> Cfr. José António Maraval. *Op. Cit.*, pag. 23.

dispõe, pelo peso relativo que cada género de capital possui na contagem global e por último, pela evolução e estrutura desse capital<sup>295</sup>.

Deste modo, o grupo em análise não se pode considerar exclusivamente, uma elite social, política ou económica, pois a posição do indivíduo na Idade Média resultava da conjugação de factores de natureza diversa, ou seja, a sociedade medieval, pelas suas características favoreceu os detentores de capital social para serem os mais ricos, os líderes políticos, mas também os merecedores de maior estima e prestígio, logo de capital simbólico. Assim, trata-se de estudar todos aqueles representantes das confrarias que jogaram um papel importante em instituições eborenses socialmente representativas, cujo estatuto imposto pela organização funcional da sociedade lhes conferiu as qualidades necessárias para aceder a este postos. O que por sua vez, multiplicou o seu prestígio original. Tratam-se ainda de indivíduos o suficientemente providos de capital ou de uma das suas formas, que detêm as condições para dominar o campo correspondente<sup>296</sup>.

Em suma, pretende-se compreender de que modo as confrarias eborenses contribuíram para a formação de uma elite de poder.

Os dados apresentados ao longo desta dissertação despertam a suspeita sobre a existência de confrades no seio da elite de poder eborense, por possuírem capital social e económico confirmado pelo seu estatuto sócio económico, poder simbólico, por ocuparem os postos de chefia das instituições de assistência da cidade e por último, capital político, resultante da ocupação de cargos concelhios, como foi comprovado no capítulo anterior.

No entanto, nem todos os quarenta e oito indivíduos, referidos no capítulo anterior como confrades e oficiais camarários, podem ser

---

<sup>295</sup> Cfr. *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp. 6 a 9

considerados membros da elite de poder. O facto de desempenharem funções no concelho, garantia de poder de decisão e influência, mas também de honorabilidade, nomeadamente no que se refere aos cargos de juiz, vereadores e procuradores em grandes concelhos<sup>297</sup>, não significa que todos eles dispusessem igualmente desses instrumentos. Nuno Monteiro alertava para o facto, frequente, de se reservar os cargos referidos para os “*melhores do lugar*”<sup>298</sup>.

Pretende-se distinguir entre a gente nobre de governança, os melhores da terra, os Homens Bons, os nobres ou fidalgos da elite de poder, que possivelmente, será composta por membros de todos estes grupos sociais.

Perante esta decisão foram seleccionados os indivíduos que apresentavam maior número de informações, ou seja, os que ocuparam por várias vezes, cargos, quer nas confrarias, quer no concelho e sobre os quais foi possível reunir dados acerca da sua origem e percurso social. Deste grupo fazem parte Diogo Afonso Mealha, Diogo Lopes Brandão, Diogo Lopes Lobo, Fernão Lopes Lobo, Gonçalo Dias de Espinho, João Murzelo, Lopo de Mariz, Lopo Façanha, Lopo Pestana, Martim Esteves Boto, Martim Lopes Lobo, Nuno Fernandes Lobo, Pero Boto, Rodrigo Anes da Regueira, Rui Martins de Vilalobos, Rui Salvado, Vasco Martins de Pavia, Vicente de Vilalobos e Vasco Rodrigues Façanha.

Excluídos foram todos aqueles sobre os quais as informações recolhidas fossem reduzidas ou pontuais, como é o caso de Afonso Peres de Carvalhães, Gonçalo Vaz Guisado, João Afonso Fuzeiro, João Esteves Trigueiro, João Franco, João Rodrigues Toscano, Martim Vasques Tisnado,

---

<sup>296</sup> Cfr. Nelson W. Polsby, “Three problems in the analysis of community power”, in *Power: Critical concepts* (John Scott dir.), Vol. III, London, Routledge, 1996, pag. 7 e 11.

<sup>297</sup> Cfr. Nuno Gonçalo Monteiro, “A sociedade local e os seus protagonistas” in *História dos municípios e do poder local (finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pag. 33.

<sup>298</sup> Cfr. *Idem*, “Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime”, *Análise Social*, Col. XXXII, 2ª série, 1997, pag. 336.

Men Rodrigues, Rodrigo Alvares, Rodrigo Anes Fuzeiro, Rui Gonçalves, Rui Martins Godinho e Rui Mendes de Chaves, e todos os que pertenciam a pequenas associações, como por exemplo Afonso Domingues, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, João Martins de Pina e Lopo Correia.

Deste grupo constam ainda, João de Estremoz, que apesar de ter sido mordomo de hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho, nos anos de 1468, 1469 e entre 1471 e 1473<sup>299</sup>, foi procurador às cortes, como representante do concelho de Elvas<sup>300</sup>, o que justifica a ausência da elite de poder eborense, apesar de dispôr de algum protagonismo, que lhe valeu a carta de couto de uma herdade no termo de Estremoz, em 1435, concedida por D. Afonso V<sup>301</sup>. Outra figura excluída foi João Afonso, filho de Luís Afonso Clérigo, que ocupou durante anos o cargo de escrivão da câmara e foi alcaide em Santo Antoninho e confrade de Jerusalém.

Do conjunto seleccionado para análise desenharam-se três grupos diferentes. O primeiro reúne os indivíduos cuja origem familiar não foi possível reconstruir, por pertencerem a famílias locais que legaram poucos testemunhos sobre a sua existência, mas cujo percurso social justifica que sejam encarados como membros da elite de poder. Um outro, em que se concentraram os indivíduos sobre os quais foi possível reunir mais informações sobre a sua origem e percurso social, cuja presença na elite de poder se justifica quer pelo seu percurso individual, quer por serem representantes de famílias da pequena e média nobreza eborense. Por último, analisam-se quatro famílias eborenses, os Façanha, os Pestana, os Vilalobos e os Lobo, que possuíram vários membros nas instituições de assistência e no concelho eborense, ao longo do período em estudo.

---

<sup>299</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fólhos 119V, 120, 124V, 125V, 126.

<sup>300</sup> A .N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 19, fl. 84 V.

<sup>301</sup> *Ibidem*.

No primeiro grupo encontra-se Diogo Afonso Mealha, procurador do concelho em 1396 e em 1414<sup>304</sup> e juiz do crime e cível em 1405<sup>305</sup>, ocupando também, o lugar de alcaide da confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho em 1406 e 1407<sup>306</sup>.

Acompanha-o João Murzelo, escudeiro de D. Duarte Furtado de Mendonça a partir de 1420<sup>307</sup>, regedor em 1392 e 1427<sup>308</sup>, vereador em 1401, 1405 e 1409<sup>309</sup> e juiz em 1416, 1420 e 1425<sup>310</sup>. Desempenhou, também as funções de alcaide em Santo Antoninho em 1439<sup>311</sup> e de confrade em Jerusalém nos anos de 1426, 1437, 1443, 1445, 1446, 1450, 1452, 1457, 1459 e 1461<sup>312</sup>, onde também foi mordomo em 1447 e foreiro de uma casa em 1449. Para além destas informações sabe-se que recebeu uma carta de mercê doando-lhe uma terra em Alcácer do Sal, bem como, uma carta de aposentado e outra de perdão constantes na chancelaria de D. Afonso V<sup>313</sup>.

Junta-se a eles o cavaleiro Lopo de Mariz, sobre o qual poucas informações foram recolhidas, mas sabe-se que recebeu a doação de uma terra na Terrugem da mão de D. Afonso V, em 1450<sup>314</sup>. Pensa-se que seria de origem nobre e que vindo do Norte do país, Mariz, próximo de Vila Nova de Gaia, assenta-se residência em Évora.

Neste grupo resta-nos Rodrigo Anes da Regueira e Rui Salvado. O primeiro, provavelmente descendente de João Afonso da Regueira que foi testemunha no outorgamento das sisas ao Mestre de Avis em 1384<sup>315</sup>,

---

<sup>304</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv.67, fl. 33V.

<sup>305</sup> *Ibidem*, fl. 29.

<sup>306</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fólhos 75 e 81(respectivamente).

<sup>307</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fl. 54.

<sup>308</sup> *Ibidem*, fólhos 9 e 20V (respectivamente)

<sup>309</sup> *Ibidem*, fólhos 12, 16, 19V (respectivamente).

<sup>310</sup> *Ibidem*, fólhos 21v, 30 e 35V (respectivamente).

<sup>311</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fl. 39.

<sup>312</sup> *Ibidem*, Lv.62., fl. 82, 71, 159V, 107., 95, 119 V, 147, 118V, 125 V, 121 e 138 (respectivamente).

<sup>313</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 22, fl. 19V e 20.

<sup>314</sup> *Ibidem*, Lv. 11, fl. 124 e 124V.

<sup>315</sup> Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa. I.N.C.M., [1998], pag. 88.

exerceu no concelho as funções de juiz do crime em 1409, procurador do concelho em 1429 e 1435<sup>316</sup>. Nas instituições de assistência, foi alcaide do Hospital do Espírito Santo da Sé, em 1429<sup>317</sup>, confrade na albergaria de S. João em 1413 e 1433<sup>318</sup>, onde também seria testemunha de um contrato de aforamento, no ano de 1411<sup>319</sup>. No ano de 1445 surge como confrade da Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém<sup>320</sup>.

Rui Salvado, escudeiro a partir de 1411<sup>321</sup>, provavelmente descendente de João Salvado, cuja presença na documentação da cidade data do final do século XIV, início do XV<sup>322</sup>. Ocupou na câmara o cargo de escrivão dos órfãos em 1454<sup>323</sup>. Nas confrarias exerceu a função de alcaide no Corpo de Deus de Santo Antoninho, em 1461<sup>324</sup>, sendo também ai confrade em 1460, 1462, 1463 e 1470<sup>325</sup>.

Apesar das poucas informações recolhidas sobre estes indivíduos, a sua pertença à elite de poder parece justificável, por possuírem em comum o facto de todos terem desempenhado funções de juiz ou procurador do concelho, bem como, o de se tratarem de alcaides de algumas das instituições de assistência da cidade, com excepção de Lopo de Mariz, o que comprova a posse de capital social original que foi rentabilizado e multiplicado em capital político e capital simbólico, permitindo-lhes evidenciarem-se no seio do grupo a que pertenciam. Ao ocuparem cargos como o de juiz, procurador ou mesmo vereador exerciam funções

---

<sup>316</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fólhos 12, 25 e 36V.

<sup>317</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 63, fl. 73V.

<sup>318</sup> *Ibidem*, Lv. 62, fólhos 88 e 93V.

<sup>319</sup> *Ibidem*, Lv. 61, Lv. 87V.

<sup>320</sup> *Ibidem*, Lv. 62, 75V.

<sup>321</sup> *Ibidem*, Lv. 61, fl. 79V.

<sup>322</sup> *Ibidem*, fl. 9 e 11.

<sup>323</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fl. 67 e 84V.

<sup>324</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fl. 79V e 109.

<sup>325</sup> *Ibidem*, fl. 107V, 110V, 88 e 122V (respectivamente).

representativas do concelho que lhes garantiam influência e prestígio a nível local e provavelmente regional<sup>326</sup>.

No segundo grupo, enquadra-se a figura de Diogo Lopes de Brandão, escudeiro da casa do Infante D. João<sup>327</sup>, casado com Catarina Mendes de Oliveira, filho de Lopo Fernandes Brandão, foi alcaide do hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho em 1437<sup>328</sup> e juiz ordinário do concelho em 1458<sup>329</sup>.

A única referência a um familiar seu no mundo confraternal eborense data de 1380, em que seu avô, Fernão Martins Brandão, escudeiro, ocupou o lugar de confrade no Hospital do Corpo de Deus da Sé<sup>330</sup>, foi regedor em 1384<sup>331</sup> e volta a figurar na lista de apoiantes eborenses do Mestre de Avis, juntamente com Fernão Gonçalves d'Arca.

Segundo informações recolhidas a partir da obra de Ângela Beirante, os primeiros vestígios da família Brandão em Évora data do início do século XIV, mas foi no reinado de D. Fernando, que Fernão Martins Brandão e seu irmão, Vasco Martins Brandão, grandes proprietários e criadores de gado, recebem carta de coutada para três propriedades no termo de Évora e Montemor-o-Novo<sup>332</sup>, carta que seria confirmada, em 1436, a Diogo Lopes Brandão, pelo rei D. Duarte<sup>333</sup>.

---

<sup>326</sup> Os juizes, uma magistratura duunviral, que durante o século XV se especializou, dando lugar ao aparecimento de um ou dois juizes do cível, ao lado, de um ou dois juizes do crime, de acordo com as competências assumidas. Nos primeiros tempos exerciam a sua actividade judiciária com a concorrência dos Homens Bons e até alcaides, mas cujas prerrogativas sofreram pequenos ajustes ao longo da Idade Média. Gozavam de determinadas isenções e era um cargo revestido de certa majestade. A sua remuneração era honorífica e emolumentar.

Os procuradores eram um conjunto variado de magistrados que tinham em comum a representação e defesa dos direitos de nutrem. Os mais importantes, em termos de organização concelhia eram os procuradores do concelho, uma magistratura dual, electiva e anual, desempenhada por um cavaleiro e um cidadão. Estes procuradores tinham como função essencial arrecadar e procurar as rendas do concelho, sem a intervenção de juizes e alcaides.

Cfr. Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F.C.G./J.N.I.C.T., [1995], pp.682 – 694.

<sup>327</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, Lv. 1, fl. 91 e 91V.

<sup>328</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fl. 33V.

<sup>329</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 76, fl. 89.

<sup>330</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 63, fl. 95.

<sup>331</sup> Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, pag. 80.

<sup>332</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 537.

<sup>333</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, Lv. 1, fl. 91 e 91V.

No século XV, os Brandão de Évora eram tratados por fidalgos da casa do rei, mas na opinião de Ângela Beirante a sua influência era nitidamente local<sup>334</sup>. Porém, as informações recolhidas para os filhos de Diogo Lopes Brandão, parecem contrariar esta suspeita, porque desfrutavam de um estatuto sócio económico elevado, Fernão Brandão, cavaleiro da casa do rei, era um dos seis fidalgos que têm o direito de levar o pálio<sup>335</sup> e Luís Brandão era vedor do duque de Viseu<sup>336</sup>.

Gonçalo Dias de Espinho é outro dos elementos deste grupo de análise, genro de Lopo Rodrigues Façanha, foi escudeiro e vassalo de D. João I<sup>337</sup>, o que, provavelmente, justifica a ascensão à categoria de cavaleiro, assinalada a partir de 1426<sup>338</sup>. Exerceu no concelho funções de procurador em 1401, de juiz em 1410, procurador dos fidalgos em 1416<sup>339</sup>. Em 1428 foi mordomo em Jerusalém, em 1429 foi alcaide e em 1419 e 1437 foi confrade da mesma confraria<sup>340</sup>.

Segundo Ângela Beirante este apelido tem uma vigência relativamente curta em Évora. O primeiro vestígio data de 1383, aquando Diogo Fernandes de Espinho recebeu, juntamente com o genro Afonso Pires, escrivão e criado de D. Fernando, carta de coutada de uma herdade em Pecenas, privilégio que foi confirmado a Gonçalo Dias de Espinho, seu neto, por D. João I, em 1406<sup>341</sup>, extinguindo-se com este último e com seu irmão, Lopo Dias de Espinho, morador no muro quebrado, que instituiu capela em S. Francisco e em S. Pedro<sup>342</sup>, tendo também exercido a função de alcaide em Jerusalém nos anos de 1410, 1420 e 1422<sup>343</sup>. Porém na

---

<sup>334</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 537.

<sup>335</sup> *Ibidem*.

<sup>336</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. I, 3ª edição, s.n., Braga, 1992. pag. 63.

<sup>337</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 61.

<sup>338</sup> *Ibidem*, fl 88V.

<sup>339</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fólhos 76, 80V e 98 (respectivamente).

<sup>340</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 85, 88V, 61 e 71 (respectivamente).

<sup>341</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 542.

<sup>342</sup> *Ibidem*, pag. 542.

<sup>343</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 61, 64 e 66V( respectivamente).



confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém encontra-se uma referência a um Afonso Dias de Espinho, mordomo em 1458<sup>344</sup>, provavelmente descendente de um destes irmãos, mas cujo grau de parentesco não foi possível estabelecer.

A estes nomes já mencionados soma-se o de Vasco Martins de Pavia, cavaleiro, que foi procurador à corte do rei em 1462<sup>345</sup>, procurador dos cidadãos bons em 1464, juiz dos órfãos em 1466 e juiz em 1472<sup>346</sup>. Na confraria de Jerusalém foi alcaide por duas vezes, em 1464 e em 1473, onde também foi confrade no ano seguinte<sup>347</sup>.

Felgueiras Gayo apresenta-o como filho de Martim Afonso de Pavia, Homem Bom presente numa sessão de vereação em 1408, neto de Mosem Roberto de Pavia, senhor da vila alentejana<sup>348</sup>. Sabe-se que casou com Maria Fernandes Cogominha, pelo que incorreu em pena de confisco por ser parente da mulher, o que confirma a descendência da antiga nobreza nortenha. Deste casamento nasceram quatro filhos<sup>349</sup>, Vasco de Pavia, Jorge de Pavia, Brites de Pavia e Isabel de Pavia<sup>350</sup>.

No universo confraternal não foi encontrado mais nenhum membro desta família, à excepção de um Nuno Gonçalves de Pavia, escudeiro que foi testemunha do aforamento de uma herdade, em Jerusalém, em 1429<sup>351</sup>, mas mais uma vez desconhece-se o vínculo à família ou mesmo se lhe pertencia<sup>352</sup>.

Resta revelar as informações recolhidas para Martim Esteves Boto, morador na rua dos Mercadores, que exerceu funções de alcaide em Santo

---

<sup>344</sup> *Ibidem*, fl. 97.

<sup>345</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fl. 97.

<sup>346</sup> *Ibidem*, fólhos, 100, 1112V e 114(respectivamente).

<sup>347</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 161, 162V e 165 (respectivamente).

<sup>348</sup> Cfr. *Op. Cit.*, pag. 49.

<sup>349</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 539.

<sup>350</sup> Felgueiras Gayo, *Op. Cit.*, Pag. 49.

<sup>351</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 88V.

<sup>352</sup> A grafia habitual este apelido, Pauha, parece responsável por certa confusão que se estabeleceu entre Pavia e Paiva, os primeiros são portadores deste apelido em Évora, por serem oriundos da vila alentejana. Cfr. Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 538.

Antoninho em 1453<sup>353</sup>, de vereador da câmara em 1457 e 1472, onde também ocupou cargos de procurador à corte do rei em 1462 e de juiz ordinário em 1466<sup>354</sup>.

Apesar de ostentar o título de cavaleiro em 1472<sup>355</sup>, sabe-se que foi também foi escudeiro<sup>356</sup> e que a sua origem familiar é claramente popular, ele próprio é referenciado como mercador, em 1436<sup>357</sup>, provavelmente descendente de Estevão Eanes Boto, que foi tosador, e de João Boto, sapateiro que tinha vinha na fonte da Lama<sup>358</sup>.

Este percurso social sugere uma rápida ascensão, que se processou pela via do comércio, estudo e serviço do rei, na qual teve um papel preponderante Martim Esteves Boto, já que em 1435 obteve privilégios para os seus lavradores e caseiros por serviços prestados ao rei. Em 1443 foi-lhe concedida carta de coutada para a sua herdade de Souséis, como galardão de ida a Tanger com o Bispo D. Álvaro Falcão e ainda, D. Afonso V dispensa-o do pagamento do foro de umas casas situadas na Porta Nova, privilégio de que beneficiaram os seus herdeiros<sup>359</sup>.

Este mérito foi provavelmente dividido com Pedro Boto, um escudeiro do príncipe, cuja presença na documentação consultada atesta ser contemporâneo de Martim Esteves Boto, por ter ocupado o cargo de alcaide e de confrade no Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho em 1473 e 1489, respectivamente<sup>360</sup>, mas também foi foreiro desta instituição em 1473 e 1475<sup>361</sup>. Testemunha dois contratos, um em

---

<sup>353</sup> *Ibidem*, Lv. 61, fl. 61

<sup>354</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fôlios 76, 97V, 81 e 84V ( respectivamente).

<sup>355</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 162.

<sup>356</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag.543.

<sup>357</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, Lv. 1, fl. 68 e 68V.

<sup>358</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag 543.

<sup>359</sup> *Ibidem*, pp. 543 e 544.

<sup>360</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fôlios 128 e 132 (respectivamente).

<sup>361</sup> *Ibidem*, fôlios 126V e 131 (respectivamente).

Jerusalém em 1475<sup>362</sup> e o último em S. Bartolomeu, em 1476<sup>363</sup>, sendo ainda escrivão do subsídio outorgado em cortes, em 1478<sup>364</sup>.

Através destes percursos sociais é perceptível o processo de ascensão social, que é confirmado pelos cargos desempenhados pelos seus descendentes. Rui Boto, filho do referido Martim Esteves Boto foi um dos quarenta e quatro moços que recebiam mantimento de D. Afonso V para o estudo e que em 1484 surge referido na documentação como Doutor Rui Boto, nomeado de desembargador do paço em substituição do doutor João Teixeira<sup>365</sup>. Destacam-se ainda outros membros da família, como frei Lopo Boto, bacharel em Teologia e prior de S. Domingos de Évora, tio do referido Pero Boto<sup>366</sup>.

Ângela Beirante acresce que as mulheres desta família casaram com elementos da média nobreza local, como os Oliveira, Gramaxo ou Carvalhães, Pires e Resende, enquanto outras foram freiras em S. Bento<sup>367</sup>.

Esta longa lista estaria incompleta sem a análise dos vários elementos das famílias Façanha, Pestana, Vilalobos e Lobo.

No que respeita à família Façanha conseguiu-se identificar cinco membros nas confrarias eborenses. O primeiro foi Vasco Rodrigues Façanha, confrade no Corpo de Deus de Santo Antoninho em 1383<sup>368</sup>, e membro da confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém ao longo da primeira metade do século XV, como foi referido no capítulo anterior<sup>369</sup>. Foi acompanhado por Estevão Façanha, provavelmente seu irmão, que também foi confrade de Santo Antoninho em 1388 e 1390<sup>370</sup>. A eles

---

<sup>362</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 166V

<sup>363</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 63, fl. 65V

<sup>364</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 544.

<sup>365</sup> *Ibidem*.

<sup>366</sup> *Ibidem*.

<sup>367</sup> *Ibidem*.

<sup>368</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fl. 10.

<sup>369</sup> 1426 – Confrade; 1428 – Confrade; 1437 – Confrade; 1439 – Alcaide. A.D.E., *Misericórdia*, Lv 62, fólhos 78 V, 86, 70 V e 99V (respectivamente).

<sup>370</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fólhos 13 e 15 (respectivamente).

seguiram-se na documentação Vasco Martins Façanha, que em 1428 foi confrade em Jerusalém<sup>371</sup>, a partir da década de cinquenta do século XV foram identificados dois outros membros, contemporâneos nas confrarias, cujo grau de parentesco nunca foi mencionado na documentação recolhida, mas presume-se que pertencessem a este clã, são eles Gil Gonçalves Façanha, escudeiro que ocupou sempre cargos da confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém, uma vez como alcaide e depois como mordomo<sup>372</sup> e Lopo Façanha, alcaide de S. João em 1435<sup>373</sup>, vereador do concelho em 1449, 1469 e 1475<sup>374</sup>, mordomo em Jerusalém em 1464, onde foi confrade em 1473<sup>375</sup>, ano em que acumulou a mesma função em Santo Antoninho<sup>376</sup>. Regressou no ano seguinte a Jerusalém, onde foi identificado como confrade, posição que manteve em 1476<sup>377</sup>.

Apesar de Ângela Beirante os catalogar como membros da pequena nobreza local<sup>378</sup>, o percurso destes indivíduos, considerados quer na sua singularidade, quer no conjunto familiar aponta para outra realidade.

O primeiro indicio que encontramos da família Façanha data do final do século XIII, mais precisamente de 1283, data em que Rui Martins Façanha, juiz juntamente com Sueiro Rodrigues, tenta esclarecer a localização dos reguengos e herdamentos do rei D. Dinis<sup>379</sup>. Em 1286 nova referência a este indivíduo e a um irmão, Gonçalo Martins, enquanto testemunhas da concordata entre D. Dinis e o concelho de Évora<sup>380</sup>.

---

<sup>371</sup> *Ibidem*, Lv. 62, fl. 86.

<sup>372</sup> Gil Gonçalves Façanha ocupou em 1447 o cargo de alcaide; em 1452 o de Mordomo; em 1457 novamente o de alcaide e desde 1461 a 1473 exerceu as funções de mordomo ininterruptamente. *Ibidem*, fólhos 119V, 116V, 129V, 136V, 140, 142, 132V, 134, 150V, 152V, 155, 108V, 111, 139 e 141V(respectivamente).

<sup>373</sup> *Ibidem*, fl. 97.

<sup>374</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fólhos 112, 109, 144V (respectivamente).

<sup>375</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 161 e 165 ( respectivamente).

<sup>376</sup> *Ibidem*, Lv. 61, fl. 128.

<sup>377</sup> *Ibidem*, Lv. 62, fólhos 165Ve 172V (respectivamente).

<sup>378</sup> Cfr. *Op. Cit.*, pag. 560.

<sup>379</sup> Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora, Lisboa, I.N.C.M., [1998], pag. 40.*

<sup>380</sup> *Ibidem*, pag. 44.

Ao longo de sensivelmente cem anos não foram encontradas outros vestígios da presença deste clã familiar na documentação da cidade, mas durante a crise de 1383/85 é identificado um Fernão Gonçalves Façanha, apoiante eborense do mestre, juntamente com João Gonçalves d' Arca, o velho, João Fernandes, seu filho, Diogo Lopes Lobo, Fernão Lopes Lobo, Estevão Fernandes Lobo, Álvaro Peres Carvoeiro, Rodrigo Alvares Pimentel, James Lourenço, Afonso Peres, Martim Cotrim, o referido Fernão Martins Brandão, Gomes Martins Zagalo, Afonso Lourenço do Vimieiro, João Afonso da Regueira e João Farto entre outros <sup>381</sup>.

A partir desta data até à segunda metade do século XV encontram-se todas as informações já referidas acerca dos membros desta família, daí que se julgue que não se trate de uma família da pequena nobreza, mas da média nobreza que aproveita por um lado, a mudança de poder e a necessidade de apoio do monarca para se afirmar socialmente e, por outro lado, a ocupação de lugares estratégicos, de comando e prestígio, nas instituições da cidade, de modo a valorizar e afirmar a presença da família na estruturas de poder.

Segundo Ângela Beirante a pequena e a média nobreza aproximavam-se pelo desempenho de cargos municipais e de cargos de nomeação régia, onde coexistem estes dois grupos nobres, contentando-se o escalão inferior com funções menos decisivas no quadro concelhio e ao nível do funcionalismo régio, raramente alcançavam o cargo de corregedor. A autora prossegue, ao definir diferenças mais visíveis ao nível das categorias sociais que compunham estes estratos, afirmando que a pequena nobreza era composta por escudeiros e vassalos do rei e só pontualmente por cavaleiros, acumulando um capital de bens materiais e simbólicos mais

---

<sup>381</sup> Fernão Lopes, *Crónica del rei D. Joham I*, Lisboa, INCM, 1977, pag.341.

reduzido do que o possuído pela média nobreza<sup>382</sup>, afirmações que saem reforçadas pela concordância de A .H. Oliveira Marques<sup>383</sup>.

No caso da família Façanha os seus membros desfrutam de um estatuto sócio económico e de cargos concelhios que tanto reforçam como contrariam a definição de pequena nobreza. O seu primeiro membro era juiz, cargo de prestígio e influência a nível local, como foi dito neste capítulo, o segundo estava presente, embora como testemunha, no esclarecimento de uma petição régia, sinal que não era qualquer um, pelo menos tratava-se um homem respeitável digno de consideração. O terceiro coloca-se ao lado do futuro D. João I, o que provavelmente lhe valeu benefícios pelos serviços prestados, contemporâneo deste último, Vasco Rodrigues Façanha ocupou, alternadamente, cargos nas confrarias e na câmara. Contudo é necessário sublinhar um aspecto neste percurso pessoal, o facto deste indivíduo ser primeiro identificado como confrade de Santo Antoninho, uma confraria dominada maioritariamente por mesteirais, nomeadamente nesta data, só sendo identificado como membro de Jerusalém, uma associação composta e dirigida maioritariamente por membros da média nobreza eborense, depois de exercer ofícios camarários, em 1392, 1406, e 1423, como regedor e juiz do crime<sup>384</sup>. Assim, este indivíduo parece atestar um processo de afirmação pessoal e familiar, porque apesar de se apresentar como escudeiro, este percurso beneficia-o, ao conseguir integrar-se numa confraria composta por membros de um nível social superior, mas também foi proveitoso para outros membros do clã, que passam a ocupar funções de chefia nesta associação.

A probabilidade que se apresenta mais viável e sólida é a desta família dispor, no final do século XIII, de algum prestígio e consideração,

---

<sup>382</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 547.

<sup>383</sup> Cfr. "Os grupos sociais", in *História de Portugal: Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, [1985], pp. 247 – 249.

<sup>384</sup> Ver percurso deste indivíduo no capítulo anterior .

que não foi devidamente capitalizado ao longo de cem anos, obrigando os seus membros, no final do XIV e ao longo da centúria de quatrocentos, a tomar opções para valorizá-la. Mais do que um processo de ascensão, está-se em presença de estratégias de reprodução da posição social conquistada.

Pierre Bourdieu afirma o papel preponderante da família na manutenção da ordem e na reprodução social das próprias relações, sendo um lugar por excelência de acumulação de capital sob as suas diferentes espécies e da transmissão entre gerações<sup>385</sup>. Ideia que vem reforçar a suspeita de afirmação social desta associação composta e dirigida maioritariamente por membros da média nobreza eborense família

Outra família suspeita de conceber um processo de afirmação e reprodução da posição social é a família Pestana, porém, neste caso não se coloca a questão da origem social, pois apesar de ostentarem o título de escudeiros, o seu brasão encontra-se ao lado de mais setenta e dois na sala do palácio da vila, em Sintra.

Felgueiras Gayo e Ângela Beirante não fazem qualquer menção a esta família, Anselmo Braancamp Freire apenas refere que os Pestana pertenciam às linhagens que não se diferenciavam por procederem umas das outras, desta forma os membros da família manteriam relações com os Sá, os Silveira, os Leitões, os Coutinhos, os FONSECAS e os TAVARES<sup>386</sup>.

1283 marca o início da presença dos Pestana em Évora, pela presença de três elementos na reivindicação dos herdamentos do rei D. Dinis. Nessa data são arrolados como testemunhas Men Pestana, tio de Men Gonçalves e irmão de Gonçalo Domingues<sup>387</sup>. Desta data até 1392 a documentação consultada omite qualquer indicação da presença dos Pestana em Évora. Por esta data Fernão Martins Pestana foi eleito como

---

<sup>385</sup> Cfr. *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 2001, pag. 98.

<sup>386</sup> Anselmo Brancaamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, Lisboa, I.N.C.M., [1996], pag. 18.

<sup>387</sup> Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, pag. 40.

regedor, onde em 1408 e 1409 assume as funções de juiz do crime<sup>388</sup> e seis anos mais tarde desempenha funções de juiz do cível<sup>389</sup>, nas confrarias assume a administração do Hospital de S. João, em 1411, para onde dois anos antes tinha feito uma doação de um pardieiro<sup>390</sup>.

Sucederam-lhe na documentação eborense Lopo Gomes Pestana, escudeiro, filho de Gomes Martins Pestana, segundo Felgueiras Gayo, e de Alda Rodrigues Pessanha, neto de Martim Vaz Pestana<sup>391</sup> e Martim Rodrigues Pestana, sobre o qual não foi possível recolher informações sobre os seus vínculos com a família. Relativamente ao primeiro os dados indicam que assumiu o cargo de alcaide em Jerusalém em 1442, 1443 e 1445<sup>392</sup> e foi confrade em 1446, 1450, 1459 a 1461<sup>393</sup>, período em que intercalou funções no concelho, como vereador nos anos de 1455, 1458 e 1464<sup>394</sup>. Quanto a Martim Rodrigues Pestana, também ele escudeiro, sabe-se que foi confrade em S. Gião em 1430<sup>395</sup>. O último representante a que se refere a documentação, Pero Afonso Pestana, foi confrade em S. Bartolomeu, em 1474<sup>396</sup>.

Pelas informações recolhidas presume-se que esta família pertence-se à média nobreza e que a ocupação de cargos de chefia nas confrarias e no concelho fizesse parte de uma estratégia de reprodução da sua posição social, garantindo a todos os seus membros desfrutar do mesmo prestígio, estima e honra.

Restam duas famílias para analisar, os Vilalobos e os Lobo, representantes da média e grande nobreza eborense, na classificação de Ângela Beirante.

---

<sup>388</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fólhos 10 e 11V.

<sup>389</sup> *Ibidem*, fl. 25V.

<sup>390</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 61, fólhos 94 e 67 (respectivamente).

<sup>391</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. I, 3ª edição, s.n., Braga, 1992, pag. 66.

<sup>392</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 105V, 160 e 106 (respectivamente).

<sup>393</sup> *Ibidem*, fólhos 95, 147, 121, 136V (respectivamente).

<sup>394</sup> A.D.E. *Câmara Municipal*, Lv. 67, fólhos 77V, 89 e 96 (respectivamente).

<sup>395</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 63, fl. 10 V.

<sup>396</sup> *Ibidem*, fl. 62.



No que respeita aos Vilalobos identificados, todos ostentam o título de cavaleiros. O primeiro elemento é Martim Vicente de Vilalobos, cavaleiro, pai de Rui Martins de Vilalobos, também cavaleiro e escudeiro do duque de Guimarães<sup>397</sup>. Este último morava no adro de S. Francisco, foi escrivão da almotacaria, em 1469 e 1472<sup>398</sup>, provedor e juiz dos hospitais da cidade, cargo que ocupou na ausência de Brás Alvares<sup>399</sup> e ainda foi síndico de S. Francisco<sup>400</sup>. Ambos foram alcaides de Jerusalém, Martim Vicente em 1446<sup>401</sup> e Rui Martins em 1476<sup>402</sup>.

Destacam-se nesta família Nuno Vaz de Vilalobos, cavaleiro fidalgo da csa do rei e contador dos feitos e custas, que em 1480 instituiu capela em S. Francisco<sup>403</sup>.

Na documentação das confrarias consta um quarto elemento, Paio Rodrigues de Vilalobos, testemunha na Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém, em 1469, de um aforamento de uma adega situada na praça da cidade, junto à capela de Santa Maria<sup>404</sup>. Ângela Beirante afirma ser cavaleiro do rei e coudel da cidade<sup>405</sup>.

Esta autora soma a estes representantes mais três nomes, Vicente de Vilalobos, cavaleiro, provavelmente neto de Martim Vicente de Vilalobos, foi juiz ordinário em Évora em 1474, procurador às cortes e corregedor da comarca, foi alcaide na confraria dos Homens Bons de Jerusalém, em 1476. Luís Alvares de Vilalobos, escudeiro do duque de Bragança, que em 1484 foi tomado como escudeiro do rei e ainda frei Rodrigo de Vilalobos, que professou em S. Francisco<sup>406</sup>.

---

<sup>397</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 134.

<sup>398</sup> *Ibidem*, fl. 95.

<sup>399</sup> *Ibidem*, fl. 96V, 98, 122.

<sup>400</sup> Cfr. Jorge Faro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 ( Subsídios Documentais)*, Lisboa, Centro de Estudos Económicos, Instituto Nacional de Estatística, 1965, pag. 203.

<sup>401</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 95.

<sup>402</sup> *Ibidem*, fl. 171.

<sup>403</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 545.

<sup>404</sup> A.D.E. *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 108V.

<sup>405</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 545.

<sup>406</sup> *Ibidem*.

Pelas indicações recolhidas sobre a família justifica-se a sua inclusão na elite de poder eborense, por ser manifesto o capital social, económico, político e simbólico de que dispunham. Porém a sua origem está envolta em algumas interrogações que conduzem à suspeita de terem ascendido socialmente, por via do serviço ao rei, sendo o desempenho destes cargos em Évora, provavelmente, parte de uma estratégia de afirmação e de reprodução do poder.

A Ângela Beirante parece que o sucesso desta linhagem esteve relacionada com Évora e com o apoio dos nobres eborenses ao Mestre de Avis, apontando como antepassado mais provável Martim Vicente Escolar, que foi juiz em 1382 e em 1384, quando o concelho decidiu entregar ao mestre as sisas da cidade durante um ano<sup>407</sup>.

Anselmo Braancamp Freire já é mais cauteloso, pois identifica dois Martim Vicente em Évora, o já referido juiz que continuou a apoiar o monarca, já que este, numa carta de doação de 23 de Agosto do ano seguinte, lhe chama seu vassalo e corregedor nos reinos de Portugal e do Algarve<sup>408</sup> e, um outro Martim Vicente, criado de pequeno por D. Pedro de Meneses que passou com ele a Castela e com ele voltou a Portugal e foi servir em Ceuta, onde em 1417 e 1419 foi contador do rei. Por esta data teria salvo D. Pedro de Meneses do inimigo, o que lhe valeu a sua gratidão, agraciada pela “doação” de um dos seus apelidos da sua linhagem; Vilalobos<sup>409</sup>.

O autor reforça a sua hipótese de análise baseando-se na observação e análise de dois túmulos existentes na igreja de S, Francisco, num jaz um Vasconcelos, no outro um Vilalobos, contudo o escudo dos dois são em tudo semelhante ao dado por D. Pedro a Martim Vicente, o que comprova

---

<sup>407</sup> Cfr. *Ibidem*.

<sup>408</sup> Cfr. Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, Lisboa, I.N.C.M., [1996], pag. 395.

<sup>409</sup> Cfr. *Ibidem*, pag. 396.

a suspeita deste ter abandonado o apelido de Vasconcelos ao adoptar o de Vilalobos<sup>410</sup>. Contudo este facto é contrariado pela referência a um Martim Vicente de Vilalobos entre os apoiantes do mestre, na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes<sup>411</sup>. Consciente desta referência Anselmo Braancamp Freire apenas defende a existência de dois homens distintos.

Na necessidade de dissipar esta dúvida recorreu-se a um outro autor, D. António de São Payo, que comprovou a ligação deste Martim Vicente com a família Vasconcelos, ao encontrar uma carta de parentesco e brasão de armas dos Vilalobos no arquivo de Rui Sande de Vasconcelos, requerida pelo seu pai para reiterar a sua origem nobre, mas nada é acrescentado sobre o apoiante do mestre<sup>412</sup>.

Por último resta analisar a origem e o percurso social da família Lobo, cujos membros sempre ocuparam cargos na confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém, intercalando-os com o desempenho de funções concelhias, recebendo mercês e privilégios régios.

O primeiro elemento de que há vestígio na confraria de Jerusalém é de Lopo Fernandes Lobo, pai de Diogo Lopes Lobo, de Martim Lopes Lobo e de Fernão Lopes Lobo, avô de Nuno Fernandes Lobo, este, filho de Fernão Lopes e irmão de Álvaro Fernandes Lobo, todos membros desta confraria. O primeiro, Lopo Fernandes Lobo, ocupou o lugar de alcaide de Jerusalém em 1380<sup>413</sup>, desconhecendo-se qualquer outra informação. Seguiram-se os seus filhos, primeiro Diogo, cavaleiro, que fez prisioneira D. Leonor, a curvilheira de D. João I de Castela, responsável pela defumação das roupas reais<sup>414</sup>, foi confrade de Jerusalém em 1385<sup>415</sup> e dois

---

<sup>410</sup> Cfr. *Ibidem*.

<sup>411</sup> Fernão Lopes, *Op. Cit.*, pag. 341.

<sup>412</sup> Cfr. “Os Vasconcelos e os Vilalobos. Uma carta inédita de parentesco, brasão de armas”, *Arqueologia e História*, Vol. IV, s.l., 1925, pp. 198 a 211.

<sup>413</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 1V.

<sup>414</sup> Cfr. Anselmo Braancamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Vol. I, Lisboa. I.N.C.M. [1996], pag. 76.

<sup>415</sup> *Ibidem*, fl. 11V.

anos depois recebeu em préstamo a renda dos tabeliães<sup>416</sup>. Segundo Anselmo Braancamp Freire faleceu entre os anos de 1428 e 1430 detendo as rendas da alcaidaria que por sua morte passaram para as mãos de Martim Afonso de Melo<sup>417</sup>, informação que é contrariada pela indicação deste indivíduo ter exercido as funções de Chanceler, em 1435<sup>418</sup>.

O segundo filho, Martim Lopes Lobo, escudeiro (primeira referência em 1412<sup>419</sup>) e cavaleiro (primeira referência em 1426<sup>420</sup>), regedor do concelho em 1392 e juiz do cível em 1406, 1419, 1422 1423 e 1435<sup>421</sup> e também alcaide de Jerusalém em 1393, 1407 1409, 1410 1426 e 1428<sup>422</sup>.

Por último, Fernão Lopes Lobo, escudeiro (primeira referência em 1405<sup>423</sup>) e cavaleiro (primeira referência em 1423<sup>424</sup>), oficial camarário no cargo de juiz do cível 1405, 1414, 1423 e 1430<sup>425</sup> e confrade em Jerusalém em 1426 e 1428<sup>426</sup>. Em 1422 instituiu morgadio anexo á capela de S. Francisco e sua mulher, já viúva, instituiu o morgado do Esporão, no termo de Monsaraz com a obrigação de certas missas em Évora em 1427, chamando para seu administrador o sobrinho, Gonçalo Rodrigues da Fonseca<sup>427</sup>.

Estes três irmãos juntamente com um outro, Estevão Fernandes Lobo, foram apoiantes do mestre em Évora<sup>428</sup>, o que valeu a Diogo Lopes Lobo a doação para sempre dos lugares de Alvito e Vila Nova, com jurisdição civil e criminal, em 1387, por estima e serviços prestados a D.

---

<sup>416</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, Pag. 525.

<sup>417</sup> Cfr. *Op. Cit.*, pag. 422

<sup>418</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fl. 34V.

<sup>419</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fl. 81.

<sup>420</sup> *Ibidem*, fl. 51V.

<sup>421</sup> A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv. 67, fólhos. 10V, 27V, 32V, 33 e 46 (respectivamente).

<sup>422</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 27, 50V, 45, 46, 78V e 85( respectivamente).

<sup>423</sup> A.D.E. *Câmara Municipal*, Lv. 67, fl. 55V.

<sup>424</sup> *Ibidem*, fl. 78.

<sup>425</sup> *Ibidem*, fólhos 55V, 64, 78, 91V (respectivamente).

<sup>426</sup> A.D.E., *Misericórdia*, Lv. 62, fólhos 78V e 86 (respectivamente).

<sup>427</sup> Ângela Beirante, *Op. Cit.*, Pag 525.

<sup>428</sup> Fernão Lopes, *Op.Cit.*, pag. 341.

João I, o que o tornou primeiro senhor de Alvito<sup>429</sup>, privilégio confirmado por D. Duarte em 1406<sup>430</sup>. Por sua vez, Fernão Lopes Lobo foi agraciado com uma carta de coutada para uma herdade junto ao Xarrama, de que há notícia pela confirmação feita por D. Duarte a seu filho, Nuno Fernandes Lobo, no ano de 1434<sup>431</sup>.

A aproximação ao futuro monarca valeu a esta família prestígio e influência, que justificam os cargos desempenhados no concelho e a sua presença na confraria de Jerusalém, bem como, os privilégios de que beneficiaram os seus descendentes, como a continuidade do senhorio de Alvito até 1475, momento em que D. Afonso V o tornou baronia, ocupada pelo doutor João Fernandes da Silveira casado com D. Maria de Sousa<sup>432</sup> (filha de Diogo Lopes Lobo, terceiro senhor de Alvito, neto de Diogo Lopes Lobo, primeiro senhor desta vila alentejana).

O prestígio granjeado favoreceu o casamento com alguns dignos representantes de famílias nobres do seu tempo ou tornou-os apetecíveis nas estratégias de ascensão de outras famílias. Por exemplo, Diogo Lopes Lobo, 1º senhor de Alvito, casou com Aldonça Martins Toscano, oriunda de uma família de escudeiros do século XV<sup>433</sup>. Sua irmã, Maria Loba, casou com Álvaro Pires de Castro, senhor das Alcáçovas e dos seus reguengos<sup>434</sup>, ou ainda, o exemplo de Diogo Lopes Lobo (3º senhor de Alvito) casou com a filha bastarda do mestre da ordem de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa, a 10 de Abril de 1450, da qual houve três filhos todos mortos em vida do pai e uma filha, a referida Maria de Sousa<sup>435</sup>.

---

<sup>429</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, Lv. 1, fl. 3.

<sup>430</sup> A.N.T.T. *Chancelaria de D. Duarte*, Lv 1, fl. 72V.

<sup>431</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 20, fl. 16V.

<sup>432</sup> Cfr. Anselmo Braancamp Freine, *Op. Cit.*, pag 300.

<sup>433</sup> Cfr. Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 525.

<sup>434</sup> Cfr. Anselmo Braancamp Freire, *Op. Cit.*, pag.143.

<sup>435</sup> Cfr. *Ibidem*, pag. 145.

Ao longo do século XV esta família foi ainda beneficiária de outros direitos, como a renda das boticas, açougagem e vento, em 1460-61, atribuídos a Rui Dias de Lobo, fidalgo da casa do rei<sup>436</sup>.

Esta família agiu em conjunto, concentrou esforços com vista a um objectivo, elevar socialmente a família, perpetuar a linhagem e reproduzir a posição social, rodeada de um conjunto de bens materiais e simbólicos, que espelhavam uma condição superior, aproximando-os de outras ao mesmo nível social.

Segundo Pierre Bourdieu, é uma propriedade dos dominantes terem famílias particularmente extensas e fortemente integrados, porque unidas, não apenas pela afinidade do “*habitus*”, mas também pela solidariedade dos interesses, ou seja, ao mesmo tempo pelo e para o capital, económico, mas também simbólico e sobretudo social, que se sabe ser condicionante e efeito de uma gestão bem sucedida do capital colectivo, possuído pelos membros da unidade doméstica, garante-lhes a reprodução da posição e permite concentrar os diferentes tipos de capital para dominar o espaço social correspondente<sup>437</sup>.

A família Lobo soube rentabilizar o seu estatuto sócio económico, ao aproveitar a crise política de 1383/85, para se colocar ao serviço do futuro monarca, estratégia que voltou a utilizar no reinado de D. Afonso V, aquando das expedições a Tânger e nas tomadas de Alcácer e Arzila<sup>438</sup>.

O exercício de ofícios camarários e o desempenho de funções administrativas nas confrarias valeram-lhe prestígio, influência política a nível regional, que seria reconhecida pelo monarca. Por sua vez as alianças

---

<sup>436</sup> Cfr. Ângela Beirante, *Op. Cit.* pag. 525.

<sup>437</sup> Cfr. *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 2001, pag. 99.

<sup>438</sup> Rui Lobo, cavaleiro e criado do Infante D. Henrique, que combateu ao lado de D. Afonso V em Tânger, Alcácer e Arzila, apesar de ser filho bastardo de Estevão Fernandes Lobo, desfrutava dos mesmos privilégios e benefícios do seu pai e parentes. Os seus descendentes desempenharam funções de corregedor e couteiro das perdizes. Cfr. Anselmo Braancamp Freire, *Op. Cit.*, pag. 145 e Ângela Beirante, *Op. Cit.*, pag. 525.

matrimoniais, com famílias como os Toscano ou mormente com os Castro permitiram gerir positivamente e multiplicar o seu capital social , ao perpetuar a sua presença e influência na estrutura de poder.

Perante os exemplos expostos, dois dos objectivos propostos no início deste capítulo, aparentemente, não oferecem dúvidas quanto à sua conclusão. Individualmente ou integrados no seio de uma família, os confrades que ocuparam cargos administrativos nas confrarias alcançaram maior protagonismo a nível local, certificado quer pelas mercês régias, com que foram agraciados, quer pelo exercício de ofícios camarários, como o de juiz, procurador do concelho ou vereador, que lhe ofereciam honorabilidade e, a quem não a possuía, a própria nobilitação.

Outro aspecto que não apresenta muita controvérsia é o real contributo das confrarias eborenses para a formação de uma elite de poder. Pode-se objectar que muitos dos indivíduos analisados já possuíam um grau de distinção inerente à sua origem social, ou que este não se deve tanto à ocupação de cargos administrativos nas confrarias, quanto ao desempenho de ofícios camarários ou ainda, aos serviços prestados a um monarca.

Então, como explicar o facto de todos os elementos referidos figurarem nas confrarias eborenses? Por mero fervor religioso? Apesar, da religiosidade ser um dos pilares da mentalidade, que condicionava o quotidiano do Homem medieval, ao impor estritas regras de conduta. Apesar da participação nestas associações assistenciais ser uma forma de preparar a morte e se redimir dos pecados, foi referido ao longo da dissertação, nomeadamente neste capítulo, que a organização funcional da sociedade medieva favoreceu a reprodução de estatutos sócio-económicos, que permitia aos estratos superiores da sociedade multiplicar ou preservar o seu poder, influência, prestígio e dignidade, o que reforça a suspeita de que

o sentimento religioso e o medo da morte não fossem os únicos motivos que levavam os indivíduos a recorrer às confrarias.

Pode-se argumentar que nem todos os indivíduos nomeados ocuparam cargos administrativos nestas instituições, tratavam-se de simples confrades, o que como objecto de estudo das elites se pode revelar pouco significativo. A esse óbice contrapõe-se o facto de se tratarem de indivíduos integrados num contexto familiar e o seu percurso fazer sentido nesse enquadramento e não individualmente. Porém, pelo simples facto de serem nomeados na documentação, enquanto membros prováveis do cabido, demonstra que tinham alguma quota de participação no governo das confrarias e que se tratavam de pessoas relevantes, por não passarem despercebidas em momentos vitais do quotidiano dessas associações, como eram de facto os aforamentos, vendas e encampações.

As informações recolhidas ao longo deste capítulo demonstram que a admissão e a presença numa confraria é um passo importante no reforço de uma posição social e na ascensão de um indivíduo ou de uma família, o que é visível no caso de Martim Esteves Boto, do clã Vilalobos e parece incontestável para os Façanha. No primeiro caso trata-se de um indivíduo nobilitado, como reconhecimento dos serviços prestados ao rei. Ao tratar-se de um título recente, provavelmente, não era visto, pelos escudeiros e cavaleiros de origem, como um par, daí que a presença na confraria, ao predispor o contacto com indivíduos do mesmo grupo social, favorecia a criação de laços de solidariedade, o que lhe permitia, simultaneamente, afirmar o seu estatuto sócio económico recém adquirido, garantir o reconhecimento pelos seus pares e ser visto pelos membros dos escalões inferiores, a que outrora pertencera, como alguém a quem se devia respeito, deferência, obediência, favor e protecção.

No caso da família Vilalobos o processo terá sido idêntico, Martim



Vicente é nobilitado, mas necessita de afirmar esse novo estatuto e de ser reconhecido pelos seus pares, atitude que permitiu aos seus descendentes acederem a cargos no concelho, como por exemplo o de almoxarife ou de provedor dos hospitais da cidade, exercido por Rui Martins de Vilalobos, testemunho subtil de um reconhecimento e de afirmação de uma identidade social.

Deste modo está-se a reconhecer a existência de estratégias, que na linguagem de Pierre Bourdieu, serviram para acumular capital político, económico e simbólico com reflexos no domínio do espaço social<sup>439</sup>.

Sobre a relação entre a elite de poder e os diferentes grupos sociais, sugere-se a hipótese da existência de um grupo socialmente destacado, uma “sub-elite”, composta pela “gente da governança”, de origem social nobre ou das camadas superiores do povo, em vias de nobilitação, que associassem o exercício de cargos nas confrarias, qualidades que frequentemente coincidiam no mesmo indivíduo<sup>440</sup>.

Quanto à existência de conflitos, nada é dado a perceber através da documentação, mesmo após a análise de ausências e presenças, tempo de permanência nos cargos, quer para as confrarias, quer para o concelho. Os membros referidos, bem como os seus descendentes, tiveram múltiplos contactos entre si, combinando as respectivas acções nos diferentes órgãos de poder.

Outro aspecto que não oferece certezas é a existência de uma hierarquia no seio deste grupo. Sabe-se que todos os grupos sociais na Idade Média a possuíam, era um traço estruturante da sociedade, mas nada se consegue concluir a partir do tratamento dos dados, apesar de se tentar

---

<sup>439</sup> Cfr. *Op. Cit.*, *passim*.

<sup>440</sup> Esta hipótese é defendida por Mosca para as sociedades contemporâneas. Este autor refere que a elite está ligada à sociedade através de uma “subelite”, um grupo composto por uma classe média de criados, managers, e trabalhadores de colarinho branco, cientistas, engenheiros e intelectuais, que fornece recrutas à elite, sendo eles próprios um elemento vital no governo da sociedade, dependendo do seu nível moral e intelectual o equilíbrio da própria elite. Cfr. T.B. Bottomore, *Elites and Society*, s.l., Penguin Books, 1966.

perceber se haveria alguma coincidência na ocupação dos postos administrativo das confrarias e do concelho.

A suspeita reforça-se ao percebermos que os Vilalobos sempre exerceram as funções mais prestigiantes, quer no concelho quer na confraria de Jerusalém, contudo, a sua presença data da segunda metade do século XV. Ou ainda ao ver que a família Façanha não consegue atingir os postos cimeiros da confraria de Jerusalém, apesar de constarem como confrades, enquanto os Lobos estiveram presentes nos postos de chefia desta instituição, situação que apenas pode indiciar uma dependência<sup>441</sup>. O que se assume por mais seguro é que as famílias que possuíam vários membros dispersos pelas estruturas de poder deveriam estar no topo da hierarquia, por, em conjunto, conseguirem reunir maior poder político, influência económica, capital social e simbólico, criando alianças e dependências com os indivíduos que ocupavam os escalões inferiores.

As posições ocupadas nessa hierarquia dependeria da evolução e estrutura apresentadas pela elite de poder, que não se manteve igual, ao longo do período em estudo.

A análise dos dados denunciam que a estrutura da elite foi idêntica ao longo do período em análise, apenas há uma alteração nos seus protagonistas. Composta maioritariamente por escudeiros, cavaleiros, uns de origem, outros enobrecidos, mas todos têm em comum o facto de terem desempenhado funções semelhantes na sociedade eborense.

O que é inegável é que existem dois grupos, o primeiro composto por Diogo Afonso Mealha, pela família Lobo, Gonçalo Dias de Espinho, Lopo de Mariz, Rodrigo Anes da Regueira e Vasco Rodrigues Façanha,

---

<sup>441</sup> Uma possível aliança entre os Façanha e os Lobo, pode-se tornar uma razão adicional para justificar a presença deste últimos na confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho. A sua presença seria um meio da família Lobo, que desempenhou um papel tão importante na crise política de 1383/85, controlar outro espaço de poder, garantindo o apoio ou apenas neutralidade dos membros daquela confraria. Terminado o conturbado período político, os Façanha tentam ascender socialmente, provavelmente à custa desta aliança, marcando presença na confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém, mas sem nunca abandonar Santo Antoninho, onde, hipoteticamente, dispõem de prestígio e influência.

que dominaram as estruturas de poder desde o final da década de oitenta da centúria de Trezentos até ao fim da década de trinta do século XV, data em que foram “substituídos” pelos Vilalobo, pelos Boto, por Diogo Lopes Brandão, Rui Salvado, Vasco Martins de Pavia. Entre estes dois grupos houve aspectos comuns, por exemplo os Façanha cujo presença se mantêm desde 1390 (com Vasco Rodrigues Façanha) até 1476 (com Lopo Façanha), para já não referir a primeira vez que esta família foi referida na documentação da cidade.

Pensa-se que a mudança de intervenientes não fosse resultado da intervenção de forças exteriores à vontade dos indivíduos, muito menos de alterações políticas a nível central, ou seja que algum indivíduo fosse afastado do poder. Hipótese que sai reforçada pelas várias referências a cartas de confirmação privilégios, encontradas nas chancelarias de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, o que significa que os descendentes de um determinado personagem em análise, continuavam a beneficiar da gratidão e da confiança dos monarcas.

É necessário salientar que os nomes listados antes e após a revolução de 1383/85 são praticamente coincidentes, pelo que se deduz que o grupo dominante em 1383 manteve-se no comando das estruturas de poder da cidade até à, mencionada, década de trinta do século XV.

Com isto não se pretende questionar o papel renovador da revolução e crise política, que no início desta dissertação se pensava estruturador de uma nova elite, capaz de renovar a sua estrutura e composição. Apenas se conclui que a elite de poder eborense soube-se posicionar, estrategicamente, ao lado do mestre, que se sabia vencedor e que as confrarias fizeram parte de uma estrutura de poder maior, sendo por isso utilizadas nas estratégias pessoais ou familiares de ascensão, afirmação ou perpetuação de estatutos sociais, quer nesse momento de crise, quer

posteriormente.

Quanto à mencionada alteração na elite de poder, registada na década de trinta do século XV, são vários os argumentos que se podem somar para justificá-la, sem, porém, reunir consenso. Se por um lado os anos trinta coincidem com a mudança de monarca, o que poderia explicar as alterações na elite de poder eborense, também o facto de Évora se ter começado a destacar, no Sul do reino, como um centro cultural e político pode justificar alterações sociais mais profundas, contribuindo, directa ou indirectamente, para a emergência de novos "personagens" sociais, ainda que oriundos do povo, mas detentores de rendimentos suficientes para se nobilitarem ou partilharem os espaços de poder com elementos da pequena e média nobreza.

Resta, ainda, esta averiguar a viabilidade de um outro motivo. Esta alteração pode ter sido voluntária, consciente e consentida, pois alguns membros da elite de poder podem-se ter afastado dos centros de decisão por já terem alcançado o máximo que havia a conquistar a nível local ou até mesmo regional, não reunindo as condições necessárias para ganhar protagonismo noutras esferas de influência mais alargadas.

## Conclusão

“*São as confrarias refúgio dos humildes?*” Foi a dúvida que acompanhou esta dissertação, desde o seu início e à qual se tentou responder através dos vários capítulos. A suspeita inicial confirmou-se, progressivamente, ao longo da análise dos dados, ao apresentar-se a organização interna das associações assistências eborenses, as suas práticas consuetudinárias, funções e funcionalidades, argumentos que permitiram comprovar que as confrarias não foram meras associações beneficentes, mas acima de tudo, meios e instrumentos utilizados por um grupo reduzido de confrades para conquistar benefícios sócio-económico, que em parte contribuíram na consolidação ou ascensão a um novo estatuto social, como insistentemente se sublinhou.

Pode dizer-se, sem temores, que as confrarias eborenses jogaram um papel preponderante no processo de formação da elite de poder, no final da Idade Média, nomeadamente, entre 1380 e 1486, tal como se comprovou no capítulo anterior, destacando-se como espaço social aproveitado e gerido como plataforma para atingir os mais diversificados benefícios. Nestas instituições estabeleceram-se relações sociais com vista a obtenção de determinados fins, cujo natureza não passou directamente por benefícios económicos, mas essencialmente, pelo ganho de capital simbólico, que por sua vez facilitou a ascensão sócio-económica, a ocupação de cargos ou a conquista de privilégios.

Ao introduzir a noção de capital simbólico de Pierre Bourdieu, questionou-se o carácter, exclusivamente, caritativo e devocional das acções dos confrades, introduzindo-se a suspeita de que as suas práticas poderiam ser inspiradas pela busca de bens simbólicos. Como defende este autor, é errado admitir que as leis de funcionamento dos campos sociais são iguais,

ou seja, que os fins económicos são o único móbil da acção humana<sup>442</sup>. Para Pierre Bourdieu os diferentes campos sociais são espaços de processos de diferenciação progressiva, que apenas é conseguida se cada indivíduo for reconhecido como possuidor de uma qualidade válida, ou seja, detentor de capital simbólico<sup>443</sup>.

A reflexão deste autor vêm reforçar a hipótese de que acção humana se rege pela obtenção de determinados objectivos, que por sua vez, vão estruturar as escolhas quotidianas dos indivíduos, nomeadamente, no que respeita aos vínculos pessoais que estabelecem. Assim, a escolha com quem se quer começar, continuar ou cessar de interagir é consciente, sendo determinada pelo benefício daí resultante, visto que as relações são apenas trocas de bens, serviços ou suporte emocional<sup>444</sup>.

Apesar dos indivíduos terem a possibilidade de optar, não se pode esquecer que na Idade Média tratavam-se de “seres causados”, na medida em que o seu estatuto sócio-económico, posições sociais ocupadas, os cargos e ofícios que desempenhavam, direitos e deveres desfrutados eram atribuídos segundo a ordem social a que pertenciam. No entanto, não se defende que os confrades estudados eram meros actores passivos, condicionados pelo contexto social (forças externas) em que se encontravam integrados, mas também, não é de todo adequado à realidade medieval pensar-se que desenvolveram a sua acção totalmente abstraídos

---

<sup>442</sup> Pierre Bourdieu alerta para a existência de uma economia de bens simbólicos, que se baseia na troca de dons, mediante um intervalo de tempo, que os dissimula enquanto actos simétricos, fazendo-os surgir como actos únicos e descontinuados. Esta economia dos bens simbólicos é que permite a um nobre (proibido pela honra qualquer concessão à economia económica) colocar “preço” a um favor. Desta forma o autor defende que todas as acções humanas têm por princípio uma coisa completamente diferente da intenção manifestada, ou seja, a acção é orientada por um fim, ainda que quem a teve na origem não seja consciente dele. Cfr. *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp. 122 - 127.

<sup>443</sup> O capital simbólico é um capital de base cognitiva, que assenta no conhecimento e no reconhecimento, por parte de outrem, só assim se torna categoria de divisão e de estruturação social. Cfr. *Ibidem*, pag. 114.

<sup>444</sup> Cfr. Claude S. Fischer, *Networks and Places: Social Relations in the Urban Setting*. New York, The Free Press, 1977, pag. 3.

do seu “ser social”<sup>445</sup>. Seguramente, seleccionaram das opções fornecidas pela sociedade o que lhes era mais conveniente e o que comportava menos custos, pois os indivíduos estão sempre limitados nas suas relações sociais, pela existência de compromissos, regras e “*habitus*” o que implica que apenas possam conhecer e estabelecer relações, de uma forma criteriosa, com uma pequena percentagem dos membros da sua sociedade.

A tendência de se reunirem indivíduos, com a mesma origem social, na confraria de Jerusalém ou no Corpo de Deus de Santo Antoninho, ou o facto de observarmos preocupações em serem admitidos na primeira associação, revela que estas instituições eram espaços de poder interessantes de integrar e dirigir para todos aqueles que pretendiam conquistar protagonismo social, pois permitiam-lhes relacionar-se ou criar vínculos, que mais tarde seriam bastante proveitosos.

Mais uma vez recorre-se às teorias sociológicas, nomeadamente ao princípio da razão suficiente, ou seja, todos os indivíduos têm razões ao agir, ao dirigir e orientar as suas acções, o que permite explicar um conjunto de comportamentos incoerentes ou não<sup>446</sup>.

No caso dos confrades eborenses, a sua acção foi condicionada pela cultura e mentalidade dominantes, que valorizavam a integração na vida comunitária, como meio de vivenciar a palavra bíblica, ao defender-se o amor ao próximo, manifestado pelo acolhimento de pobres, peregrinos e necessitados em geral, sendo ainda uma forma de expiação dos próprios pecados. Este contexto cultural permite explicar o comportamento de todos os indivíduos referenciados ao longo da dissertação, mas também, acabou por contribuir para a integração real da classe dominante, assegurando uma comunidade imediata entre todos os seus membros, distinguindo-os dos

---

<sup>445</sup>A Filosofia Social esteve muito tempo dividida entre duas perspectivas de estudo, uma mais mecanicista, que entende o o comportamento humano como resultado do contexto em que o indivíduo se desenvolve e outra que observa as acções humanas como um somatório da vontade dos indivíduos e do ambiente em que estes actuam. Cfr. *Ibidem*, pp. 3 - 6.

<sup>446</sup>Cfr. Pierre Bourdieu. *Op. Cit.*, pag. 105.

outros grupos sociais. Desta forma, a cultura que uniu e fez com que todos os indivíduos tivessem o mesmo comportamento, ao ingressar nas confrarias, foi também a que os distinguiu e que legitimou essa mesma distinção, porque nela reside a essência da diferenciação social<sup>447</sup>. O simbolismo comportado pela origem social dos indivíduos, acabou por ser um instrumento de imposição ou de legitimação da dominação de um grupo social por um outro, mais preparado ou mais dotado para o exercício de determinados cargos, nomeadamente, os mais representativos, como eram os de chefia.

Esse conjunto de indivíduos “mais preparados” acabaram por constituir a elite de poder referida no capítulo anterior. Este grupo acabou por infiltrar-se em todos os domínios da vida social como foi comprovado, tornando-se numa verdadeira oligarquia política, não porque se tratasse de um governo despótico de um grupo de privilegiados, mas sim porque este número reduzido de indivíduos ocuparam, alternadamente, os postos de chefia concelhios e confraternais<sup>448</sup>.

A questão colocada de início, parece ter uma resposta clara e explícita. As confrarias eborenses, nos finais da Idade Média, foram meios diversificados de afirmação do poder, por parte de uma elite, que, em termos globais, desde o final do século XIV e ao longo da centúria de quatrocentos lutou pelo controle político da cidade de Évora.

---

<sup>447</sup> Cfr. *Idem, O poder Simbólico*, Lisboa, Difel, [1989], pp. 10 - 11.

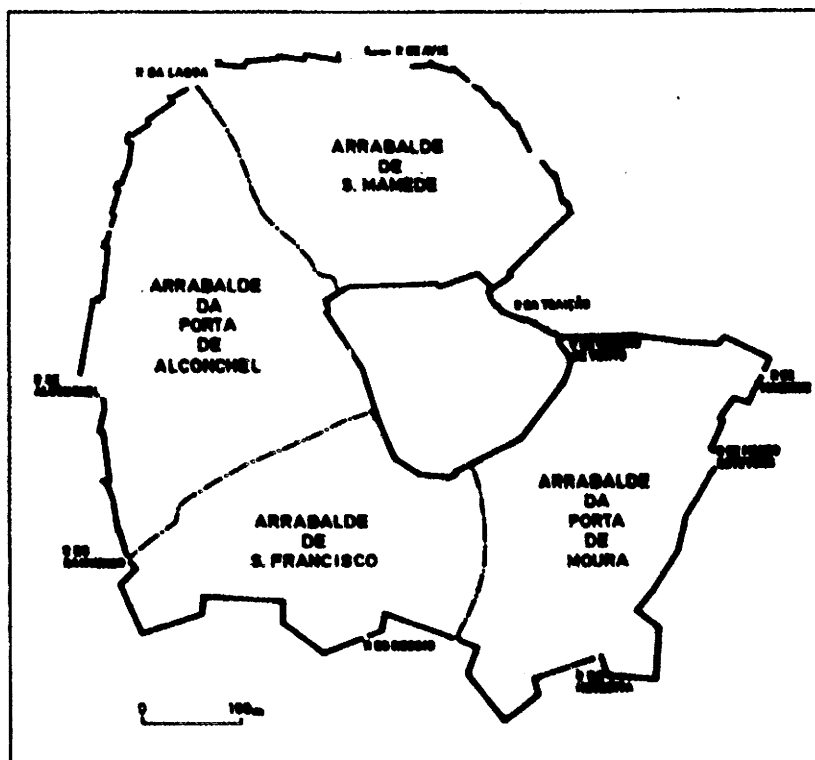
<sup>448</sup> Cfr. Rita Costa Gomes, "As elites urbanas no final da Idade Média: Três pequenas cidades do interior", in *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988, pp. 229 - 237. E Julio Valdeon Baroque, "Las oligarquias urbanas", in *Concejos Y ciudades en la Edad Media Hispaniva: II Congreso de estudios Medievales*, s.l., Fundacion Sanchez - Albonoz, [1990], pp. 509 - 521.



# ANEXOS

# Mapa 1

## Crescimento Urbano (séculos XIII-XIV)

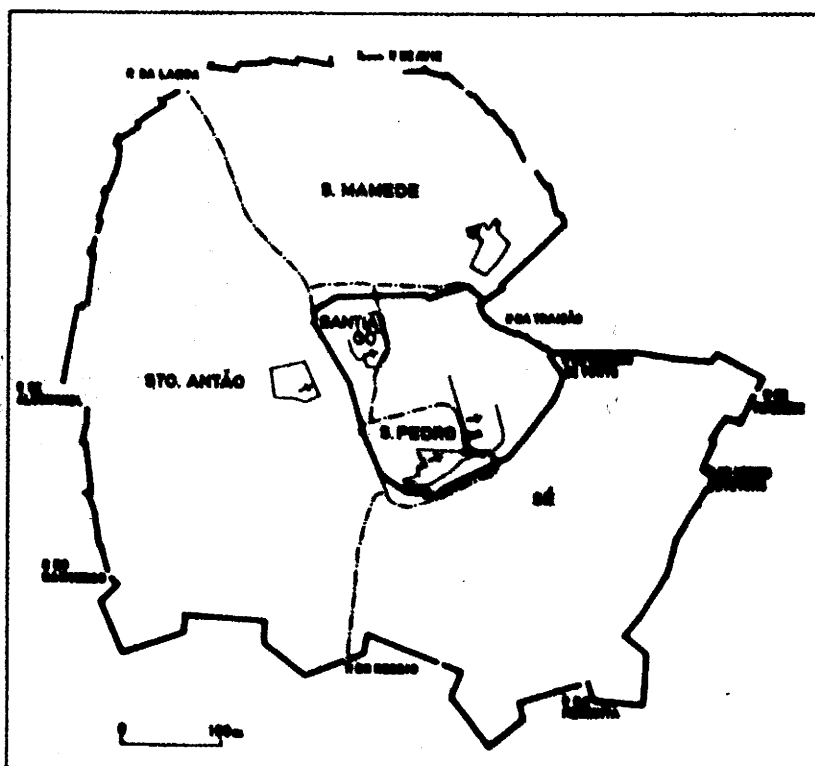


Fonte: Angela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F.C.G/J.N.I.C.T., 1995, pag.53.

## Mapa 2

### As Freguesias Eborenses

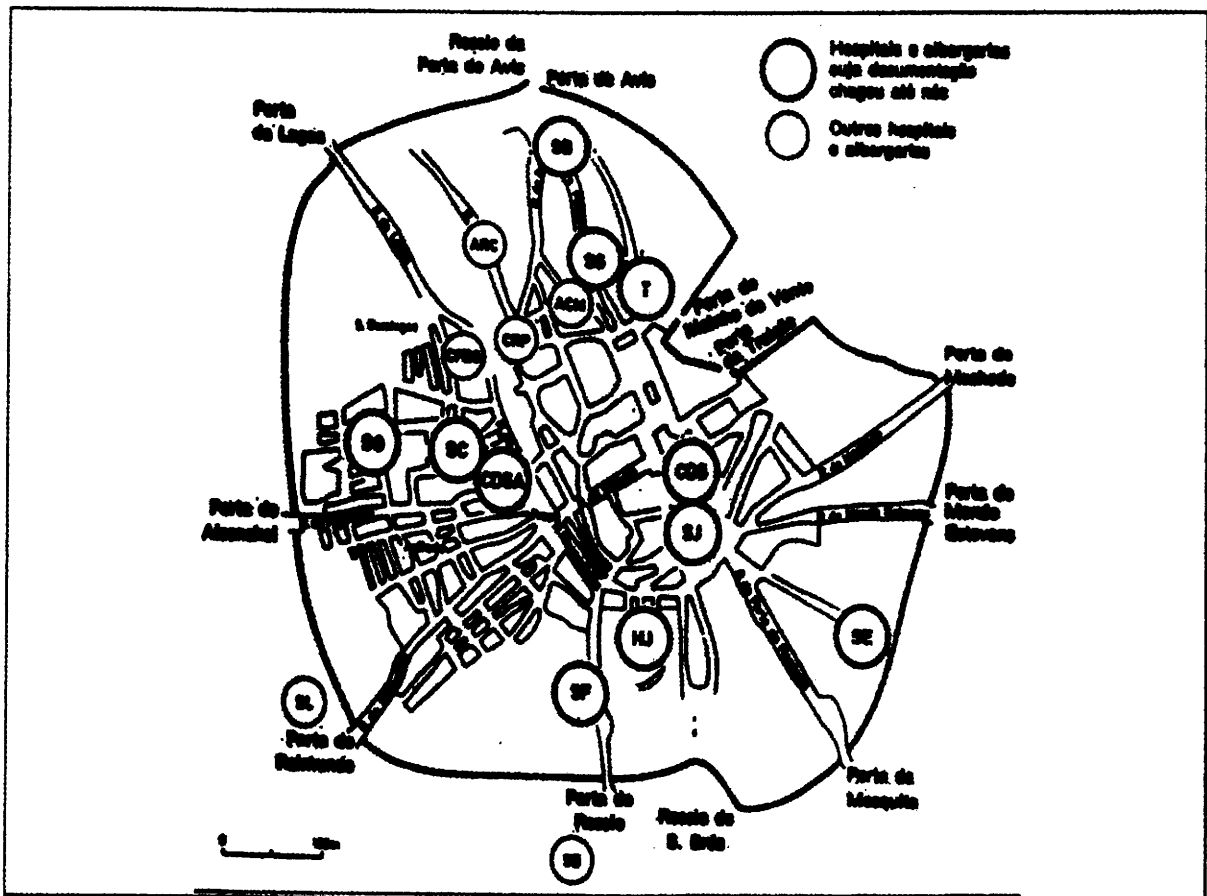
(séculos XIII-XV)



Fonte: Angela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F.C.G./J.N.I.C.T, 1995, pag. 57

## Mapa 3

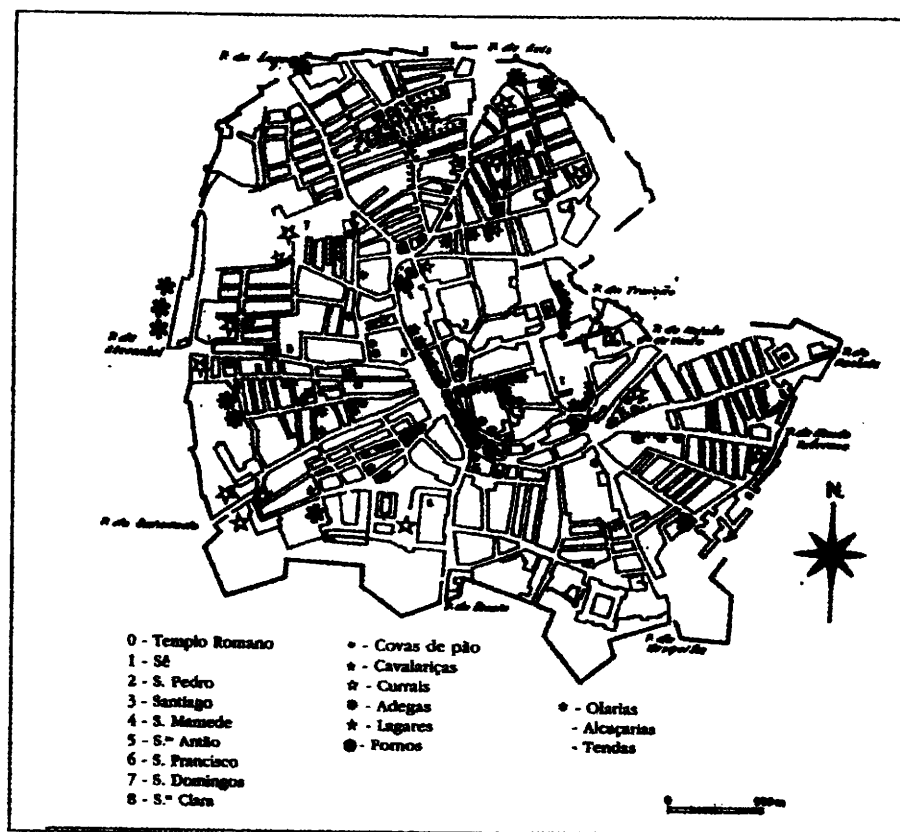
### Localização de Albergarias e Hospitais (séculos XIV-XV)



Fonte: Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Media*, Lisboa, I.N.C.M, pag30.



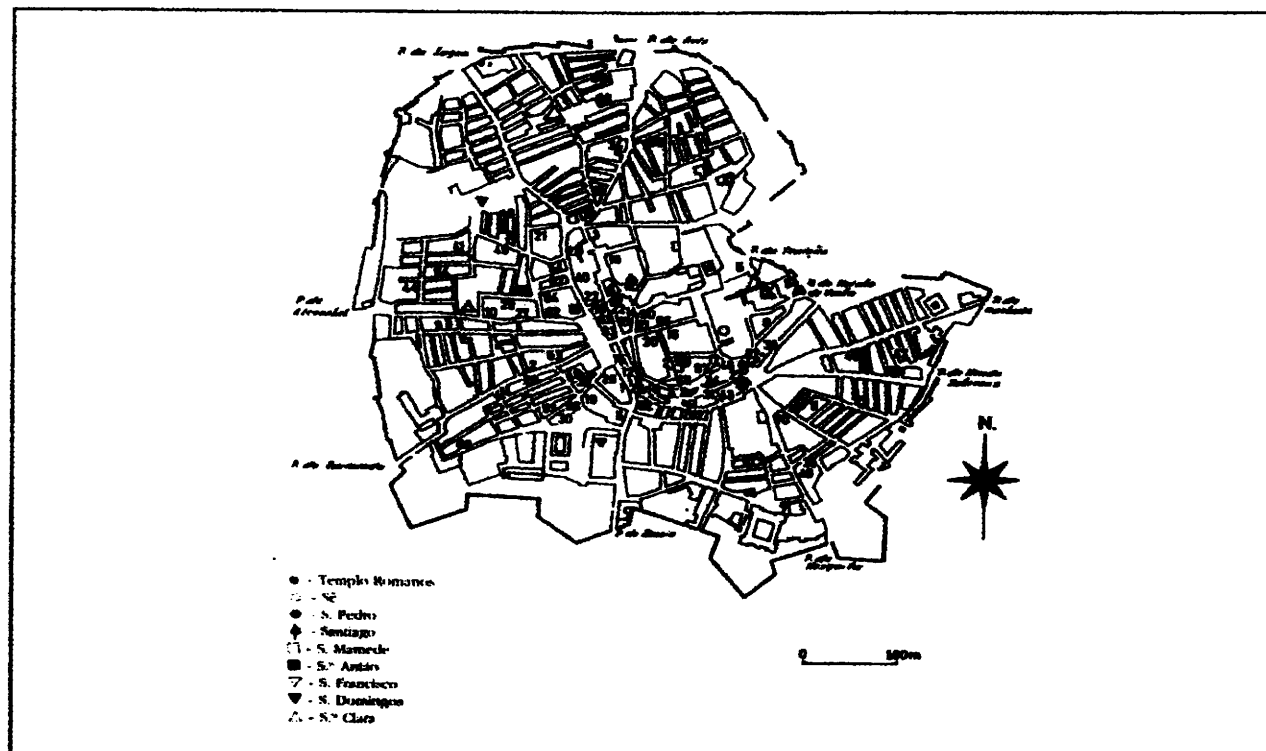
## Mapa 5 Lugares de Armazenagem Transformação e Distribuição



Fonte: Angela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F.C.G/J.N.I.C.T, 1995, pag. 428.

## Mapa 6

### Residência das Famílias Nobres Eborenses



- |                  |                |                 |
|------------------|----------------|-----------------|
| 1 - Cogominho    | 26 - Arnalho   | 51 - Gavião     |
| 2 - Lobo         | 27 - Boto      | 52 - Lourinho   |
| 3 - Silveira     | 28 - Dantas    | 53 - Fonseca    |
| 4 - Sousa        | 29 - Carvalho  | 54 - Negreiros  |
| 5 - Melo         | 30 - Vilalobos | 55 - Salgueiro  |
| 6 - Castro       | 31 - Cicioso   | 56 - Franca     |
| 7 - Meneses      | 32 - Estação   | 57 - Carvoeiro  |
| 8 - Vascoocelos  | 33 - Pestana   | 58 - Bainha     |
| 9 - Abreu        | 34 - Aguiar    | 59 - Ferreira   |
| 10 - Gois        | 35 - Pina      | 60 - Faleiro    |
| 11 - Silva       | 36 - Cerveira  | 61 - Murzelo    |
| 12 - Pereira     | 37 - Bruges    | 62 - Façanha    |
| 13 - Oliveira    | 38 - Galvão    | 63 - Carvalhães |
| 14 - Mascarenhas | 39 - Barreto   | 64 - Varela     |
| 15 - Arca        | 40 - Nogueira  | 65 - Chainho    |
| 16 - Brandão     | 41 - Velho     | 66 - Colaço     |
| 17 - Toscano     | 42 - Ribeiro   | 67 - Valente    |
| 18 - Falcão      | 43 - Correia   | 68 - Ourigo     |
| 19 - Pavia       | 44 - Brito     | 69 - Magro      |
| 20 - Costa       | 45 - Jusarte   | 70 - Chanoca    |
| 21 - Godinho     | 46 - Vieira    |                 |
| 22 - Fuscuro     | 47 - Camões    |                 |
| 23 - Chaves      | 48 - Casco     |                 |
| 24 - Garamaxo    | 49 - Mancebo   |                 |
| 25 - Espinho     | 50 - Serrão    |                 |

Fonte: Angela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, F.C.G./J.N.I.C.T, 1995, pag. 564.

**Quadro II**  
 Corpos Administrativos da Confraria dos  
 Homens Bons Moradores na cidade de Évora que foram a Jerusalém  
 (entre 1380 - 1476)

<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Estatuto Sócio-Económico</b>	<b>Cargo</b>
<b>1380</b>	Lopo Fernandes Lobo Vasco Martins Gomes Peres Fernão Gonçalves Diogo Lopes Rodrigo Anes Fuzeiro Álvaro Vasques Vasco Durães Diogo Martins	Escudeiro Alfaiate  Escudeiro Escudeiro	Alcaide Mordomo Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1381</b>	Vasco Martins Gomes Peres Lourenço Martins Lopo Afonso Gregório Dominguos Afonso Domingos Garcia Fernandes Álvaro Vasques João Afonso Afonso Barbas João Lourenço Gonçalo Anes	Alfaiate  Tosador Peneireiro	Mordomo Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1382</b>	Gomes Peres Vasco Martins José Aires Rui Gonçalves Estêvão Peres Garcia Fernandes	Alfaiate  Criado do Bispo	Mordomo Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1383</b>	Garcia Fernandes Gomes Peres Martim Lourenço Bartolomeu Gonçalves Lourenço Esteves Nicolau Domingos		Mordomo Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade
<b>1384</b>	Garcia Fernandes Lopo Afonso	Peneireiro	Mordomo Mordomo
<b>1385</b>	Afonso Teles Estevão Peres Garcia Fernandes Lopo Afonso José Afonso Lourenço Martins	Almirante  Peneireiro	Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo Escrivão Escrivão



	Afonso Vicente Mãos Boas Silvestre Anes João Tibães Estêvão Anes Estêvão Fernandes Afonso Martins Salgueiro Luís Afonso Francisco Creiro Diogo Lopes Lobo Pedro Anes Vicente Durães Pedro de Miranda Vasco Avana Martim Peres		Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1386</b>	Garcia Fernandes Lopo Afonso	Peneireiro	Mordomo Mordomo
<b>1387</b>	Pedro Anes Rodrigo Anes Fuzeiro Fernão Gonçalves Vasco Durães	Cavaleiro Cavaleiro Mercador	Alcaide Confrade Confrade Confrade
<b>1388</b>	Lopo Afonso	Peneireiro	Mordomo
<b>1389</b>	Bartolomeu Afonso João Afonso Fuzeiro Lopo Afonso	Esqueireiro  Peneireiro	Alcaide Alcaide Mordomo
<b>1390</b>	Lopo Afonso, Palmeiro		Mordomo
<b>1391</b>	Rui Martins, o Moço Lopo Afonso Diogo Martins Vasco Durães Martim Afonso Vesugo	Moço Escudeiro Peneireiro  Mercador Mercador	Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade
<b>1392</b>	João Fradinho João Domingues Lopo Afonso Gonçalo	Cesteiro Peneireiro Prior	Alcaide Mordomo Mordomo Mordomo
<b>1393</b>	Martim Lopes Lobo Martim Lopes <sup>1</sup> Lopo Afonso Martim Lourenço	Escudeiro  Peneireiro	Alcaide Alcaide Mordomo Escrivão
<b>1394</b>	Lopo Afonso	Peneireiro	Mordomo
<b>1399</b>	Lopo Afonso Peneireiro Martim Lourenço Afonso Martins	Peneireiro  Jubeteiro	Mordomo Escrivão Confrade
<b>1401</b>	Martim Afonso Vesugo Lopo Afonso	Mercador Peneireiro	Alcaide Mordomo
<b>1402</b>	Lopo Afonso Estêvão Martins	Peneireiro	Mordomo Escrivão

<sup>1</sup> É provável que seja Martim Lopes Lobo.

<b>1404</b>	Lopo Afonso Estêvão Anes	Peneireiro	Mordomo Escrivão
<b>1405</b>	Lopo Afonso Fernão Martins	Peneireiro	Mordomo Escrivão
<b>1407</b>	Martim Lopes Lobo Martim Afonso Vesugo João, Palmeiro Afonso Vicente Rui Martins Godinho João Afonso	Escudeiro Mercador  Sapateiro  Porteiro do Concelho	Alcaide Alcaide Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1409</b>	Martim Lopes Lobo Martim Afonso Vesugo Pedro de Airo Bom Lopo Afonso Vasco Gil  Estêvão Martins	Escudeiro Mercador  Peneireiro Escrivão das Obras da Torre	Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo Mordomo  Escrivão
<b>1410</b>	Martim Afonso Vesugo Martim Lopes Lobo Vasco Gil  Lopo Afonso Lourenço Afonso, Ferro Velho Afonso Vicente	Mercador Escudeiro Escrivão das Obras da Torre Peneireiro  Carpinteiro	Alcaide Alcaide Mordomo  Mordomo Confrade Confrade
<b>1411</b>	Martim Lopes Lobo João Afonso Vasco Gil, Palmeiro Estêvão Martins Rui Mendes Godinho Rui Gonçalves Frei Lourenço	Escudeiro Escrivão da Câmara   Frade da Ordem Terceira	Alcaide Alcaide Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade
<b>1412</b>	Martim Afonso Vesugo Martim Lopes Lobo Estêvão Martins João Afonso Lopo Afonso Rui Martins Godinho Martim Godinho Pedro Gonçalves	Mercador Escudeiro  Porteiro do Concelho Peneireiro	Alcaide Alcaide Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1413</b>	Lopo Afonso	Peneireiro	Mordomo
<b>1414</b>	Afonso Lourenço		Mordomo
<b>1415</b>	Pedro de Airo Bom		Mordomo
<b>1416</b>	Afonso Farto Pedro Anes Estêvão Martins		Alcaide Mordomo Escrivão
<b>1418</b>	Fernão Lopes Rui Gonçalves Estêvão Martins	Inquiridor	Alcaide Mordomo Escrivão

<b>1419</b>	Lopo Dias de Espinho Vasco Gil, Palmeiro Gonçalo Dias de Espinho Estêvão Martins Martim Vasques Ciznando Pedro de Airo Bom Lourenço Esteves Rui Gonçalves João Gonçalves das Dunas	Escudeiro  Escudeiro  Carcereiro  Tabelião Carcereiro do Bispo	Alcaide Mordomo Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1420</b>	Lopo Dias de Espinho Vasco Gil	Escudeiro Escrivão das Obras da Torre	Alcaide Mordomo
<b>1422</b>	Lopo Dias de Espinho Vasco Gil  Nuno Afonso Gomes Eanes	Escudeiro Escrivão das Obras da Torre	Alcaide Mordomo  Mordomo Escrivão
<b>1426</b>	Martim Lopes Lobo Gonçalo Dias de Espinho Nuno Afonso  Brás Martins Fernão Lopes Lobo João Murzelo Rui Esteves Couto João Rodrigues, Palmeiro João Esteves Rui Gonçalves Vasco Rodrigues Façanha Lourenço Esteves Nuno Afonso Rodrigo Esteves Conto e Meio Matim Vasques Tisnado Lourenço Vicente Bavainho João Esteves Trigueiro Vasco Gil	Cavaleiro Escudeiro Criado de Martim Lopes Godinho  Escudeiro  Almotacé  Tabelião  Escrivão das Obras da Torre	Alcaide Mordomo Escrivão  Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1428</b>	Martim Lopes Lobo Gonçalo Dias de Espinho Nuno Afonso  Vasco Martins Façanha Rodrigo Esteves Conto e Meio Lourenço Vicente Bavainho	Cavaleiro Escudeiro Criado de Marim Lopes Godinho	Alcaide Mordomo Escrivão  Escrivão Confrade Confrade

	Vasco Gil, Palmeiro Lourenço Afonso Fernão Lopes Lobo Vasco Rodrigues Façanha Nuno Fernandes Lobo Vasco Gil	Sapateiro  Escudeiro Escudeiro Escrivão das Obras da Torre	Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1429</b>	Gonçalo Dias de Espinho	Escudeiro	Mordomo
<b>1436</b>	Rui Mendes Tourinho Martim Vicente Cu de Boi João Rodrigues, Palmeiro Estêvão Anes Touregão Nuno Afonso		Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo Escrivão
<b>1437</b>	Rui Mendes Tourinho Estêvão Anes Touregão Fernão Martins Nuno Afonso  João Murzelo Gonçalo Pires Lobo Martim Vicente Vasco Rodrigues Façanha Gonçalo Dias de Espinho	Criado de M.L. Godinho Escudeiro  Criado do Cde. D. Paio Escudeiro Escudeiro	Alcaide Mordomo Escrivão Escrivão  Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1438</b>	Rui Mendes de Chaves Estêvão Anes Touregão Álvaro Pires de Aguiar Nuno Afonso  Estêvão Anes	Escudeiro  Hortelão Criado de M.L. Godinho	Alcaide Mordomo Escrivão Escrivão  Confrade
<b>1439</b>	Vasco Rodrigues Façanha Lourenço Esteves, Palmeiro Álvaro Pires de Aguiar Rui Mendes de Chaves	Escudeiro  Hortelão Escudeiro	Alcaide Mordomo Escrivão Escudeiro
<b>1440</b>	Vasco Rodrigues João Rodrigues, Palmeiro Lopo Esteves		Alcaide Mordomo Mordomo
<b>1442</b>	João Murzelo Lopo Gomes Pestana Estêvão Anes Touregão Álvaro Pires de Aguiar Nuno Fernandes Lobo Gonçalo Pires Lopo Fernandes	Escudeiro Escudeiro  Hortelão Escudeiro	Alcaide Alcaide Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade

	João Murzelo, o moço Rui Mendes de Chaves Lourenço Esteves, Palmeiro João Afonso	Escudeiro  Seleiro	Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1443</b>	Nuno Fernandes Lobo Lopo Gomes Pestana Gonçalo Pires Lobo Lourenço Esteves, Palmeiro Álvaro Pires de Aguiar Lopo Alvares Lopo Murzelo João Murzelo Estêvão Anes Touregão	Escudeiro Escudeiro  Hortelão  Escudeiro	Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1444</b>	Lopo Alvares Álvaro Pires d'Aguiar Lourenço Esteves, Palmeiro	Hortelão	Mordomo Escrivão Confrade
<b>1445</b>	Lopo Gomes Pestana Lopo Alvares João Murzelo Rui Mendes de Chaves Rodrigo Anes da Regueira João Lobo Gonçalo Pires Lobo João Casco Nuno Fernandes João Rodrigues Toscano	Escudeiro  Escudeiro Escudeiro  Cavaleiro	Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1446</b>	Martim Vicente de Vila Lobos Nuno Fernandes Lobo Lopo Alvares Francisco de Pero Vivas Gonçalo Pires Lobo Lopo Gomes Pestana Rodrigo Anes da Regueira João Lobo João Murzelo Lopo Gomes Façanha	Cavaleiro Escudeiro      Escudeiro Escudeiro	Alcaide Alcaide/Confrade Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1447</b>	Gil Gonçalves Façanha João Murzelo Álvaro Lourenço João Afonso Lopo Gomes Façanha	Escudeiro Escudeiro  Seleiro Escudeiro	Alcaide Mordomo Mordomo Confrade Confrade
<b>1449</b>	Gonçalo Pires Lobo		Alcaide
<b>1450</b>	Gonçalo Pires Lobo Lopo Fernandes Lobo João Lobo Estevão Gonçalves João Murzelo Lopo Gomes Pestana Lopo Gomes Façanha	Escudeiro  Tecelão Escudeiro Escudeiro	Alcaide Alcaide Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade

	Afonso Gonçalves		Confrade
<b>1452</b>	João Murzelo Gil Gonçalves Façanha Gil Gonçalves Gonçalo Gonçalves Rodrigo Afonso	Escudeiro Escudeiro Alfaiate  Barbeiro	Alcaide Mordomo Mordomo Escrivão Confrade
<b>1456</b>	Gil Gonçalves	Alfaiate	Mordomo
<b>1457</b>	João Murzelo Gil Gonçalves Façanha Gil Gonçalves Lopo Gomes Façanha Luís Lourenço  João Afonso	Escudeiro Escudeiro Alfaiate Escudeiro Escudeiro/Prioste do Cabido Barbeiro	Alcaide/Mordomo Alcaide Mordomo Confrade Confrade  Confrade
<b>1458</b>	João Murzelo Afonso Dias de Espinho Nuno Afonso	  Criado de Martim Lourenço	Alcaide Mordomo Escrivão
<b>1459</b>	Gonçalo Pires Lobo Luís Lourenço  Gil Gonçalves Gonçalo Gonçalves João Lobo João Afonso João Murzelo Lopo Gomes Pestana Martim Lopes Lobo	Escudeiro/Prioste do Cabido Alfaiate   Seleiro Escudeiro Escudeiro Cavaleiro	Alcaide Alcaide  Mordomo Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1461</b>	Luís Lourenço  Gil Gonçalves Façanha Lopo Gomes Pestana Fernão Gonçalves Fernão Carvalho João Lobo João Afonso João Murzelo	Escudeiro/Prioste de Cabido Escudeiro Escudeiro  Cavaleiro  Seleiro Escudeiro	Alcaide Mordomo Confrade Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1462</b>	 Gil Gonçalves Façanha	 Escudeiro	 Mordomo
<b>1463</b>	Luís Lourenço Gil Gonçalves Façanha	Escudeiro/Prioste do Cabido Escudeiro	Alcaide  Mordomo
<b>1464</b>	Fernão Carvalho Gil Gonçalves Façanha João Maçanos Lopo Façanha João Afonso Vasco Martins de Pavia	Cavaleiro Escudeiro   Ourives	Alcaide Mordomo Mordomo Mordomo Confrade Confrade

	Fernão Correia		Confrade	
<b>1465</b>	Gil Gonçalves Façanha	Escudeiro	Mordomo	
<b>1466</b>	Rui Martins de Vila Lobos	Escrivão da Almotaçaria/Cavaleiro e Escudeiro do Rei	Alcaide	
	Luis Lourenço	Escudeiro/Prioste de Cabido	Alcaide	
	Gil Gonçalves Façanha	Escudeiro	Mordomo	
	João Maçanos		Mordomo	
	Lopo de Mariz	Cavaleiro	Confrade	
	Fernão Carvalho	Cavaleiro	Confrade	
	Lopo Façanha		Confrade	
	Lopo Nunes Nuno Fernandes		Confrade Confrade	
<b>1467</b>	Gil Gonçalves Façanha	Escudeiro	Mordomo	
<b>1468</b>	Luis Lourenço	Escudeiro/Prioste do Cabido	Alcaide	
	Gil Gonçalves Façanha	Escudeiro	Mordomo	
<b>1469</b>	Gonçalo Pires Lobo Luis Lourenço	Escudeiro/Prioste do Cabido	Alcaide Alcaide	
	Nuno Fernandes Garamaxo Gil Gonçalves Façanha João Lobo Vasco Fernandes Garamaxo	Escudeiro	Alcaide Mordomo Mordomo Confrade	
	<b>1470</b>	Gil Gonçalves Façanha Gil Gonçalves	Escudeiro Alfaiate	Mordomo Mordomo
	<b>1471</b>	Luis Lourenço	Escudeiro/Prioste do Cabido	Alcaide
		Nuno Fernandes Garamaxo Afonso Anes do Couto Lopo Gomes Pestana Gil Gonçalves Façanha Rui Martins de Vila Lobos	Escudeiro Escudeiro Escrivão Almoxarifado Escudeiro e Cavaleiro	Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade
Lopo Façanha			Confrade	
<b>1472</b>		Luis Lourenço	Escudeiro/Prioste do Cabido	Alcaide
		Afonso Anes do Couto Gil Gonçalves Façanha	Escudeiro	Mordomo Mordomo
	<b>1473</b>	Rui Martins de Vila Lobos	Escrivão do Almoxarifado/Escudeiro e Cavaleiro do Rei	Alcaide
Vasco Martins de Pavia João Maçanos Afonso Anes do Couto Gil Gonçalves Façanha Luis Lourenço		Escudeiro/Prioste do	Alcaide Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo	

	Rui Martins Simão Gonçalves Fernão Correia Fernão de Carvalho Lopo Façanha Luís Mendes	Cabido  Tecelão  Cavaleiro	Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1474</b>	Fernão Carvalho João Maçanos Rui Mendes Godinho Vasco Martins de Pavia Lopo Façanha Fernão Correia	Cavaleiro	Alcaide Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade
<b>1475</b>	Fernão Carvalho João Maçanos Lopo Façanha Fernão Correia	Cavaleiro	Alcaide Mordomo Confrade Confrade
<b>1476</b>	Rui Martins de Vila Lobos  João Maçanos Fernão de Carvalho Lopo de Mariz Lopo Façanha Fernão Correia	Escrivão da Almoxarifado/Escudeiro e Cavaleiro do Rei  Cavaleiro Cavaleiro	Alcaide  Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade



**Quadro III**  
**Corpos Administrativos da Confraria**  
**do Corpo de Deus de Santo Antoninho**  
**(entre 1380 - 1389)**

<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Estatuto Sócio-Económico</b>	<b>Cargo</b>
<b>1380</b>	Fernão Gonçalves	Criado de Martim Afonso de Melo	Alcaide
	Martim Afonso Arnalho	Mercador	Alcaide
	João Afonso Ravasco		Mordomo
	João Afonso	Talheiro	Mordomo
	Pedro Esteves David		Escrivão
	João Afonso		Confrade
	João Afonso		Confrade
	Estêvão Anes Rombo		Confrade
	Estêvão Anes Trigueiro	Pedreiro	Confrade
	Bartolomeu Afonso		Confrade
	Afonso Marques		Confrade
	Vasco Rodrigues Façanha	Tabelião	Confrade
	Martim Pascoal		Confrade
	Afonso Eanes Astreiro	Almocreve	Confrade
Afonso Eanes Ronho		Confrade	
Rui Gonçalves	Ferrador	Confrade	
<b>1381</b>	Estêvão Vicente	Albardeiro	Mordomo
	Afonso Peres		Mordomo
	João Afonso	Talheiro	Mordomo
	João Estolar		Confrade
	João Salvado, o novo		Confrade
	Gonçalo Giraldes	Piliteiro	Confrade
	Pedro Esteves		Confrade
	Afonso Eanes	Ferrador	Confrade
	Luís Martins	Escudeiro / Procurador	Confrade
	Afonso Peres Bonzelho	Escudeiro	Confrade
	Vicente Lourenço		Confrade
	Pedro Esteves		Confrade
Afonso Peres Galego		Confrade	
<b>1383</b>	Fernão Gonçalves	Mercador	Alcaide
	Estêvão Vicente	Albardeiro	Mordomo
	Afonso Peres Galego		Mordomo
	João Rodrigues	Ourives	Confrade
	Martim Anes Condisinho		Confrade
	Vasco Rodrigues Façanha		Confrade
Lopo Fernandes Astreiro		Confrade	
<b>1386</b>	Martim Anes		Alcaide
	Álvaro Martins		Mordomo
	João Esteves		Confrade

1387	<p>Gonçalo Durães  Estêvão Anes  Vicente Lourenço  João Rodrigues  Martim Eanes  Fernão Martins  Martim Afonso Arqueiro  João Cabreira  Lourenço Caldeira  João Afonso Ravasco  Gonçalo Fava  João Salvado, o novo  Martim Pascoal  João Salvado, o velho  Estêvão Anes  Lopo Fernandes Astreiro  Fernão Gonçalves  Álvaro Peres Mãos Boas</p>	<p>Ourives  Ferrador  Ourives    Tabelião      Almocreve    Alferes    Mercador</p>	<p>Alcaide  Alcaide  Mordomo  Mordomo  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade</p>
1388	<p>Estêvão Anes  Vicente Lourenço  João Rodrigues  Pedro Esteves David  João Negreiros  Estêvão Rodrigues Façanha  Afonso Peres    Pedro Esteves  Fernão Martins  Gonçalo Giraldes</p>	<p>Ourives  Ferrador    Ourives    Atafoneiro/Homem de  Afonso Dias  Lavrador  Tabelião  Piliteiro</p>	<p>Alcaide  Mordomo  Mordomo  Escrivão  Confrade  Confrade  Confrade    Confrade  Confrade  Confrade</p>
1389	<p>Fernão Gonçalves  João Esteves  Estêvão Anes  Martim Pascoal  Álvaro Peres Mãos Boas  João Rodrigues  Afonso Anes</p>	<p>Mercador    Tosador  Almocreve    Ourives</p>	<p>Alcaide  Mordomo  Mordomo  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade</p>
1390	<p>Alvaro Peres Mãos Boas  João Esteves  Pedro Esteves David  João Anes  Estêvão David  Gonçalo Giraldes  Lourenço Peres  João Lourenço  Afonso Peres  Estêvão Rodrigues Façanha  Fernão Gonçalves  Martim Pascoal  Estêvão Anes  Estêvão Anes</p>	<p>Mercador  Cónego    Pedreiro    Piliteiro  Ovelheiro  Criado de Fernão Gonçalves    Mercador  Almocreve  Ourives</p>	<p>Alcaide  Mordomo  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade</p>

	Domingos Eanes	Tosador	Albergueiro
<b>1391</b>	João Afonso Estêvão Anes Vicente Lourenço Fernão Gonçalves Lourenço Afonso Astreiro Gil Martins João Rodrigues Pedro Esteves David Gonçalo Fava Matim Anes Cabeça de Malho Lopo Fernandes Astreiro Gonçalo Durães Pedro Fernandes Astreiro Martim Pascoal	Escrivão da Câmara Alferes  Mercador  Portageiro Ourives        Almocreve	Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1403</b>	Luis Barriga Martim Anes Calça		Confrade Confrade
<b>1404</b>	Martim Pascoal Vicente Peres Mãos Boas Lopo Fernandes Astreiro Pedro Afonso da Guarda Gonçalo Afonso João Afonso Mãos Boas Nuno Martins Álvaro Martins	Almocreve   Tecelão	Alcaide Mordomo Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1406</b>	Diogo Afonso Mealha João Rodrigues Estêvão Anes Lameira Mem Rodrigues Astreiro Vicente Peres Mãos Boas Aires Gonçalves Afonso Fernandes Lourenço Esteves, Palmeiro João do Pombal Martim Anes, Cabeça de Malho Nuno Martins Afonso Fernandes Vasco Rodrigues Façanha Lopo Fernandes Astreiro Lopo Peres Aires Gonçalves Afonso Fernandes Bento Esteves	Ourives Tabelião   Tecelão  Alfaiate   Tecelão   Tecelão	Alcaide Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1407</b>	Rui Salvado Diogo Afonso Mealha João Rodrigues Nuno Martins Luís Banga Afonso Fernandes	Ourives       Tecelão	Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade

	Lopo Fernandes João de Pombal Mem Rodrigues Astreiro Diogo Afonso Astreiro	Alfaiate	Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1408</b>	Rui Gonçalves Lourenço Rodrigues Lourenço Fernandes Condesso Rui Gonçalves Martim Anes Cabeça de Malho Lourenço Anes Astreiro Mem Rodrigues Astreiro Luís Banga Vasco Rodrigues Façanha Álvaro Fernandes  Fernão Gonçalves Álvaro Afonso	Carcereiro Mercador  Carcereiro  Escudeiro/Escrivão das Sisas Cavaleiro Mercador	Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade  Confrade Confrade
<b>1412</b>	Estêvão Anes Martim Pascoal Vicente Lourenço Pedro Esteves David Gomes Anes João Esteves Lopo Fernandes Astreiro Gonçalo Durães Gonçalo Vasques	Alferes Almocreve	Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1413</b>	Gonçalo Fava Gonçalo Durães João Rodrigues Afonso Anes Afonso Vicente Lourenço Anes Lopo Fernandes Astreiro Fernão Gonçalves	Ourives  Mercador	Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Confrade Confrade
<b>1414</b>	Pedro Rodrigues Martim Anes Lourenço Fernandes João Anes Martim Anes	Mercador  Ferrador	Alcaide Mordomo Mordomo Confrade Confrade
<b>1421</b>	Gonçalo Durães		Alcaide
<b>1434</b>	Gonçalo Lourenço Astreiro Gonçalo Enes Ponços Fernão Peres Jerónimo Afonso Lopo Dias  Pedro Gomes Cabelinhos	Escrivão dos Contos e dos Orfãos	Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade  Confrade

<b>1435</b>	Álvaro Vasques	Criado de Martim Afonso de Melo	Alcaide
	Gonçalo Lourenço Condense		Alcaide
	Gonçalo Lourenço Astreiro		Alcaide
	Pedro Fernandes	Criado de Martim Afonso de Melo	Mordomo
	Rodrigo Alvares		Confrade
	Lopo Dias	Escrivão dos Contos e dos Orfãos	Confrade
	Gonçalo Martins		Confrade
	Gonçalo Martins	Tabelião	Confrade
<b>1436</b>	Mestre Jerónimo	Cirurgião	Alcaide
	Álvaro Afonso	Tecelão	Mordomo
	Gonçalo Eanes Ponços		Confrade
	Mem Rodrigues		Confrade
<b>1437</b>	Diogo Lopes Brandão	Escudeiro	Alcaide
	Mestre Jerónimo	Cirurgião	Alcaide
	Vasco Rodrigues Façanha	Escudeiro	Alcaide
	Gil Vasques Lourenço		Mordomo
	Álvaro Afonso	Tecelão	Mordomo
	Gil Martins	Portageiro	Escrivão
	Mem Rodrigues Astreiro		Confrade
	Diogo Lourenço	Porteiro do Concelho	Confrade
	Gonçalo Lourenço Condense		Confrade
	Gonçalo Lourenço		Confrade
	Lopo Dias	Escrivão dos C. e Orfãos	Confrade
	Gonçalo Eanes Ponços		Confrade
	Álvaro Vasques	Criado de M. A. Melo	Confrade
	Pedro Fernandes	Tecelão	Confrade
Vicente Gil	Alfageme	Confrade	
João Afonso de Seixas		Confrade	
<b>1439</b>	Rodrigo Anes	Tecelão	Alcaide
	João Murzello	Escudeiro	Alcaide
	Vicente Gil	Alfageme	Confrade
	Romero Esteves		Confrade
	Mestre Jerónimo	Cirurgião	Confrade
	João Vasques de Pedroso		Confrade
<b>1440</b>	Fernão Pires	Criado de João de Melo	Alcaide
	Estêvão Fernandes		Alcaide
	Álvaro Rodrigues		Mordomo
	João Afonso		Mordomo
	Álvaro Fernandes		Confrade
	Gonçalo Lourenço		Confrade
	João da Murteira		Confrade
	Lopo Dias	Escrivão dos C. e Orfãos	Confrade
	Álvaro Rodrigues		Confrade
	Gonçalo Eanes Ponços		Confrade
Álvaro Fernandes	Safeiro	Confrade	

1444	Álvaro Fernandes Lopo Dias Afonso Tomé Afonso Vasques Fernão Martins João da Murteira Gonçalo Eanes Ponços Fernão Sanches Rui Gomes Astreiro Álvaro Vasques Afonso Esteves	Escudeiro/Escriv. das Sisas Escrivão dos C. e Órfãos  Alfaiate  Criado de M. A. de Melo	Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
1445	João Garcia Silvestre Anes Afonso Tomé Lopo Dias Álvaro Fernandes Mestre Jerónimo Afonso Esteves Rui Gomes Astreiro Fernão Sanches	Escudeiro Escudeiro  Cirurgião	Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
1446	Estêvão Faleiro Rodrigo Anes Fernão Sanches Lopo Dias Álvaro Fernandes Rui Gomes Astreiro	Tabelião Escudeiro  Escrivão dos C. e Órfãos Escudeiro/Escriv. Das Sisas	Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade
1447	Mestre Jerónimo Pedro Vaz Rodrigo Eanes  Estêvão Anes Faleiro Jorge Esteves João Gomes Cabelinhos Afonso Tomé Álvaro Fernandes Gonçalo Eanes Ponços Álvaro Gonçalves Lopo Dias João da Crisada	Cirurgião Criado de M. A. de Melo Criado de Álvaro Pires de Castro Tabelião  Escudeiro/Escriv. das Sisas  Seleiro Escrivão dos C. e Órfãos	Alcaide Alcaide Alcaide  Alcaide Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
1448	Mestre Jerónimo Pedro Dias Esteves Martins João Garcia Gomes Martins João Teixeira Gonçalo Lourenço Rodrigo Eanes João Gomes Cabelinhos	Cirurgião Escudeiro Picheleiro  Sapateiro Cavaleiro Picheleiro	Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
	João Martins Ferreira		Alcaide

<b>1449</b>	João Teixeira Fernão Martins Álvaro Fernandes Afonso Eanes Pedro Dias Estêvão Faleiro Gil Dias Estêvão Fernandes Rodrigo Eanes Gonçalo Eanes Ponços Antão Gonçalves Afonso Eanes João Vasques Diogo Afonso Luís Gomes Afonso Martins Afonso Anes	Cavaleiro Alfaiate Escudeiro/Escriv. das Sisas Tecelão Tabelião Tabelião Tabelião Criado de João de Melo Escrivão das Sisas  Cardador de Panos Tecelão Tabelião  Oleiro Safoeiro Amo de Vasco M. de Melo	Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1450</b>	Estêvão Fernandes Mem Lourenço Mem Lourenço João Afonso João Martins Rodrigo Eanes Diogo Afonso Filipe Esteves	Criado de João de Melo Tabelião Barbeiro Ourives Picheleiro Picheleiro Amo de D. Diogo de Castro	Alcaide Alcaide Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1451</b>	João de Oliveira Luís Gomes Estêvão Fernandes Mem Lourenço Fernão Alvares João Teixeira Gonçalo Eanes Ponços Rodrigo Anes Gil Dias Álvaro Pires Rombo Rodrigo Anes	Escudeiro Oleiro  Barbeiro Sapateiro Cavaleiro  Picheleiro Tabelião Criado del Rei Escrivão dos Órfãos	Alcaide Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1452</b>	Álvaro Afonso Restolho	Escudeiro/Besteiro da Câmara del Rei	Alcaide
<b>1453</b>	Martim Esteves Boto Gonçalo Eanes Estêvão Fernandes Álvaro Fernandes Gonçalo Sá Mem Lourenço	Caldeireiro Criado de João de Melo Escudeiro/Escriv. das Sisas  Barbeiro	Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1454</b>	Álvaro Fernandes Gil Dias Pedro Dias Gonçalo Eanes	Escudeiro/Escriv. das Sisas Tabelião Escudeiro Caldeireiro	Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo

	João Aires Álvaro Afonso Restolho João Martins João Afonso Álvaro Gonçalves Gonçalo Lourenço Diogo Afonso João Rodrigues João Vaz	Serieiro Besteiro da Câmara del Rei Picheleiro Ourives Seleiro  Corrieiro Criado de Gil de Sande	Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1457</b>	Álvaro Fernandes Pedro de Castro Fernão Gonçalves	Seleiro	Alcaide Alcaide Mordomo
<b>1458</b>	Gonçalo Lourenço Álvaro Fernandes Fernão Martins Vasco Afonso Álvaro Pais Estêvão Fernandes Gil Dias Álvaro Gonçalves	Escudeiro/Escriv. das Sisas Alfaiate  Mercador Criado de João de Melo Tabelião Seleiro	Alcaide Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1459</b>	João Leal Álvaro Anes Álvaro Gonçalves Vasco Afonso João Vasques Pedro de Castro Estêvão Faleiro Pedro Dias	Escrivão das Portagens Seleiro  Tabelião Tabelião	Alcaide Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
<b>1460</b>	João Vaz João Afonso Pedro Dias João Afonso Gonçalo Lourenço Álvaro Anes Pedro de Castro Estêvão Faleiro João de Oliveira João Martins Álvaro Fernandes Fernão Afonso Batel Álvaro Fernandes Álvaro Afonso Restolho Diogo Nogueira Rui Salvado Gonçalo, o Velho João Teixeira João Lourenço	Siseiro Ourives Tabelião Picheleiro  Escrivão das Portagens  Tabelião Escudeiro Picheleiro Picheleiro  Safoeiro Besteiro da Câmara del Rei  Tabelião Cavaleiro Tabelião	Alcaide Alcaide Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
	Rui Salvado João de Oliveira	Escudeiro	Alcaide Alcaide



1461	<p>Martim Alvares Vaz  João Fernandes  Fernão Alvares  Diogo Afonso  João Afonso  Álvaro Fernandes  Fernão Afonso Batel  Gonçalo Eanes Ponços  Álvaro Afonso Restolho  Álvaro Gonçalves  João Afonso  Gil Dias  Pedro Rodrigues  Gil Anes Varela  Álvaro Gonçalves</p>	<p>Escudeiro/Criado do Bispo  Picheleiro  Sapateiro    Picheleiro  Picheleiro    Besteiro Da Câmara del Rei  Seleiro  Ourives  Tabelião  Corrieiro    Siseiro</p>	<p>Alcaide  Mordomo  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade</p>
1462	<p>Gonçalo Eanes Ponços  Martim Alvares Vaz  Martim Gonçalves  João Fernandes  Vasco Fernandes  Fernão de Eanes  Álvaro Afonso Restolho  Diogo Afonso  Rui Salvado  João Afonso  Lopo Dias Tinoco  Fernão Vaz  Álvaro Pais  Álvaro Fernandes  Gil Dias  Pedro de Castro</p>	<p>Escudeiro/Criado do Bispo  Picheleiro  Picheleiro    Besteiro da Câmara del Rei    Ourives    Escrivão dos C. e Órfãos  Escudeiro  Mercador  Picheleiro</p>	<p>Alcaide  Alcaide  Mordomo  Mordomo  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Alcaide / Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade</p>
1463	<p>Estêvão Fernandes  Fernão Afonso  Rui Gonçalves  Mem Lourenço  Rui Salvado  Álvaro Pais  João Gonçalves  Diogo Afonso  Gonçalo Eanes Ponços  João Afonso  Martim Alvares Vaz  Álvaro Afonso Restolho  Gil Dias  Luís Gomes  Pedro Alvares</p>	<p>Criado de João de Melo    Carcereiro  Barbeiro    Mercador  Trapeiro  Escudeiro do Rei    Ourives  Escudeiro/Criado do Bispo  Besteiro da Câmara del Rei    Tabelião  Oleiro</p>	<p>Alcaide  Mordomo  Albergueiro  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade  Confrade</p>
	<p>Gonçalo, o Velho  Estêvão Fernandes  Fernando Afonso</p>	<p>Tabelião  Criado de João de Melo  Serieiro</p>	<p>Alcaide  Alcaide  Mordomo</p>

1464	Fernão Afonso Esparradão João Lourenço João Afonso Álvaro Pais Lopo Dias Tinoco Martim Alvares Vaz Álvaro Peres Testudo João Afonso Diogo Afonso Gil Dias Fernão Martins  Gonçalo Lourenço Pedro Dias Fernão de Eanes	Picheleiro Mercador  Escudeiro/Criado do Bispo  Picheleiro Escudeiro do Rei Tabelião Escudeiro/Criado de João de Melo  Tabelião	Mordomo Escrivão Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
1467	Álvaro Fernandes Vasco Afonso Silvestre Gonçalves Fernão Martins	Raçoeiro  Escudeiro/Criado de João de Melo	Confrade Confrade Confrade Confrade
1468	Rui Fernandes  Álvaro Fernandes João de Estremoz João Afonso Estêvão Fernandes Martim Batalha João Aires João Rodrigues Gonçalo Esteves Álvaro Fernandes	Escudeiro/Criado de D. Diogo de Castro Safoeiro Barbeiro  Corrieiro Tecelão	Alcaide  Alcaide Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
1469	João Afonso Estêvão Fernandes João de Estremoz João Martins	Ourives Criado de D. João de Melo Barbeiro Picheleiro	Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo
1470	Nuno Garamaxo Gonçalo Vaz Guisado Álvaro Vaz Pedro Afonso Mamede Martim Guarduxo Estêvão Anes Barriga João Martins João Afonso Vasco Afonso Mem Lourenço Luís Gomes Rodrigo Alvares Vasco Rodrigues Façanha Estêvão Fernandes Rodrigo Anes Carvalho	Criado de M.A. de Melo  Tosador  Picheleiro Ourives  Barbeiro Oleiro Criado de M. A. de Melo Escudeiro Criado de João de Melo Escudeiro del Rei	Alcaide Alcaide Alcaide Alcaide Mordomo Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade

	Rui Salvado Lourenço Astreiro João de Montemor Lopo Dias Lopo Esteves Olhinhos Pedro Anes João Da Pousada	Almoxarife Escrivão dos C. e Órfãos	Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
1471	Aires Pires Varela Pedro Afonso João de Estremoz João Martins João Afonso Martim Batalha Estêvão Fernandes	Barbeiro Picheleiro Picheleiro  Criado de João de Melo	Alcaide Alcaide Mordomo Escrivão Confrade Confrade Confrade
1472	Pedro de Aires Diogo Dias João de Estremoz	Barbeiro	Alcaide Alcaide Mordomo
1473	Pedro de Arraiolos  Pedro Boto Rodrigo Anes Diogo Dias Pedro de Aires João de Estremoz João Rodrigues Mem Colaço Mem Lourenço Rodrigo Carvalho Álvaro Gonçalves João Martins Lopo Façanha João Gonçalves Pedro Dias Rodrigo Anes Carvalho Martim Batalha Vasco Afonso	Escudeiro/Criado do Infante D. Fernando Escudeiro do Príncipe Escrivão dos Órfãos Tabelião  Barbeiro Corrieiro Escudeiro do Cde. D. Pedro Barbeiro  Seleiro  Trapeiro Tabelião Escudeiro del Rei	Alcaide  Alcaide Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
1475	Diogo Lopes de Seabra João Vaz Fernão de Eanes Afonso Fernandes Martim Batalha João Afonso	Siseiro  Ourives	Alcaide Alcaide Mordomo Escrivão Confrade Confrade
1479	João Afonso Álvaro Anes Álvaro Gonçalves Estêvão Fernandes João Martins Gonçalo Eanes Ponços Álvaro Fernandes	Ourives Escrivão das Portagens Seleiro Criado de João de Melo Picheleiro  Raçoeiro	Alcaide Alcaide Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade

	João Rodrigues João Teixeira	Torneiro Cavaleiro	Confrade Confrade
<b>1489</b>	Estêvão Fernandes Diogo Gonçalves Silvestre Afonso Lourenço Pedro Boto Fernão Vaz Martim Batalha Vasco Afonso Barreto João Eanes	Criado de João de Melo  Escudeiro do Príncipe Escudeiro Escudeiro  Alfaiate	Alcaide Alcaide Mordomo Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade

**Quadro IV**  
**Testamentos e Doações**  
 Registados nas confrarias eborenses

CONFRARIAS	NOME	ESTATUTO SÓCIO-ECONÓMICO	DATA	IDENTIFICAÇÃO
<b>Corpo de Deus De Santo Antoninho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fernão Dias</li> <li>• João Lourenço Astreiro</li> <li>• Gonçalo Martins</li> <li>• João Lourenço Astreiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Azeiteiro</li> <li>• Tabelião</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1467</li> <li>• 1436</li> <li>• 1437</li> <li>• 1446</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> </ul>
<b>Homens Bons Que Foram a Jerusalém</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afonso Peres Braganção e esposa</li> <li>• Catarina Peres</li> <li>• Afonso Anes Maceira e esposa</li> <li>• Rui Lourenço Murzelo e esposa</li> <li>• Clara Anes</li> <li>• Rodrigo Eanes e esposa</li> <li>• Catarina Anes</li> <li>• João Lameira</li> <li>• Beatriz Gomes</li> <li>• Beatriz Aires</li> <li>• Diogo Lourenço</li> <li>• Domingos</li> <li>• Gil de Burgos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escudeiro do Rei</li> <li>• Lavrador</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1385</li> <li>• 1387</li> <li>• 1388</li> <li>• 1409</li> <li>• 1412</li> <li>• 1420</li> <li>• 1426</li> <li>• 1442</li> <li>• 1446</li> <li>• 1476</li> <li>• 1415</li> <li>• 1409</li> <li>• 1465</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> <li>• Testamento</li> <li>• Doação</li> </ul>
<b>São Gião</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Lameira</li> <li>• Mor Ganca (?)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1446</li> <li>• 1472</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doação</li> <li>• Doação</li> </ul>
<b>São João</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fernão Martins Pestana</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1409</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doação</li> </ul>
<b>Santo Espírito da Sé</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vasco Lourenço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criado do regente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1448</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doação</li> </ul>

**Quadro V**  
**Inscrições múltiplas constantes nas diferentes confrarias**

<b>NOME</b>	<b>ESTATUTO SÓCIO-ECONÓMICO</b>	<b>DATA</b>	<b>CONFRARIA</b>	<b>CARGO</b>
Afonso Fernandes	Telheiro	1439	São Gião	Alcaide
		1453	Corpo de Deus da Sé	Mordomo
		1454	Corpo de Deus da Sé	Mordomo
Afonso Vicente	Carpinteiro	1395	Corpo de Deus da Sé	Confrade
		1410	Homens Bons que forma a Jerusalém	Confrade
Alvaro Pires de Aguiar	Hortelão	1438	Homens Bons que forma a Jerusalém	Escrivão
		1439	Homens Bons que forma a Jerusalém	Escrivão
		1442	Homens Bons que forma a Jerusalém	Escrivão
		1443	Homens Bons que forma a Jerusalém	Escrivão
		1444	Homens Bons que forma a Jerusalém	Escrivão
		1454	São Gião	Confrade
		1455	São Gião	Alcaide
		1456	São Gião	Escrivão
		1467	São Gião	Alcaide
		1468	São Gião	Alcaide
		1469	São Gião	Confrade
		1470	São Gião	Escrivão
		1472	São Gião	Escrivão
1473	São Gião	Escrivão		
Fernão Gonçalves	Cavaleiro	1387	Homens Bons que forma a Jerusalém	Confrade
		1409	Corpo de Deus de Santo Antoninho	Confrade

João Afonso	Escrivão da Câmara	1391 1407 1412	Corpo de Deus de Santo Antoninho Homens Bons que forma a Jerusalém Homens Bons que forma a Jerusalém	Alcaide Confrade Confrade
João Afonso	Ourives	1450 1454 1460 1461 1462 1463 1464 1469 1470 1475 1479	Corpo de Deus de Santo Antoninho Corpo de Deus de Santo Antoninho Corpo de Deus de Santo Antoninho Corpo de Deus de Santo Antoninho Corpo de Deus de Santo Antoninho Corpo de Deus de Santo Antoninho Homens Bons que Foram a Jerusalém Corpo de Deus de Santo Antoninho Corpo de Deus de Santo Antoninho Corpo de Deus de Santo Antoninho Corpo de Deus de Santo Antoninho	Escrivão Confrade Alcaide Confrade Confrade Confrade Confrade Alcaide Confrade Confrade Alcaide
João do Couto		1433 1443 1443 1448	Santo Espírito da Sé Santo Espírito da Sé Corpo de Deus da Sé Santo Espírito da Sé	Confrade Confrade Alcaide Confrade
João Martins de Pina	Escudeiro	1433 1434 1435 1448	São João São João São João Santo Espírito da Sé	Alcaide Alcaide Confrade Confrade
João Murzelo	Escudeiro (1420)	1426 1437 1439 1443 1445 1446 1447 1449	Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Corpo de Deus de Santo Antoninho Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém	Confrade Confrade Alcaide Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade

João Oliveira	Escudeiro	1448 1460	Santo Espírito da Sé Corpo de Deus de santo Antoninho	Confrade Confrade
Lourenço Esteves Palmeiro		1406 1439 1443 1444	Corpo de Deus de Santo Antoninho Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém	Confrade Mordomo Mordomo Confrade
Lourenço Vicente Bavainho		1426 1428 1431 1435 1462	Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém São Gião São Gião São Gião	Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade
Lopo Afonso	Peneireiro	1381 1383 1384 1385 1388 1386 1393 1394 1399 1401 1405 1409 1410 1411 1412 1413	Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém Homens Bons que foram a Jerusalém São João Homens Bons que foram a Jerusalém S. João	Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Mordomo Confrade Mordomo Confrade
Lopo do Porto		1453 1468	Santo Espírito da Sé Corpo de Deus da Sé	Confrade Alcaide



Nuno Fernandes Garamaxo		1469	Homens Bons que foram a Jerusalém	Alcaide
		1470	Corpo de Deus de Santo Antoninho	Alcaide
		1471	Homens Bons que foram a Jerusalém	Alcaide
Rodrigo Anes da Regueira		1429	Santo Espírito da Sé	Alcaide
		1433	São João	Confrade
		1446	Homens Bons que foram a Jerusalém	Confrade
		1451	São João	Confrade
Rodrigo Anes Zeimoto		1443	Corpo de Deus da Sé	Confrade
		1450	São Bartolomeu	Alcaide
Rui Gonçalves	Carcereiro do Bispo	1409	Corpo de Deus de Santo Antoninho	Mordomo
		1419	Homens Bons que foram a Jerusalém	Confrade
		1426	Homens Bons que foram a Jerusalém	Confrade
Vasco Afonso Barneto		1450	São Bartolomeu	Alcaide
		1489	Corpo de Deus de Santo Antoninho	Confrade
Vasco Lourenço Bocarro		1411	São João	Confrade
		1412	Corpo de Deus da Sé	Confrade
Vasco Martins Galvão		1410	São Gião	Alcaide
		1448	Santo Espírito da Sé	Confrade
Vasco Rodrigues Façanha	Escudeiro (1390)	1390	Corpo de Deus de Santo Antoninho	Confrade
		1393	Corpo de Deus de Santo Antoninho	Confrade
		1426	Homens Bons que foram a Jerusalém	Confrade
		1437	Coro de deus de Santo Antoninho	Alcaide
		1439	Homens Bons que foram a Jerusalém	Alcaide
		1444	Corpo de deus de Santo Antoninho	Confrade
		1447	Corpo de Deus de Santo antoninho	Confrade
1470	Corpo de Deus de Santo Antoninho	Confrade		

**Quadro VI**  
**Famílias nas Confrarias Eborenses**

<b>FAMÍLIA/REPRESENTANTES</b>	<b>ESTATUTO SÓCIO-ECONOMÍCO</b>	<b>CONFRARIA</b>	<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DATA</b>
◆ Domingos Astreiro		C.D.S.A	Testemunha	1380
◆ Lopo Fernandes Astreiro			Confrade	1383
			Confrade	1387
			Confrade	1391
			Mordomo	1404
			Confrade	1406
			Confrade	1412
			Confrade	1413
◆ Pedro Fernandes Astreiro			Confrade	1391
◆ Mem Rodrigues Astreiro			Confrade	1406
			Confrade	1407
			Confrade	1408
			Confrade	1437
◆ Diogo Afonso Astreiro			Confrade	1407
◆ Lourenço Anes Astreiro			Confrade	1408
◆ João Lourenço Astreiro			Foreiro	1434
			Doador	1436
◆ Rui Gomes Astreiro			Confrade	1445

			Confrade	1446
◆ João Esteves Astreiro			Testemunha	1463
◆ Martim Esteves Boto		C.D.S.A. C.D.S. H.J.	Alcaide Testemunha Testemunha	1453 1460 1473
◆ Pero Boto	Escudeiro do Príncipe	C.D.S.A.  H.J. S. Bartolomeu	Alcaide Foreiro Foreiro Confrade Testemunha Testemunha	1473 1473 1475 1489 1475 1476
◆ Fernão Martins Brandão		C.D.S.	Confrade	1380
◆ Diogo Lopes de Brandão	Escudeiro	C.D.S.A.	Alcaide	1437
◆ Lourenço Vicente Cabelinhos		S. Gião	Confrade Confrade	1431 1445
◆ João Gomes Cabelinhos		C.D.S.A.	Confrade Confrade	1447 1448
◆ Pedro Gomes Cabelinhos		C.D.S.A.	Confrade Confrade	1447 1448
◆ Gonçalo Peres Cabelos		S.E.S.	Confrade Confrade Confrade	1433 1448 1453
◆ João Lourenço Cabelos			Confrade	1448

◆ Pedro Anes cabelos		S.E.S	Confrade Confrade Testemunha	1443 1448 1450
◆ Martim Anes Ceivacedo		S.E.S.	Confrade Escrivão Confrade	1429 1448 1455
◆ Mem Anes Ceivacedo			Confrade	1433
◆ Estêvão Condense		C.D.S.A.	Testemunha	1381
◆ Lourenço Fernandes Condense			Mordomo	1408
◆ Gonçalo Lourenço Condense			Alcaide Confrade	1435 1437
◆ Estêvão David		C.D.S.A.	Confrade Testemunha	1390 1412
◆ Pedro Esteves David			Escrivão Testemunha Testemunha Escrivão Confrade Confrade Confrade	1380 1381 1387 1388 1390 1391 1412
◆ Vasco Durães	Mercador	H.J.	Confrade Testemunha Confrade	1380 1387 1391
◆ João Durães	Alfaiate		Testemunha Testemunha	1381 1391

◆ Vicente Durães			Confrade	1385
◆ Gonçalo Durães		C.D.S.A.	Alcaide Confrade Confrade Alcaide	1387 1391 1412 1413
◆ Lopo Dias de Espinho	Escudeiro	H.J.	Alcaide Alcaide Alcaide	1410 1420 1422
◆ Gonçalo Dias de Espinho	Escudeiro		Confrade Testemunha Mordomo Alcaide Confrade	1419 1426 1428 1429 1437
◆ Afonso Dias de Espinho			Mordomo	1458
◆ Vasco Rodrigues Façanha	Escudeiro	C.D.S.A.	Confrade Confrade Confrade Testemunha Confrade Confrade Confrade Confrade Alcaide	1380 1383 1406 1407 1409 1426 1428 1437 1439
◆ Estêvão Rodrigues Façanha		C.D.S.A.	Confrade Confrade	1388 1390

◆ Vasco Martins Façanha		H.J.	Escrivão	1428
◆ Gil Gonçalves Façanha	Escudeiro	H.J.	Alcaide	1447
			Mordomo	1452
			Alcaide	1457
			Mordomo	1461
			Mordomo	1462
			Mordomo	1463
			Mordomo	1464
			Mordomo	1465
			Mordomo	1466
			Mordomo	1467
			Mordomo	1468
			Mordomo	1469
			Mordomo	1470
			Mordomo	1472
			Mordomo	1473
◆ Lopo Façanha		H.J.	Confrade	1474
◆ Martins Galvão		S.E.S.	Confrade	1448
◆ Vasco Martins Galvão		S.E.S.	Confrade	1448
◆ Nuno Martins Galvão		S.E.S.	Confrade	1448
			Confrade	1455
◆ Estêvão Martins Galvão		S.E.S.	Alcaide	1451
◆ Fernão Martins Galvão		S.E.S.	Alcaide	1455

◆ Nuno Fernandes Garamaxo		C.D.S.A. H.J.	Alcaide Alcaide Alcaide	1470 1469 1471
◆ Vasco Fernandes Garamaxo		H.J.	Confrade	1469
◆ Lopo Fernandes Lobo		H.J.	Confrade	1380
◆ Diogo Lopes Lobo	Cavaleiro	H.J.	Confrade	1385
◆ Martim Lopes Lobo	Cavaleiro	H.J.	Alcaide Alcaide Alcaide Alcaide Alcaide Alcaide	1393 1407 1409 1410 1426 1428
◆ Fernão Lopes Lobo	Cavaleiro	H.J.	Confrade Confrade	1426 1428
◆ Nuno Fernandes Lobo		H.J.	Alcaide Alcaide	1443 1446
◆ Álvaro Fernandes Lobo	Escudeiro	H.J.	Confrade	1450
◆ Álvaro Peres Mãos Boas	Mercador	C.D.S.A	Confrade Alcaide	1387 1390
◆ João Afonso Mãos Boas		C.D.S.A	Confrade	1404

◆ Vicente Peres Mãos Boas		C.D.S.A.	Confrade Confrade	1404 1406
◆ Rui Lourenço Murzelo		H.J.	Testemunha Doador	1394 1409
◆ João Murzelo		H.J.	Confrade Confrade Confrade Confrade Confrade Mordomo Foreiro Alcaide	1426 1437 1443 1445 1446 1447 1449 1439
◆ Lopo Murzelo		C.D.S.A.	Alcaide	1443
◆ Lopo Murzelo		H.J.	Confrade	1443
◆ Nuno Gonçalves de Pavia	Escudeiro	H.J.	Testemunha	1429
◆ Vasco Martins de Pavia	Cavaleiro	H.J.	Alcaide Alcaide Confrade	1464 1473 1474
◆ Fernão Martins Pestana		S. João	Doador Alcaide	1409 1411
◆ Lopo Gomes Pestana		S. João	Alcaide Alcaide	1433 1435
		H.J.	Alcaide Alcaide Alcaide Alcaide Confrade Confrade	1442 1443 1445 1446 1450

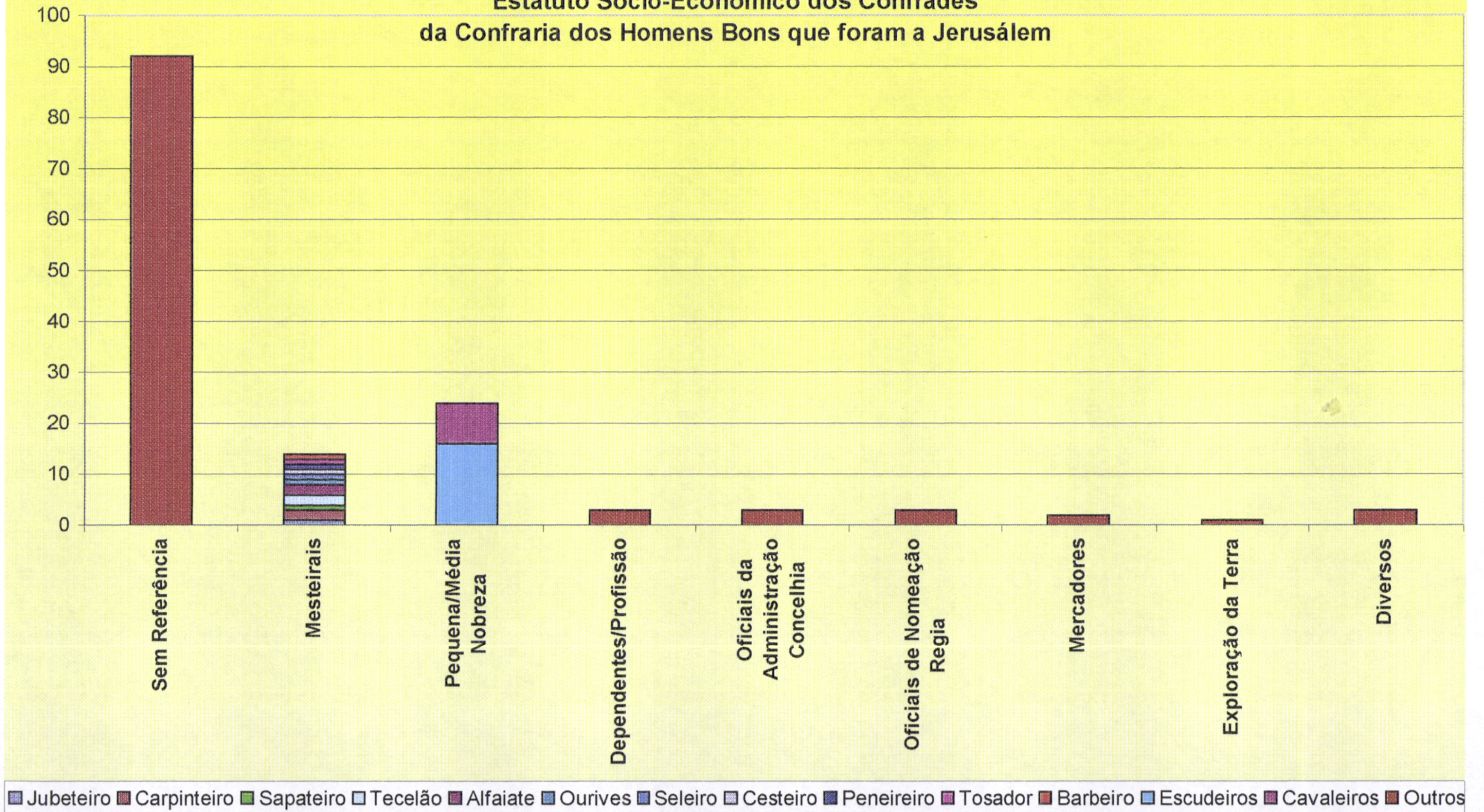


			Confrade	1459
			Alcaide	1461
◆ Martim Rodrigues Pestana	Escudeiro	S. Gião	Confrade	1430
◆ Pedro Afonso Pestana		S. Bartolomeu	Confrade	1474
◆ Vicente de Vilalobos	Cavaleiro	H.J.	Alcaide	1446
◆ Rui Martins de Vilalobos	Escrivão da Almotaxaria Cavaleiro/Escudeiro do duque de Guimarães	H.J.	Alcaide	1466
			Alcaide	1473
			Alcaide	1476
◆ Paio Rodrigues de Vilalobos	Cavaleiro do Rei	H.J.	Testemunha	1469

Abreviaturas utilizadas: H.J. - Hospital de Jerusalém; C.D.S.A. - Corpo de deus de Santo Antoninho; C.D.S. - Corpo de Deus da Sé; S.E.S. - Santo espírito da Sé



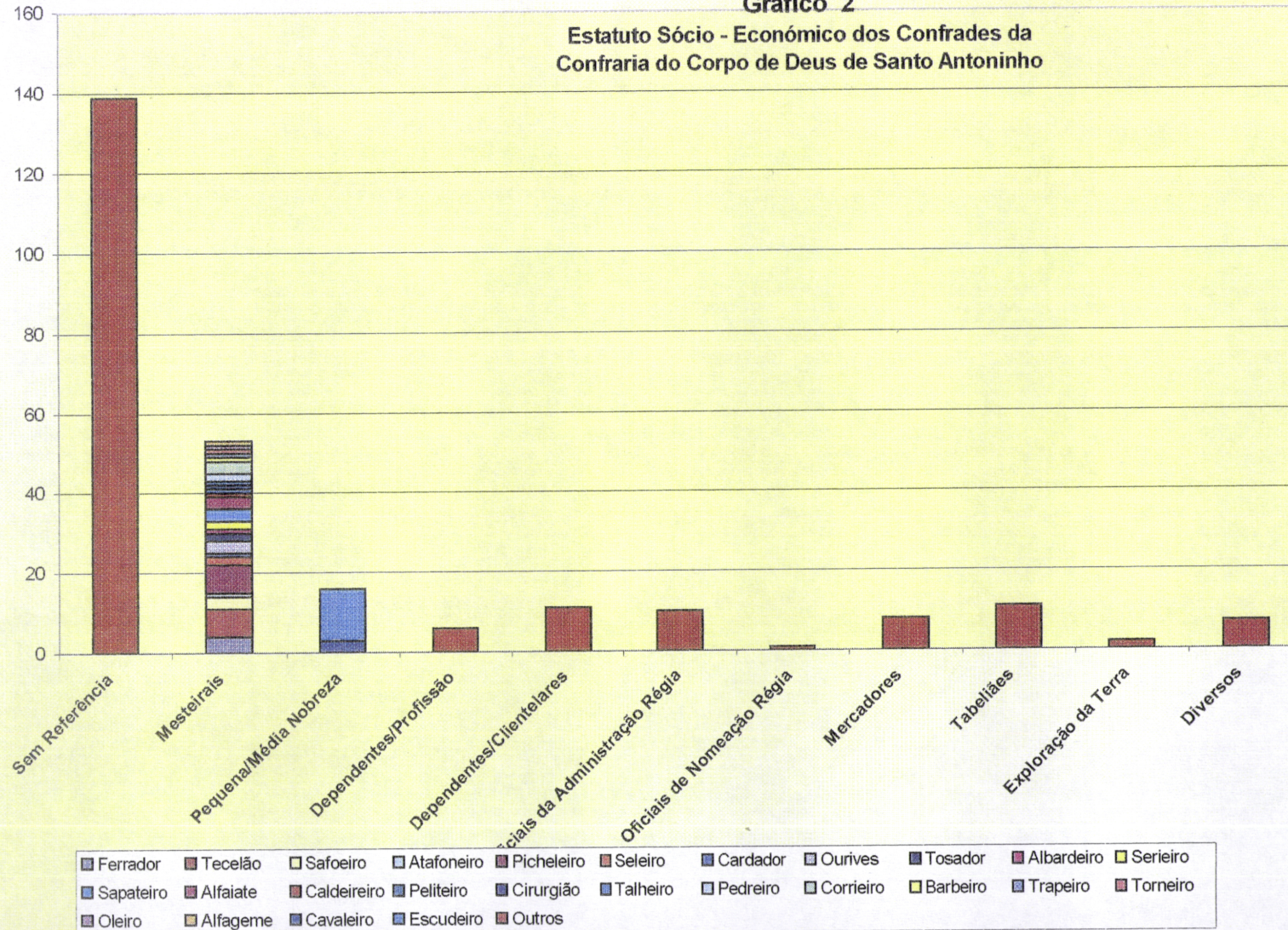
**Gráfico 1**  
**Estatuto Sócio-Económico dos Confrades**  
**da Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém**





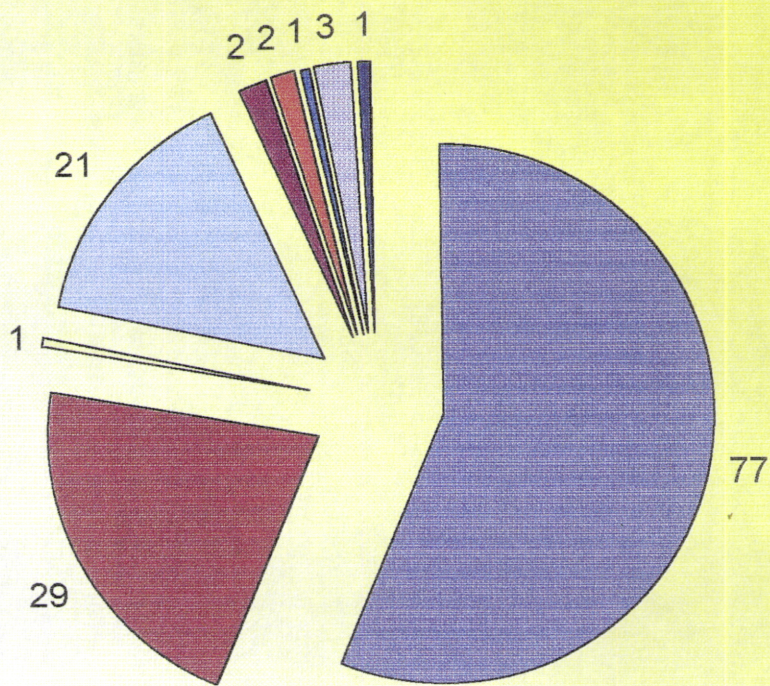
**Gráfico 2**

**Estatuto Sócio - Económico dos Confrades da  
Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho**





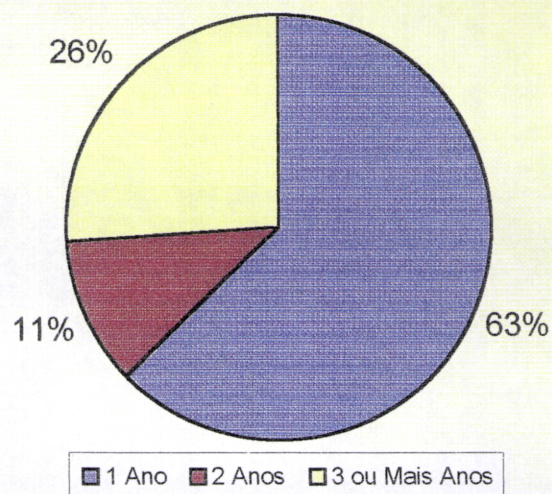
**Gráfico 3**  
**Estatuto Sócio - Económico dos**  
**Confrades de São Gião**



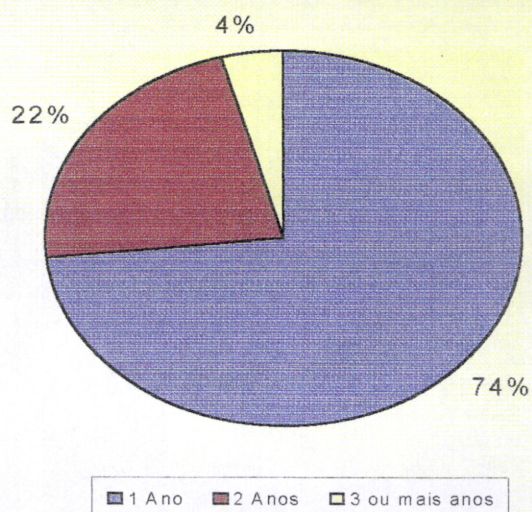
- |                                       |                       |
|---------------------------------------|-----------------------|
| ■ Sem Referência                      | ■ Mesterais           |
| ■ Dependentes/Profissão               | ■ Exploração da Terra |
| ■ Oficiais da Administração Concelhia | ■ Tabelião            |
| ■ Mercador                            | ■ Diversos            |
| ■ Pequena/Média Nobreza               |                       |



**Gráfico 4**  
**Permanência dos Confrades**  
**(Confraria dos Homens Bons que foram a**  
**Jerusalém)**

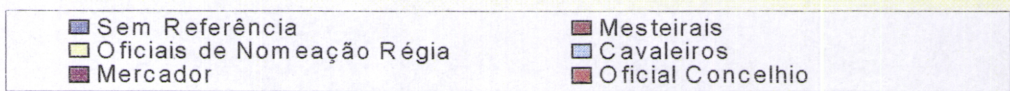
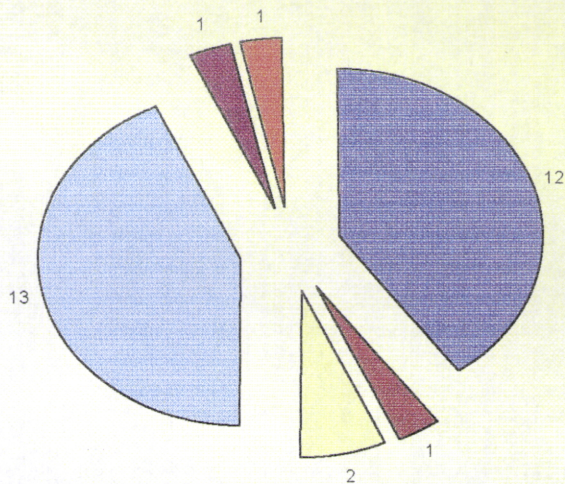


**Gráfico 5**  
**Permanência dos Confrades**  
**(Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho)**

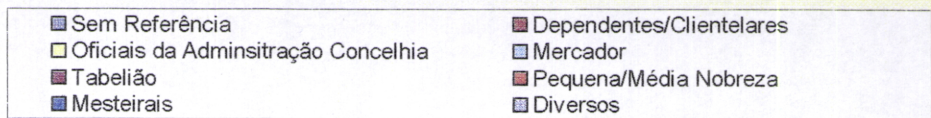
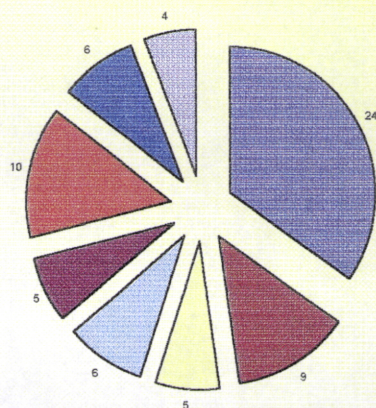




**Gráfico 6**  
**Estatuto Sócio-Económico dos Alcaides**  
**(Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém)**

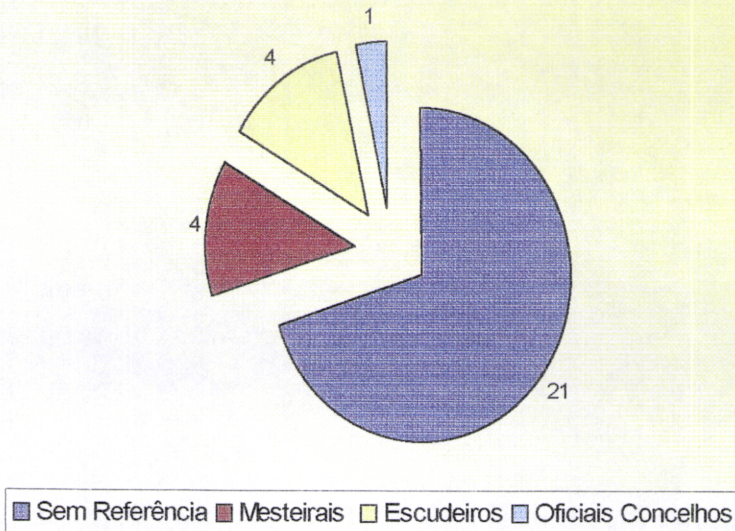


**Gráfico 7**  
**Composição Sócio-Económica dos Alcaides**  
**(Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho)**

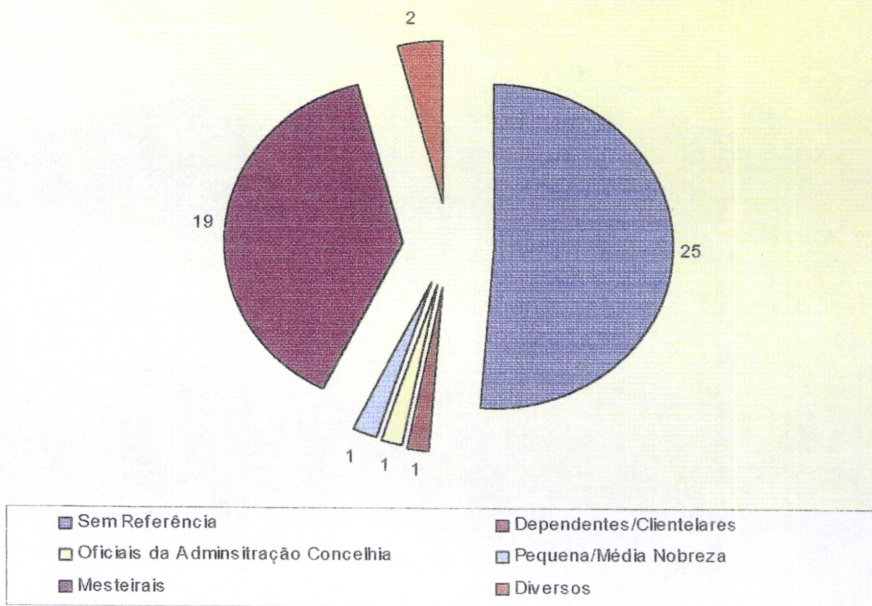




**Gráfico 8**  
**Estatuto Sócio-Económico Dos Mordomos**  
**(Confraria dos Homens Bons que Foram a Jerusalém)**

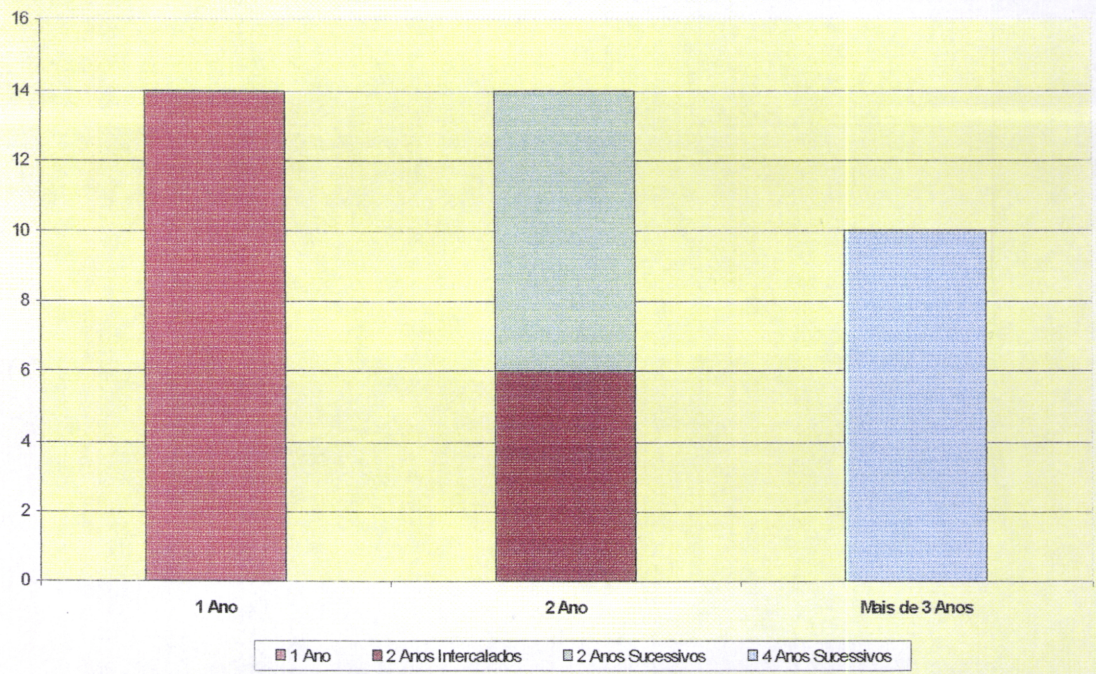


**Gráfico 9**  
**Estsatuto Sócio-Económico dos Mordomos**  
**(Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho)**





**Gráfico 10**  
**Rotatividade no Cargo de Alcaide**  
 (Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém)



**Gráfico 12**  
**Rotatividade no Cargo de Alcaide**  
 (Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho)

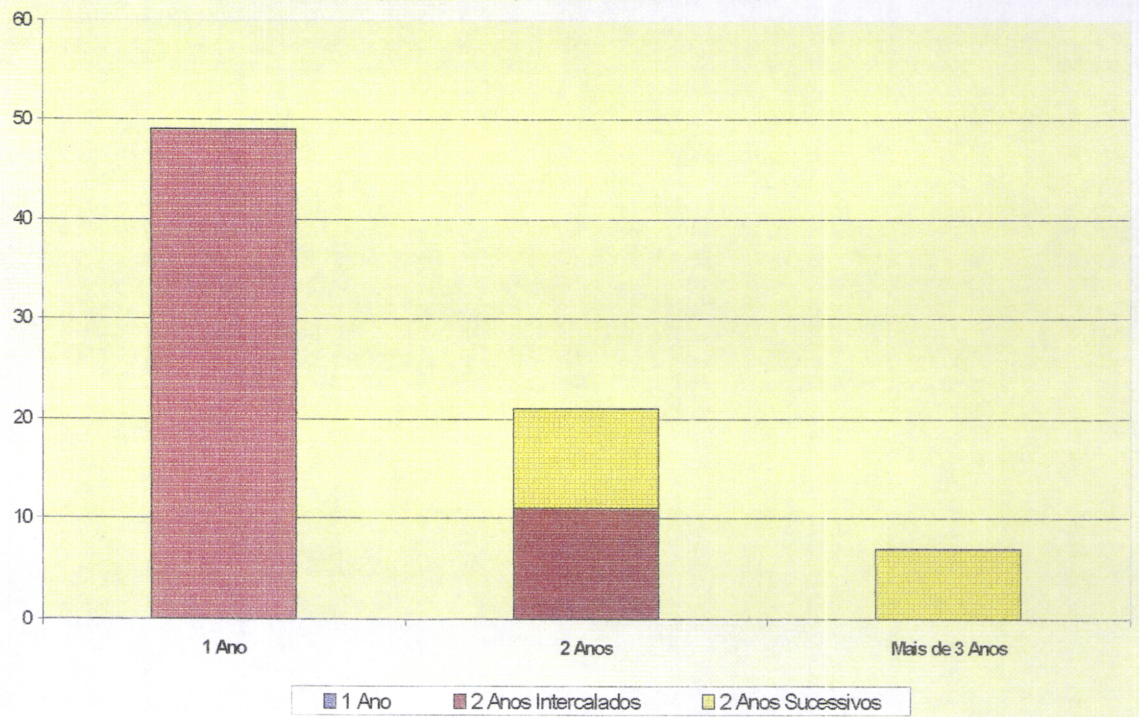




Gráfico 11  
 Rotatividade no Cargo de Mordomo  
 (Confraria dos Homens Bons que foram Jerusalém)

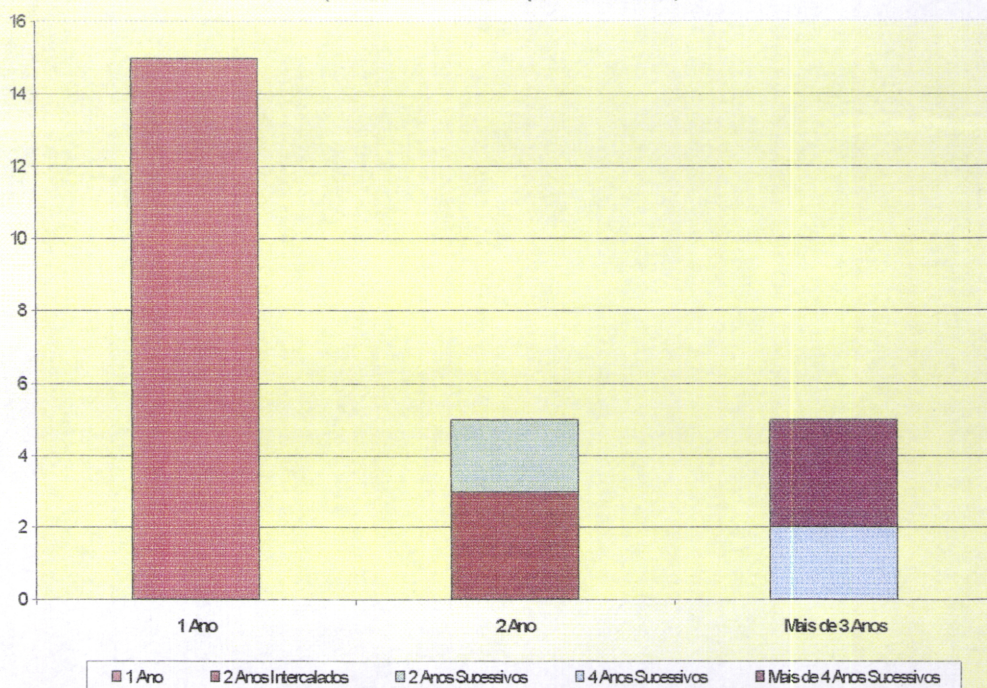
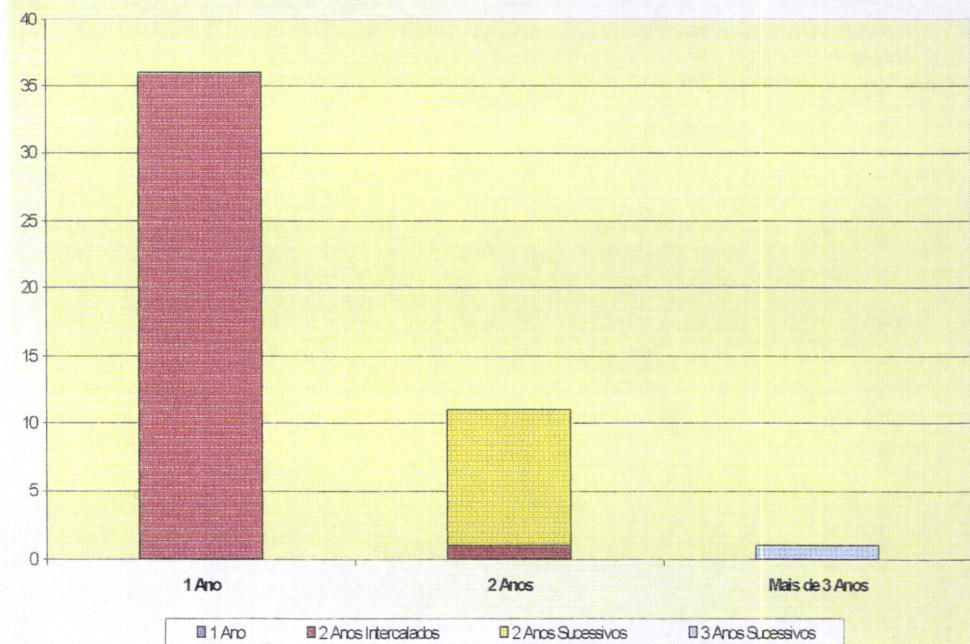


Gráfico 13  
 Rotatividade no Cargo de Mordomo  
 (Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho)





## Fontes

### Fontes Manuscritas

#### 1 - Arquivo Distrital e Évora

- ◆ A.D.E., *Misericórdia*, Lv.º 61.
- ◆ A.D.E., *Misericórdia*, Lv.º 62.
- ◆ A.D.E., *Misericórdia*, Lv.º 63.
- ◆ A.D.E., *Câmara Municipal*, Lv.º 67.

#### 2 - Biblioteca Pública de Évora

- ◆ B.P.E., *Novos Reservados*, CXXIII.

#### 3 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- ◆ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, Lv.º 1, 2, 4.
- ◆ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, Lv.º 1.
- ◆ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv.º 11, 12, 19, 20, 22.

### Fontes Impressas

- ◆ **GONÇALVES**, Iria,  
*Empréstimo Concedido a D. Afonso V, nos anos de 1475 e 1476, pelo almoxarifado de Évora*, Centro de Estudos Fiscais da Dir. Geral de Contribuição e Impostos, Lisboa, 1964.
- ◆ **LOPES**, Fernão,  
*Crónica del rei D. Joham I*, Lisboa, INCM, 1977.
- ◆ **PEREIRA**, Gabriel,  
*Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, I.N.C.M., [1998].

# Bibliografia

## OBRAS GERAIS

- ◆ **ANDRADE**, Amélia Aguiar \* **MARQUES**, A. H. Oliveira \* **GONÇALVES**, Iria, *Atlas das cidades medievais portuguesas*, Lisboa, C.E.H.U.N.L., 1990.
  
- ◆ **BEIRANTE**, Maria Ângela, "Para a História da morte em Portugal (séc. XII a XIV)", in *Estudo de História de Portugal em Homenagem a A.H. Oliveira Marques*, Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 359 - 383.
  
- ◆ **BOLTON**, Brenda, *A Reforma na Idade Média*, Lisboa, Edições 70, [1985].
  
- ◆ **BOURDÉ**, Guy, "L'École des «Annales»", in *Les écoles historiques*, Paris, Editions du Seuil, 1989, pp. 215 - 245.
  
- ◆ **BOURDIEU**, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
  
- ◆ **IDEM**, *Razões prática sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editores, 2001.
  
- ◆ **CAMPBELL**, Tom, *Siete teorías de la sociedad*, Madrid, Catedra. (1985).
  
- ◆ **CARDINI**, Franco, *Il Pellegrinaggio una dimensione della vita medievale*, s.l., Vecchiarelli Editore, [1972].
  
- ◆ **DE LARUELLE**, Étienne, *La Piété populaire au Moyen Age*, Torino, Bottega d' Erasmo, 1975.
  
- ◆ **FREIRE**, Anselmo Braancamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, 3 Vol.s, INCM, [1996].
  
- ◆ **GAYO**, Manuel José Felgueiras, *Nobiliário das famílias de Portugal*, Vol. I, 3ª edição, s.n., Braga, 1992.
  
- ◆ **GONÇALVES**, Iria, "Amostra de Antroponímia Alentejana dos séculos XV", *Revista Tempo da História*, Lisboa n.º 4, 1971, pp. 201 - 212.
  
- ◆ **IDEM** \* **ANDRADE**, Amélia Aguiar \* **MARQUES**, A. H. Oliveira, *Atlas das cidades medievais portuguesas*, Lisboa, C.E.H.U.N.L., 1990.

- ◆ **IDEM**,  
"As festas do «Corpus Christi» do Porto na segunda metade do século XV: A participação do Concelho", *Estudos Medievais*, Porto, n.º 5/6, 1984/85, pp. 69 - 89.
- ◆ **GY**, Pierre-Marie, "L' office du Corpus Christi, oeuvre de S. Thomas d' Aquin", in *La liturgie dans l' Histoire*, Paris, Editions Saint Paul, 1990, pp. 223 - 245.
- ◆ **HERR**, Friedrich,  
"A fé da Igreja e do Povo", in *o Mundo Medieval: Europa de 1100 a 1350*, s.l., Arcadia Limitada, s.d., pp. 51 - 64.
- ◆ **HEERS**, Jacques,  
*Le Clan Familial au Moyen Age*, Paris, P.U.F., 1974.
- ◆ **HESPANHA**, António Manuel,  
"A constelação originária dos poderes", in *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político (Portugal século XVII)*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, pp. 295 - 349.
- ◆ **IDEM**,  
"Período do sistema corporativo", in *História das instituições na Época Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.
- ◆ **HOMEM**, Armando Luís,  
"Conselheiros de D. João I", in *Portugal nos finais da Idade Média, Estado, Instituições e Sociedade Política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 254 - 278.
- ◆ **IDEM**,  
*Prosopographie et histoire de l' Etat: la burocracie es rois portugaises au XIV e XV ème siècles*, Paris, Sorbonne, 1996.
- ◆ **IRADEL**, Paulino,  
"Formas del poder y de organización de las ciudades en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media", in *Estructuras e formas de poder en la História*, Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca, 1991, pp. 23 - 49.
- ◆ **JAVEAU**, Claude,  
"Fundamentos Epistemológicos", in *Lições de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 15 - 33.
- ◆ **LOBO**, António de Sousa Silva da Costa,  
*História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1979.
- ◆ **MACHADO**, Ignacio Barbosa de,  
*História crítico cronológica da instituição da festa, procissão e officio do Corpo Santissimo de Christo*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.
- ◆ **MARQUES**, A. H. Oliveira \* **GONÇALVES**, Iria, \* **ANDRADE**, Amélia Aguiar,  
*Atlas das cidades medievais portuguesas*, Lisboa, C.E.H.U.N.L., 1990.

- ◆ **IDEM**,  
"Os Grupos Sociais", in *História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, [1985], pp. 220 - 278.
  
- ◆ **MATTOSO**, José (dir.),  
"Concelhos ", in *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp.205 - 243.
  
- ◆ **IDEM**,  
"Os nobres na cidades medievais portuguesas", in *Portugal Medieval: Novas Interpretações*, s.l., INCM, s.d., pp. 273 - 291.
  
- ◆ **IDEM**,  
"Os rituais da vida e da morte", in *História de Portugal*, Vol. I, Editorial Estampa, 1993, pp. 405 - 415.
  
- ◆ **IDEM**,  
"A sociabilidade (estructuras, grupos e motivações)", in *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 391 - 480.
  
- ◆ **IDEM**,  
"Novos Rumos da Historiografia", in *A escrita da História: Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, pp. 43 - 56.
  
- ◆ **MORENO**, Humberto Baquero,  
"Os privilégios concedidos pelo Infante D. Pedro aos Besteiros do Conto (1440-1446)", *Bracara Augusta*, Braga, Vol. XXXI, 1977, pp. 59 - 86.
  
- ◆ **OLIVEIRA**, Rosa Bela \* **RODRIGUES**, Miguel Jasmins,  
"Espaços políticos de subordinação e articulação", in *Actas do II colóquio Internacional da História da Madeira ( Funchal 1989)*, Lisboa, CCDP, 1990, pp. 43 - 65.
  
- ◆ **PAUL**, Jacques,  
"Vida profana, vida religiosa", in *La Iglesia y la cultura en occidente ( siglos IX - XI)*, Vol. II, Barcelona, Editorial Labor, 1988, pp. 446 - 466.
  
- ◆ **PERROY**, Eduard,  
"La renovación espiritual: depuración de la Iglesia", in *História General de las civilizaciones: La Edad Média*, Vol. I, Barcelona, Editorial Destino, 1980, pp.404-415.
  
- ◆ **PIZARRO**, José Augusto Sotto Mayor,  
"Estratégias" ( 1279 - 1325)", in *Linhagens medievais portuguesas: Genealogias, e Estratégias ( 1279 - 1325)*, Porto, Centro deEstudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna, Vol. II, 1999, pp. 537 - 617.

- ◆ **RODRIGUES**, Ana Maria,  
"As colegiadas de Torres Vedras nos Séculos XIV e XV", *Espaços, gentes e sociedade no Oeste: Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp.195-274.
  
- ◆ **RODRIGUES**, Miguel Jasmins\* **OLIVEIRA**, Rosa Bela,  
"Espaços políticos de subordinação e articulação", in *Actas do II colóquio Internacional da História da Madeira ( Funchal 1989)*, Lisboa, CCDP, 1990, pp. 43 - 65.
  
- ◆ **RONCAYOLO**, Marcel,  
"Cidade", *Enciclopedia Einaudi*, Vol. VIII, Lisboa, INCM, 1986, pp. 396 . 487.
  
- ◆ **ROSA**, Maria de Lurdes,  
"Quadros de organização do poder nobre na Idade Média, estruturas familiares, patrimónios e percursos linhagísticos", *A cidade: Revista Cultural de Portalegre*, n.º 6, 1991, pp. 47 - 65.
  
- ◆ **ROSSER**, Gervase,  
"Solidarités et changement social", *Annales ESC*, n.º 5, Vol. XLVIII, 1993, pp.1127 - 1143.
  
- ◆ **RUSSEL**, Bertrand,  
*O Poder: Uma nova análise social*, 2ª edição, Lisboa, Fragmento, s.d. .
  
- ◆ **SERRÃO**, Joel (dir.)  
"Homens - Bons", *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pag. 222.
  
- ◆ **SIGAL**, Pierre-André,  
*L' homme et le miracle dans la France Medievale (XI - XII siècles)*, Paris, Les Editions du Cerf, 1985.
  
- ◆ **SILVA**, Maria João Violante B. Marques,  
"A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa", in *A cidade: Actas das Jornadas inter e pluri disciplinares*, Vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 197 - 217.
  
- ◆ **SOUSA**, Bernardo Vasconcelos e,  
"Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo medieval (séc. XII a XV)", *Economia e Sociologia*, n.º 45/46, 1988, pp. 21 - 39.
  
- ◆ **TAVARES**, Jorge Campos,  
*Dicionários de santos, hagiográfico, iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroados, de compositores de música religiosa*, 3ª ed., s.l., Lello Editores, 2001.
  
- ◆ **TAVARES**, Maria José Pimenta Ferro,  
"Para o estudo do pobre em Portugal, na Idade Média", *Revista de História Económica e Social*, n.º 11, 1983, pp. 29 - 54.

- ◆ **TORGAL**, Luís Reis \* **MENDES**, José Amado \* **CATROGA**, Fernando,  
*História da História em Portugal*, 2 vol., s.l., Temas e Debates, [1998].
- ◆ **VAUCHEZ**, André,  
*A espiritualidade da Idade Média Ocidental: séculos VIII - XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- ◆ **IDEM**,  
*Les laics au Moyen Age*, Paris, Les Editions du Cerf, 1987.
- ◆ **IDEM**,  
"Assistance et charité en occident, XIII - XV ème siècles", in *Religion et Société dans l'Occident medieval*, Torino, Bottega d' Erasmo, 1980, pp. 57 - 68.
- ◆ **VILAR**, Herminia Maria Vasconcelos,  
*As dimensões do poder: a diocese de Évora na Idade Média, 1165 - 1423 (dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Évora)*, Évora, Universidade de Évora, 1998.
- ◆ **IDEM**,  
*A Vivência da morte na estremadura portuguesa (1300 - 1500)*, Lisboa, Universidade Nova, 1990.

### ASSISTÊNCIA

- ◆ **ABREU**, Laurinda,  
*A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e de Poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- ◆ **ALMEIDA**, Carlos Alberto Ferreira de,  
"Caminhos e Assistência aos pobres durante a Idade Média", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp.39-57.
- ◆ **ALMEIDA**, José Martins,  
*Um capítulo da História Económica: as corporações de artes e ofícios*, s.l., Tipografia Popular, 1937.
- ◆ **AMORIM**, Padre Aires de,  
*Das confrarias no concelho da Feira séculos XVII a XX*, Coimbra, s.n., 1976.
- ◆ **ANICETO**, Maria Emília\* **PEREIRA**, Fernando Jasmins,  
"Assistência na Idade Média", *Dicionário da Igreja em Portugal (José A.B. de Andrade dir.)*, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 640 - 661.

- ◆ **BATLLE I GALLART**, Carme \* **CASAS I NADAL**, Montserrat,  
"La caritat privada i les institucions benèfiques de Barcelona ( segle XIII)", in *Pobreza e asistencia a los pobres en la Cataluña medieval* (Manuel Riu dir.), Barcelona, CSIC, 1980.
  
- ◆ **BENNETH**, Judith,  
"Conviviality and Charity in Medieval and Early Modern England", *Past and Present*, s.l., n.º134, 1992, pp. 19 - 41.
  
- ◆ **BRAGA**, Paul Drummond,  
"A crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres nos finais da Idade Média", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Vol. XXVI, 1991, pp. 175 - 190.
  
- ◆ **CAEIRO**, F. Gama,  
"A assistência em Portugal no século XIII e os cónegos regrantes de Santo Agostinho", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp.219-229.
  
- ◆ **CANTERA MONTENEGRO**, Margarita,  
"La Albergaria de Santa Maria del Real de Najera (siglos XI-XV)", *Anuário de Estudios Medievales*, s.l., n.º 13, 1983, pp. 367 - 373.
  
- ◆ **CASAS I NADAL**, Montserrat \* **BATLLE I GALLART**, Carme,  
"La caritat privada i les institucions benèfiques de Barcelona ( segle XIII)", in *Pobreza e asistencia a los pobres en la Cataluña medieval* (Manuel Riu dir.), Barcelona, CSIC, 1980.
  
- ◆ **CHEVALIER**, Bernard,  
*Tours: Ville Royale 1356 - 1520*, Paris, Nauwelaerts, 1975.
  
- ◆ **COELHO**, Maria Helena da Cruz,  
"Acção dos particulares para com a pobreza no século XI e XII", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 231-257.
  
- ◆ **CORREIA**, Fernando da Silva,  
*Origem e formação das misericórdias portuguesas: Estudos sobre a História da assistência*, Lisboa, Henrique Torres, 1944.
  
- ◆ **COSTA**, António Domingos de Sousa,  
"Hospitais e albergarias na documentação pontificia na segunda metade do século XV", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp.259-327.
  
- ◆ **CRUZ**, António,  
"A Assistência na cidade do Porto e seu termo, durante a Idade Média", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 329-344.



- ◆ **DINIS**, António Joaquim Dias,  
"O Infante D. Henrique e a assistência em Tomar, no século XV", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 345-370.
  
- ◆ **FERRAZ**, José Maria Pereira,  
*Assistência privada, vida das Misericórdias, acção, bases de reorganização: IV Congresso sobre as Misericórdias*, Braga, s.n., 1936.
  
- ◆ **FRASÃO**, Amaral,  
*Manual das Misericórdias e demais pessoas colectivas de utilidade público e administrativa*, s.l., s.n., 1937.
  
- ◆ **GOMES**. Pinharada,  
*Confrarias, misericórdias e ordens terceiras, obras pias e outras associações de fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX: Bibliografia institucional*, s.l., s.n., 1997.
  
- ◆ **GOMES**, Saúl António,  
"Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII", *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2ª série, , Tomo, VII, 1995, pp. 89 - 150.
  
- ◆ **GONÇALVES**, Iria,  
Formas medievais de assistência no meio rural estremenho, *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 39-57.
  
- ◆ **GUERREIRO**, Deão de Alcântara,  
*Subsídios para a História desta Casa da Misericórdia*, Évora, Gráfica Eborense, 1960.
  
- ◆ **LOPEZ ALONSO**, Carmen,  
"Los comportamientos asistencia y repression", in *La pobreza en la España Medieval: estudio historico y social*, Madrid, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, [1985], pp. 369 - 482.
  
- ◆ **MARQUES**, José,  
"Assistência no Norte de Portugal, no final da Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, Vol. VI, 1989, pp. 11 - 93.
  
- ◆ **MOLLAT**, Michel,  
"Pauvres et assistés au Moyen Age", in *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 11-27.
  
- ◆ **MOLLAT**, Michel,  
*Les pauvres au Moyen Age*, Paris, Editions Complexes, 1978.

- ◆ **MORENO**, Humberto Baquero,  
"O Infante D. Pedro e as merceirias da rainha D. Leonor", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 671-680.
  
- ◆ **MOZON PERDOMO**, Maria Eugénia \* **SANTANA PEREZ**, Juan Manuel,  
"Responsabilidade assistencial del Estado", in *Arqueologia do Estado. I Jornadas sobre as formas de organização e exercício de poderes no Sul da Europa: séculos XIII - XVIII*, Vol. II, Lisboa, História e Crítica, 1998.
  
- ◆ **NETO**, Maria de Lurdes A. Meira do Carmo,  
"Assistência Pública", *Dicionário de História de Portugal (Joel Serrão dir.)*, Vol. I, s.l., s.n., s.d., pp. 234 - 236.
  
- ◆ **NUNES**, Eduardo,  
"Política hospitalar de D. Duarte", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 783-811.
  
- ◆ **ORLANDIS**, José,  
"A assistência a los pobres en la iglesia visigótica", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp.699-774.
  
- ◆ **PEREIRA**, Fernando Jasmins \* **ANICETO**, Maria Emília,  
"Assistência na Idade Média", *Dicionário da Igreja em Portugal (José A.B. de Andrade dir.)*, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 640 - 661.
  
- ◆ **PEREIRA**, Isaias da Rosa,  
"As obras de Misericórdia na Idade Média", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 717-759.
  
- ◆ **PEREZ DE URBEL**, Justo,  
"Dos focos de tendências económicas y sociales en el reino de León durante el siglo X", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp.761 - 774.
  
- ◆ **RIU**, Manuel,  
"La ayuda a los pobres en la Barcelona medieval: « Plat dels pobres vergonyants»", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 783-811.
  
- ◆ **ROSENDO**, Joaquim,  
*Alguns subsídios para a história das corporações de ourives portuguesas*, Lisboa, Imprensa Portugal Brasil, s.d. .
  
- ◆ **SÁ**, Isabel dos Guimarães,  
"A assistência: a Misericórdia e os poderes locais", in *História dos municípios e do poder local (finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 136 - 142.

◆ **SÁ**, Isabel dos Guimarães,  
*Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500 - 1800)*, Lisboa, CNCDP, 1997.

◆ **SANTANA PEREZ**, Juan Manuel \* **MOZON PERDOMO**, Maria Eugénia,  
"Responsabilidade assistencial del Estado", in *Arqueologia do Estado. I Jornadas sobre as formas de organização e exercício de poderes no Sul da Europa: séculos XIII - XVIII*, Vol. II, Lisboa, História e Crítica, 1998

◆ **SESMA MUÑOZ**, José Angel,  
"Cofradias, gremios y solidariedades en la Europa Medieval", in *Cofradias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval: XIX Semana de estudios Medievales*, Pamplona, Estella, 1992, pp. 17 - 30.

◆ **TAVARES**, Maria José Pimenta Ferro Rodrigues,  
"Assistência na Idade Média", *Dicionário de História da Igreja em Portugal (António A. B. de Andrade dir.)*, Vol. I, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 635 - 640.

◆ **IDEM**,  
"Nótulas para o estudo da assistência médica hospitalar aos pobres de Lisboa, os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 371-400.

◆ **IDEM**,  
*Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

◆ **TORRES DELGADO**, Cristobal,  
"El ejército de la caridad en Andalucía Occidental: Cordoba, Baja Edad Media", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 825-837.

◆ **TRINDADE**, Maria José Lagos,  
"Notas sobre a intervenção régia na administração das instituições de assistência, nos finais da idade Média ", *Actas das I Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 873-887.

### CONCELHO

◆ **ANDRADE**, António Alberto Banha,  
*Montemor-o-Novo: Vila regaleira (Ensaio de História de administração local)*, Lisboa, Grupo de amigos de Montemor-o-Novo e Academia Portuguesa de História , 1979.

◆ **CAETANO**, Marcelo, *A Administração Municipal de Lisboa, durante a I Dinastia*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981.

- ◆ **COELHO**, Maria Helena da Cruz \* **MAGALHÃES**, Joaquim Romero,  
*Poder concelhio das origens às cortes constituintes. Notas de História social*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.
- ◆ **FORTEA PEREZ**, José Ignacio,  
"Poder real y poder municipal en Castilha en el siglo XVI", in *Estructuras y formas del poder en la História*, s.l., ed. Universidad de Salamanca, 1991, pp. 117 - 142.
- ◆ **GONÇALVES**, Iria,  
*Um olhar sobre a cidade Medieval*, Cascais, Patrimónia, 1996.
- ◆ **IDEM**,  
*Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, s.l., s.n., [1989].
- ◆ **HOMEM**, Armando Luís Carvalho \* **FREITAS**, Judite Gonçalves \* **PEREIRA**, Adelaide Lopes,  
"Oficiais régios e oficiais concelhios nos finais da Idade Media: Balanços e perspectivas", *Revista de História Económica e Social*, 1988.
- ◆ **MARQUES**, José,  
*Le Nord du Portugal, au XVI èmè siècle: Société et Institutions*, Lisboa, F.C.G., 1989.
- ◆ **MATTOSO**, José (dir.)  
"Concelhos e Comunidades", in *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 303 - 322.
- ◆ **MAGALHÃES**, Joaquim Romero \* **COELHO**, Maria Helena da Cruz,  
*Poder concelhio das origens às cortes constituintes. Notas de História social*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.
- ◆ **MONSALVON ANTON**, J. M.,  
*El Sistema político concejil. El ejemplo del señorío medieval de Alba de Tormes y su concejo de villa y tierra*, Salamanca, s.n., 1998.
- ◆ **MORENO**, Humberto Baquero,  
*Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.
- ◆ **OLIVEIRA**, Eduardo Freire de,  
*Elementos para a História do município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Universal, 1904.
- ◆ **SILVA**, José Gentil da,  
"Vida urbana e desenvolvimento. Portugal, país sem cidades", *Arquivo do Centro Cultural Português*, Vol. V, 1972, pp. 734 - 746.
- ◆ **SOARES**, Torcato de Sousa,  
*Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, Lisboa, s.n., 1931.

◆ **SOARES**, Torcato de Sousa,  
*Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto, durante a Idade Média*, Barcelos, Companhia Editora do Minho 1935.

### CONFRARIAS

◆ **ABREU**, Laurinda Faria dos Santos,  
"Confraria e Irmandades: a santificação do quotidiano", in *Actas do colóquio internacional da festa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, 1992, pp. 429 - 440.

◆ **ANDRADE**, António A. Banha,  
*Roteiro do arquivo histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo, com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978.

◆ **AZEVEDO**, Rui Pinto de,  
"O compromisso do Espírito Santo de Benavente", *Lusitânia Sacra*, 1ª série, Tomo VI, 1962, pp. 7 - 23.

◆ **BARREIRA**, Manuel de Oliveira,  
*A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: Pobreza e Solidariedade (1600-1750) (Dissertação de mestrado apresentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995.

◆ **BARROS**, Amândio Jorge Morais,  
*A confraria de Miragaia do Porto, no século XV (Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras do Porto)*, Porto, Universidade do Porto, 1996.

◆ **BEIRANTE**, Maria Ângela,  
*As confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, s.n., 1990.

◆ **BETTENCOURT**, Lindoorfo,  
*Manual das confrarias, irmandades e mais corporações de piedade e beneficência: contendo legislação respectiva e os modelos dos livros, orçamentos, estatutos e diplomas*, Porto, Sousa Brito, 1894.

◆ **BOTÃO**, Maria de Fátima \* **GONÇALVES**, Iria ,  
"As confrarias na região de Alcanena", *Boletim de Estudos Históricos e Etnológicos, Ferreira do Zézere*, nº.4, 1989.

◆ **BRÁSIO**, António,  
*Confrarias medievais do Espírito Santo: paradigmas de misericórdia*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 68 - 85.

◆ **CARVALHO**, Sérgio Luís,  
*Assistência e Medicina no Portugal Medieval*, s.l., G.T.M.E.C.D.P., [1995].

- ◆ **CASAGRANDE**, Giovanna,  
"Devozione et Municipipalitat: la compagnia del S. Anello /S. Giuseppe di Perugia", in *Le mouvement confraternel au Moyen Age. France, Italie, Suisse. Actes des Tables Ronde*, Genebre, Librairie Droz, 1987, pp. 155 - 183.
  
- ◆ **CASTRO**, António Thomás da Silva Leitão,  
*Regulamento dado às irmandades, confrarias e mais associações religiosas do vicariato geral do Norte*, s.l., Paço Episcopal, 1880.
  
- ◆ **CAVERO DOMINGUEZ**, Gregoria,  
*Las cofradias en Astorga durante la Edad Media*, s.l., Universidad de León, 1992.
  
- ◆ **CHIFFOLEAU**, Jacques,  
"Entre le religieux et le politique les confréries du Saint Esprit en Provence et un comtat Venaissin à la fin du Moyen Age", in *Le mouvement confraternel au Moyen Age. France, Italie, Suisse. Actes des Tables Ronde*, Genebre, Librairie Droz, 1987, pp.9-40.
  
- ◆ **COELHO**, Maria Helena da Cruz,  
"As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte", in *Cofradias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval: XIX Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, s.n., 1992, pp. 41 - 47.
  
- ◆ **CONDE**, Manuel Silvio Alves,  
"Subsídios para o estudo dos gafos em Santarém (séc. XII-XV)" *Estudos Medievais*, Porto, nº.8, 1987, pp. 90 - 170.
  
- ◆ **CORREIA**, Fernando Correia da Silva,  
*Hospitais medievais portuguesas*, Lisboa, Imprensa Médica, 1943.
  
- ◆ **IDEM**,  
*Hospitais pré-quinhentistas portuguesas, uma lição da história*, Lisboa, Imprensa Médica, 1943.
  
- ◆ **COULET**, NOEL,  
"Le mouvement confraternel en Provence et dans le Comtat Venaissin au Moyen Age", in *Le mouvement confraternel au Moyen Age. France, Italie, Suisse. Actes des Tables Ronde*, Genebre, Librairie Droz, 1987, pp. 83 - 110.
  
- ◆ **DE LA ROCIÈRE**, Charles M.,  
"Les confréries à Florence dans son contado au XIV-XV eme siècles", in *Le mouvement confraternel au Moyen age France, Italie, Suisse: Actes de Tables Ronde*, Genebre, Librairie Droz, 1987, pp. 297-342 .
  
- ◆ **DESCHAMPS**, J.,  
*Les conférie aux Moyen Age*, Bordeaux, P.U.F., 1957.
  
- ◆ **FERREIRA**, J.A. Pinto,  
*Nossa Senhora da Silva*, Porto, Publicações de Nossa Senhora da Silva, 1967.

- ◆ **GOMES**, Saúl António,  
"Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o Século XVII", *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2ª série, T. XII, 1995, pp. 89-150.
  
- ◆ **GONÇALVES**, Iria \* **BOTÃO**, Maria de Fátima,  
"As confrarias na região de Alcanena", *Boletim de Estudos Históricos e Etnológicos, Ferreira do Zêzere*, nº.4, 1989.
  
- ◆ **GUSMÃO**, Armando,  
*Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, Évora, s.n., 1958.
  
- ◆ **LANGLOIS**, Claude,  
"Les Confréries du Moyen Age à nous jours", in *Sociabilité, culture et patrimoine: Cahiers du GRHIS*, Université de Rouen, n.º3, 1995, pp. 7-21.
  
- ◆ **LOPES**, João Carlos,  
*Confraria dos lavradores de Torres Novas*, Torres Novas, Digital Texto Publicações, 1997.
  
- ◆ **MARQUES**, José,  
"As Confrarias da Paixão na antiga arquidiocese de Braga", *Revista Theologica*, Braga, 2ª série, n.º 28, 1993, pp. 33 - 44.
  
- ◆ **MENDONÇA**, Manuela,  
"Albergarias e hospitais no Portugal de quatrocentos", *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Vol. XI, 1996, pp. 39 - 53.
  
- ◆ **MONTEIRO**, António Xavier,  
*Código das confrarias*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870.
  
- ◆ **MOSER**, Fernando de Melo,  
"Misericórdia na tradição dramática medieval e renascentista", *Biblos*, Coimbra, Vol. LVII, 1981, pp. 437 - 468, pp. 12 - 21.
  
- ◆ **NUNES**, Natália,  
*Confrarias*, Lisboa, Associação Portuguesa e Bibliotecários Arquivos e Documentalistas, 1976.
  
- ◆ **IDEM**,  
*Confrarias, irmandades e mordomias*, Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivos e Documentalistas, 1976.
  
- ◆ **PENTEADO**, Pedro Manuel Pereira,  
*Fontes para a história das confrarias; algumas linhas de orientação para uma pesquisa na Torre do Tombo*, Lisboa, s.n., 1995.

- ◆ **IDEM**,  
"Confrarias portuguesas na época moderna", *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2ª série, T. VII, Lisboa, 1995, pp. 15 - 52.
- ◆ **PUYOL**, Julio,  
*Las hermandades de Castilla y Leon*, Leon, Editorial Nebrija, 1982.
- ◆ **ROCHA**, Leopoldo,  
*As confrarias de Goa (séculos XVI-XX): Conspecto historico-juridico*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, 1973.
- ◆ **SÁ**, Isabel dos Guimarães,  
"As Confrarias e as misericórdias", in *História dos municípios e do poder local ( finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 55 - 60.
- ◆ **SÃO PAIO**, Marquês de,  
*As Históricas confrarias concepcionistas*, Braga, 1964, separata das armas e troféus 2ª série, Tomo V, n.º2.
- ◆ **SIMÕES**, Ana Catarina,  
*Introdução ao estudo das confrarias corporativas do Porto (Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto)*, Porto, Universidade do Porto, 1996.
- ◆ **ROSSIAUD**, Jacques,  
"Crise et consolidations 1330 - 1530", in *Histoire de la France Urbane ( Dir. G. Duby)*, Vol. II, Paris, Editions du Seuil, 1980, pp. 407 - 613.
- ◆ **SILVA**, Maria Manuela Tavares dos Santos,  
"A Assistência social na Idade Média: Estudos comparativos de algumas instituições de beneficência de Santarém", *Estudos Medievais*, Porto, n.º 8, 1987, pp. 24 - 36.
- ◆ **SOUSA**, António Araújo de,  
"Irmandades de clérigos e assistência ao clero em Portugal", *Itenerarium*, s.l., n.º 28, 1982, pp. 401 - 425.
- ◆ **IDEM**,  
"Subsídios para o estudo das irmandades ou confrarias em Portugal", *Itenerarium*, s.l., n.º 85, Vol. XX, 1974, pp. 267 - 324.
- ◆ **SOUSA**, Bernardo de Vasconcelos,  
*A propriedade das albergarias de Évora, no final da Idade Média*, Lisboa, INCM, 1991.
- ◆ **TAVARES**, Maria José Pimenta Fero Tavares,  
"Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: Compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos", *Estudos Medievais*, Porto, n.º 8, 1987, pp. 55 - 72.



- ◆ **TORRES JIMENEZ**, Maria Raquel,  
*Religiosidad popular en el campo de Calatrava al final de la Edad Media*, Ciudad Real, Instituto de Estudios Manchegos/CSIC, (1989).
- ◆ **VAUCHEZ**, André, "Conclusion", in *Le mouvement confraternal au Moyen Age. France, Italie, Suisse. Actes des Tables Ronde*, Genebre, Librairie Droz, 1987, pp.395-405 .
- ◆ **VINCENT**, Catherine,  
*Des charités bien ordonnés. Les confréries normandes de la fin du XIII siècle au debut du XVI siècles*, Paris, École Normale Superieure, 1988.
- ◆ **IDEM**,  
"La Confrérie comme structure d' integration l' exemple de la Normandie", in *Le mouvement confraternel au Moyen Age: France, Italie, Suisse. Actes des Table Ronde*, Genebre, Librairie Droz, 1987, pp. 111 - 131.
- ◆ **IDEM**,  
*Les confréries medievals dans le Royaume de France (XII - XV)*, Paris, Albin Michel, 1994.

### **ELITES e REDES CLIENTELARES**

- ◆ **ABREU**, Laurinda Faria dos Santos,  
"Confrarias e irmandades de Setúbal: redes de sociabilidade e de poder", in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, pp. 3 - 15.
- ◆ **ALFONSO**, Isabel,  
"Poder local y diferenciación interna en las comunidades rurales gallegas", in *Estruturas y formas de poder en la História*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1991, pp. 203 - 223.
- ◆ **AMELANG**, James S.,  
"A Sociabilidade de la Elite", in *La formacion de una clase dirigente: Barcelona 1490 - 1714*, Barcelona, Editorial Ariel, [1986], pp. 97-106.
- ◆ **BEIRANTE**, Maria Ângela,  
"Os diferentes tipos de solidariedade na cidade medieval. O exemplo de Évora", in *Arqueologia do Estado. I Jornadas sobre formas de organização e exercicio dos poderes na Europa do Sul : Séculos XIII - XVIII*, Vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 41 - 53.
- ◆ **BLOKMANS**, Win \* **GENET**, Philippe (dir.),  
*Les Élités du pouvoir et la construction de l' Etat en Europe*, Paris, P.U.F., 1996.

- ◆ **BRAUNSTEIN**, Philippe,  
"Pour une histoire des élites urbaines: Vocabulaire, réalités et représentations", in *Les Élités Urbaines au Moyen Age. XXVII èmè Congrès de la SHMES*, Roma, Publications de la Sorbonne, 1997, pp.29-38.
  
- ◆ **BOIS**, Guy,  
"Poder e parentesco en el siglo X en el Maconnais", in *Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Média e Moderna ( Reyna Pastor coord.)*, Madrid, CSIC, 1990, pp.1 - 12.
  
- ◆ **BOTTMORE**, Tom,  
*As Elites e a Sociedade*, s.l., Penguin Book, 1966.
  
- ◆ **BURGOS ESTEBAN**, Francisco Marcos,  
*Los lazos del poder. Obligaciones y parentesco en una elite local castellana en los siglos XVI y XVII*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1994.
  
- ◆ **BURKE**, Peter,  
*Venecia y Amsterdam: Estudios sobre las elites del siglo XVII*, Barcelona, Gedisa Editorial, 1996.
  
- ◆ **CROUZET-PAVAT**, Elizabeth,  
"Les Élités Urbaines: Aperçus Problématiques ( France, Angleterre, Italie)", in *Les Élités Urbaines au Moyen Age. XXVII èmè Congrès de la SHMES*, Roma, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 9-28.
  
- ◆ **DEDIEU**, Jean Pierre,  
"Las elites: familias, grupos, territorios", *Bulletins hispanique la culture des elites espagnoles à l' époque Moderne*, Bordeaux, n.º 1, Tomo 17, 1995, pp. 13 - 32.
  
- ◆ **DEDIEU**, Jean Pierre \* **WINDLER**, Christian,  
"La familia: una clave para entender la historia política? El ejemplo de la España moderna", *Estudios de Historia Moderna*, Salamanca, n.º 18, s.d., pp. 201 - 223.
  
- ◆ **FISCHER**, Claude S.,  
*Network and Places. Social relations en the urban setting*, New York, The Free Press, 1977.
  
- ◆ **GENET**, Philippe (dir.) \* **BLOKMANS**, Win,  
*Les Élités du pouvoir et la construction de l' Etat en Europe*, Paris, P.U.F., 1996.
  
- ◆ **GENET**, Jean Philipe \* **LOTTE**, Grunther,  
*L'Etat Moderne et les elites XIII - XVIII siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996.
  
- ◆ **GEORGES**, Martine Lambert (coord.),  
*Les elites locales et l' Etat dans l' Espagne Moderne (XVI-XIX)*, Paris, CNRS, 1993.

- ◆ **GOMES**, Rita Costa,  
"As elites urbanas no final da Idade Média: Três pequenas cidades do interior", *in Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988.
  
- ◆ **GUERREAU-JALABERT**, Anita,  
"El sistema de parentesco Medieval: sus formas (real/espiritual) y su dependencia com respecto a la organización del espacio", *in Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna ( Reyna Pastor coord.)*, Madrid, CSIC, 1990, pp. 85 - 105 .
  
- ◆ **HARDING**, Robert R.,  
*Anatomy of a power elite: The provincial governors of Early Modern France*, s.l., Yale University Press, 1978.
  
- ◆ **HERNANDEZ**, Mauro,  
*A la sombra de la corona: poder local y oligarquía urbana (Madrid 1606-1808)*, Madrid, Siglo XXI, 1995.
  
- ◆ **HERNANDEZ FRANCO**, Juan,  
"El reencontro entre História Social e Historia Política en torno a las familias de poder. Notas y seguimiento através de la historiografía sobre la Castilla Moderna", *Estudios de História Moderna*, Salamanca, n. 18, s.d., pp. 179 - 199.
  
- ◆ **HOCQUET**, Jean-Claude,  
"Solidarités familiales et solidarités marchandes à Venise au X<sup>IV</sup>e siècle", *in Les Élités Urbaines au Moyen Age. XXVII ème Congrès de la SHMES*, Roma, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 227-255.
  
- ◆ **IMIZCOZ BEUNZA**, José Maria,  
"Comunidad, red social y elites. Una análisis de la vertebración social en el Antiguo Regimen", *in Elites, poder, red social. Las elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*, s.l., Universidad del País Vasco, 1996, pp. 13 - 50
  
- ◆ **JANSEN**, Philippe,  
"Elites urbaines, service de la commune et processus d' aristocratisation: Les cas de Macerata aux X<sup>IV</sup>-X<sup>V</sup>e siècles", *in Les Élités Urbaines au Moyen Age. XXVII ème Congrès de la SHMES*, Roma, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 201-223.
  
- ◆ **KELLER**, Suzanne,  
*Destino das Elites*, Rio de Janeiro, Forense, s.d.,
  
- ◆ **LE GOFF**, Jacques,  
"Tentative de conclusions", *in Les Élités Urbaines au Moyen Age. XXVII ème Congrès de la SHMES*, Roma, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 443-456.
  
- ◆ **LEINHART**, Samuel,  
*Social Networks: developing paradigm*, New York, Academic Press, 1977.

- ◆ **LORING GARCIA**, Maria Isabel,  
"La feudalización de la sociedad. Los grupos sociales dominantes y el desarrollo de los patrimonios monasticos en los siglos X y XI", in *Cantabria en la Alta Edad Media organizaciones eclesíasticas y relaciones sociales*, Madrid, Universidade complutense, 1987, pp. 303 - 329.
  
- ◆ **LOTTE**, Grunther, \* **GENET**, Jean Philipe,  
*L'Etat Moderne et les elites XIII - XVIII siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996.
  
- ◆ **MARAVALL**, António,  
*Poder, honor y elites en el siglo XVII*, Madrid, Siglo XXI, 1979.
  
- ◆ **MARTINES MILLAN**, José,  
*Instituciones y elites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI*, Madrid, Universidad Autónoma, 1992.
  
- ◆ **MENDRAS**, Henri ( dir. ) \* **SULEIMAN**, Ezdra,  
*Les recrutements des elites en Europe*, Paris, Editions la Decouverte, 1997.
  
- ◆ **MENJOT**, Denis,  
"L' elite du pouvoir à Murcie aux Bas Moyen Age", in *La Ciudad hispanica durante los siglos XII al XVI*, Vol. II, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 883 - 907.
  
- ◆ **MONTEIRO**, Nuno,  
"Elites locais e mobilidade social em Portugal, no final do Antigo Regime", *Análise Social*, Lisboa, 2ª série, Vol. XXXII, 1997, pp. 335 - 368.
  
- ◆ **MONTEIRO**, Nuno,  
"A sociedade local e os seus protagonistas", in *História dos municípios e do poder local ( finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 55 - 60.
  
- ◆ **NARBONA**, R.,  
"Oligarquias políticas y elites económicas en las ciudades Bajo Medievales ( siglos XIV-XVI)", *Revista de História Medieval*, s.l., nº.9 , 1998.
  
- ◆ **PASTOR**, Reyna,  
"Poder y familia en la sociedad foral gallega. Aproximación a su estudio, siglos XIII y XIV", in *Relaciones de poder, de produccion y parentesco en la Edad Media y Moderna ( Reyna Pastor coord.)*, Madrid, CSIC, 1990, pp.171-201.
  
- ◆ **PEÑA SOLAR**, Juan Ignacio Ruiz de la,  
"Las solidariedades vecinales en la corona de Castilla (siglos XII - XV)", in *Cofradías, gremios, solidariedades, en la Europa Medieval: XIX Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, Estella, 1992, pp. 52 - 73.

- ◆ **PEREZ-ALFARO**, Cristina Juliar,  
"La participación de un noble en el poder local através de su clientela de siglo XIV",  
*Hispania: Revista Española de Historia*, s.l., n.º 185, 1993, pp. 861 - 884.
  
- ◆ **PISELLI**, F.,  
"Reti sociali e comunicative. Introduzione", in *Reti l' analisi di network nelle Scienze Sociali*, Roma, Donzelli Editore, 1995.
  
- ◆ **REINHARD**, Wolfgang (dir.),  
*Les elites du pouvoir et la constructions de l' Etat en Europe*, Paris, P.U.F., 1996.
  
- ◆ **RODRIGUES**, Miguel Jasmins,  
"As monarquias «centradas». Redes de poder nos séculos XV/XVI", in *Arqueologia do estado. I Jornadas sobre as formas de organização e exercício dos poderes na Europa do sul: Séculos XIII - XVIII*, Vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 537 - 560 .
  
- RUIZ GÓMEZ**, Francisco,  
"El parentesco y las relaciones sociales en las aldeas castellanas medievales", in *Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna ( Reyna Pastor coord.)*, Madrid, CSIC, 1990,pp.263-277 .
  
- ◆ **SCOTT**, John,  
*Power: Critical Concepts*, Vol. III, London, Routledge, 1996.
  
- ◆ **SILVA**, Francisco Ribeiro de,  
"O Porto e o seu termo (1580-1640),as instituições e o poder", in *Documentos e memórias para a História do Porto no século XVIII*, Porto, Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1988.
  
- ◆ **SULEIMAN**, Ezdra \* **MENDRAS**, Henri ( dir.),  
*Les recrutements des elites en Europe*, Paris, Editions la Decouverte, 1997.
  
- ◆ **VALDEON**, Julio Baruque,  
"Las oligarquias urbanas", in *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispanica: II Congreso de Estudios Medievales*, Madrid, Fundación Sanchez-Albornoz, 1990, pp.509-521.
  
- ◆ **WINDLER**, Christian, \* **DEDIEU**, Jean Pierre,  
"La familia: una clave para entender la historia política? El ejemplo de la España moderna", *Estudios de Historia Moderna*, Salamanca, n.º 18, s.d., pp. 201 - 223.

## ÉVORA

- ◆ **ALMEIDA**, Claudino,  
*Ruas de Évora, subsídios para a explicação dos seus nomes*, Évora, s.n., 1934.

- ◆ **BEIRANTE**, Maria Ângela,  
"Alentejo na segunda metade do século XIV. Évora na crise de 1383 - 85", in *Jornadas de Portugal Medieval*, Leiria, 1983, pp. 367 - 396.
- ◆ **IDEM**,  
*Évora Na Idade Média*, Lisboa, F.C.G./J.N.I.C.T., [1995].
- ◆ **IDEM**,  
"As heranças das almas na diocese de Évora no início do século XVI", in *Congresso de História no IV centenário do seminário de Évora*, Évora, S.M.E., 1993, pp. 105 - 117.
- ◆ **BORGES**, Ana Maria,  
"Algumas questões de urbanismo na Évora Medieval", *Actas do encontro regional de História*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1190.
- ◆ **IDEM**,  
*Évora da reconquista ao século XVI. Alguns aspectos de desenvolvimento urbano e arquitectura (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica)*, Évora, Univ. De Évora, 1988.
- ◆ **ESPANCA**, Túlio,  
"Curiosidades de Évora - Nomes antigos de ruas de Évora", *Revista Cidade de Évora*, Évora, n.º 45, 1962, pp. 271 - 272.
- ◆ **IDEM**,  
"A evolução dos Paços do concelho", *Revista Cidade de Évora*, Évora, n.º 12, 1947, pp. 33 - 43.
- ◆ **FIALHO**, Padre Manuel,  
*Évora Gloriosa*, Roma, 1728.
- ◆ **GASPAR**, Jorge,  
*A Área de influencia de Évora: sistema de funções de lugares centrais*, Lisboa, INIC, 1981.
- ◆ **LOURO**, Padre Henrique da Silva,  
*Freguesias e capelas curadas da arquidiocese de Évora*, Évora, 1974.
- ◆ **MONTE**, Gil do,  
*Dicionário de toponímia de Évora*, 2 Vol.s, Gráfica Eborense, 1981.
- ◆ **PEREIRA**, Gabriel,  
"A Igreja de Santo Antão", *Estudos Eborenses: História e Arqueologia*, Évora, Vol. V, 1947, pp. 299 - 335.
- ◆ **RIBEIRO**, Orlando,  
*Évora: Sítio, origem e funções de uma cidade*, Lisboa, s.n., 1986.

◆ **SIMPLÍCIO**, Maria Domingas,  
*O Espaço Urbano de Évora: contributo para o melhor conhecimento do sector intra-muros (dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Évora)*, Évora, Universidade de Évora,

### FORMAS de ASSOCIACÃO

◆ **ALVAREZ DE MORALES**, António  
"La hermandad en la Edad Media", in *Hermandades: expression del movimiento comunitario en España*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1974, pp. 13 - 71.

◆ **IDEM**,  
"A influência das hermandades en la vida local y judicial (siglos XVI a XVIII)", in *Pobreza y asistencia social en la España, siglos XVI al XX*, pp- 29 - 41.

◆ **ANSEJO GONZALEZ**, Maria,  
"Ciudades y hermandades en la corona de Castilla. Aproximación sociopolítica", *Anuario de Estudios Medievales*, s.l., n.º 27, T. I, CSIC, 1997, pp. 103 - 144.

◆ **CARRASCO**, Juan,  
"Mundo corporativo, poder real y sociedad urbana en el reino de Navarra (siglos XIII-XV)", in *Cofradías, gremios y solidariedades en la Europa Medieval: XIX Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, Estella, 1992, pp.227 - 243.

◆ **CRUZ**, António,  
*Os mesteiros do Porto: Subsídios para a História das antigas corporações dos ofícios mecanicos*, 1943.

◆ **ESCALERA REYES**, Javier,  
"Hermandades, religion oficial y poder en Andalucía", in *La religiosidad popular III. Hermandades, romerías e santuarios (coord. C. Alvares Santoló\* Maria Jesus Buxo \* S. Rodriguez Becerra)* Barcelona, Fundación Machado/Editorial del Hombre, (1989), pp. 458 - 470.

◆ **GARCIA FERNANDEZ**, Manuel,  
"Las hermandades municipales Andaluzas en tiempos de Alfonso XI", *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 19, CSIC, 1988, pp. 329 - 343.

◆ **IRADEL**, Paulino,  
"Corporaciones de oficios, acciones políticas y sociedad civil", in *Cofradías, gremios y solidariedades en la Europa Medieval: XIX Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, Estella, 1992, pp. 253 - 284.

◆ **LANGHANS**, F. Paul,  
*As antigas corporações de ofícios mecânicos de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1942.

◆ **IDEM,**

*As corporações de ofícios mecânicos: Subsídios para a sua história com um estudo do professor Marcelo Caetano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.

◆ **MIGUEZ,** José Maria,

"Las hermandades generales de los concejos en la corona de Castilla (objetivos, estructuras interna y contradicciones en sus manifestaciones iniciales)", in *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispanica: II Congresso de Estudios Medievales*, s.l., Fundacion Sanchez -Albonoz, [1990], pp. 539 - 567.

◆ **MORENO,** Isidoro,

*Cofradias y hermandades andaluzas estructuras, simbolismo y identidad*, Sevilla, Biblioteca de la Cultura Andaluza, [1985].



## Abreviaturas Utilizadas

- ◆ A.D.E - Arquivo Distrital de Évora
- ◆ A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- ◆ B.P.E. - Biblioteca Pública de Évora
- ◆ Cfr. - Confronte
- ◆ Fl. - Fólio
- ◆ Lv.º - Livro
- ◆ Op. Cit. - Obra citada
- ◆ s.l. - Sem local de edição
- ◆ s.n. - Sem editora
- ◆ T . - Tomo
- ◆ Vol. - Volume

## **Índice de Mapas**

- ◆ Mapa 1 - Crescimento Urbano..... 120
- ◆ Mapa 2 - As Freguesias Eborenses..... 121
- ◆ Mapa 3 - Localização de Albergarias e Hospitais..... 122
- ◆ Mapa 4 - A Toponímia dos Mesteres..... 123
- ◆ Mapa 5 - Lugares de Armazenagem, Transformação e Distribuição.... 124
- ◆ Mapa 6 - Residência das Famílias Nobres Eborenses ..... 125

## Índice de Quadros

- ◆ Quadro I - Localização dos Hospitais de Évora..... 46
- ◆ Quadro II - Corpos administrativos da Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém ..... 126
- ◆ Quadro III - Corpos Administrativos da Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho ..... 135
- ◆ Quadro IV - Testamentos e Doações ..... 147
- ◆ Quadro V - Inscrições Múltiplas Constantes nas Confrarias..... 148
- ◆ Quadro VI - Famílias nas Confrarias Eborenses ..... 152

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Estatuto Sócio - Económico dos Confrades da Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém .....	160
Gráfico 2 - Estatuto Sócio - Económico dos Confrades da Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho .....	161
Gráfico 3 - Estatuto Sócio - Económico dos Confrades da Confraria de São Gião	162
Gráfico 4 - Permanência dos Confrades (Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém).....	163
Gráfico 5 - Permanência dos Confrades (Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho) .....	163
Gráfico 6 - Estatuto Sócio - Económico dos Alcaides (Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém) .....	164
Gráfico 7 - Estatuto Sócio - Económico dos Alcaides (Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho) .....	164
Gráfico 8 - Estatuto Sócio - Económico dos Mordomos (Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém) .....	165
Gráfico 9 - Estatuto Sócio - Económico dos Mordomos (Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho) .....	165
Gráfico 10 - Rotatividade no Cargo de Alcaide (Confraria dos Homens Bons que foram a Jerusalém) .....	166
Gráfico 11 - Rotatividade no Cargo de Alcaide (Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho) .....	166
Gráfico 12 - Rotatividade no Cargo de Mordomo (Confraria dos Homens Bons que Foram a Jerusalém) .....	167
Gráfico 13 - Rotatividade no Cargo de Mordomo (Confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho) .....	167

# Índice Geral

Agradecimentos .....	1
<b>Introdução</b> - As Confrarias eborenses: Limites e Metodologia de um Estudo.....	2
I - O Fenómeno Confraternal: Abordagens e Perspectiva de Estudo .....	11
II - Panorâmica Geral da Assistência em Portugal, no Final da Idade Média: Instituições.....	24

## I Parte

### **As Confrarias Eborenses: Contexto, Princípios Organizativos e Formas de Actuação**

1 - Origem e Localização.....	37
2 - Aspectos Normativo-Funcionais: Entre os Estatutos e a Prática Consuetudinária .....	50
3 - Serviços Religiosos e "Sociais". A Família Confraternal Laços de Solidariedade, Espaços de Sociabilidade e de Poder.....	70

## II Parte

### **Confrarias Eborenses: Espaços de Sociabilidade e de Poder**

1 - As Chefias administrativas: Elites de Poder.....	86
<b>Conclusão</b> .....	116

## Anexos

I - Mapas.....	120
II - Quadros.....	126
III - Gráficos .....	160

Fontes.....	168
Bibliografia.....	169
Abreviaturas Utilizadas.....	191
Índice de Mapas.....	192
Índice de Quadros.....	193
Índice de Gráficos.....	194
Índice Geral.....	195